

aligramacaligramacaligramac
ligramacaligramacaligramac
igramacaligramacaligramacal
gramac
ramaca
amacali
macaligramacaligramacaligram
acaligramacaligramacaligramac
ligramacaligramacaligramacalig
amacaligramacaligramacaligram
igramacaligramacaligramacaligr
macaligramacaligramacaligramac
caligramacaligramacaligramacali

ISSN 0103-2178 (impressa)
ISSN 2238-3824 (eletrônica)

Faculdade de Letras
Universidade Federal de Minas Gerais

caligramma

revista de estudos românicos

V. 20 n. 2
Julho / Dezembro 2015

ramacaligramacaligra
acaligramacaligramac
gramacaligramacal
caligramacaligran
amacaligramaca
ligramacaligr
macaligram
ligramac
calig

CALIGRAMA

REVISTA DE ESTUDOS ROMÂNICOS

ISSN 0103-2178 (Impressa)
ISSN 2238-3824 (eletrônica)

CALIGRAMA	Belo Horizonte	v. 20	n. 2	p. 1-164	jul.-dez. 2015
-----------	----------------	-------	------	----------	----------------

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Reitor: Jaime Arturo Ramírez

Faculdade de Letras

Diretora: Graciela Inés Ravetti de Gómez

© 2016 Faculdade de Letras da UFMG

Proibida a reprodução de qualquer parte, por qualquer meio,
sem a prévia autorização do Editor.

Disponível também em:

< <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/caligrama>>

Organizadores

César Nardelli Cambraia - Editor-Chefe

Lúcia Monteiro de Barros Fulgêncio

Márcia Arbex

Rômulo Monte Alto

Projeto de capa: Philippe Enrico

Diagramação: Alda Lopes

Ficha catalográfica elaborada pelas bibliotecárias da FALE/UFMG

Caligrama: revista de estudos românicos, v. 1, dez. 1988 - . Belo Horizonte, MG :
Faculdade de Letras da UFMG

il. ; 22cm

Título anterior: Estudos românicos, 1981-1985, n. 1-3.

Periodicidade semestral, a partir do v. 15, n. 1, jan/jun. 2010

ISSN: 0103-2178

1. Línguas românicas – Estudo e ensino – Periódicos. 2. Literatura românica –
História e crítica – Periódicos. I. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de
Letras.

CDD: 440.05

Faculdade de Letras da UFMG
Av. Antônio Carlos, 6627 Pampulha
31270-901 Belo Horizonte Minas Gerais Brasil
fone: (31) 3409-6009 / fax: (31) 3409-5120

Equipe Editorial

Editor-chefe: César Nardelli Cambraia, Universidade Federal de Minas Gerais

Comissão Editorial

César Nardelli Cambraia, Universidade Federal de Minas Gerais

Lúcia Monteiro de Barros Fulgêncio, Universidade Federal de Minas Gerais

Márcia Arbex, Universidade Federal de Minas Gerais

Rômulo Monte Alto, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Editorial

Ana Maria Chiarini (UFMG)

Célia Marques Telles (UFBA/CNPq)

César Nardelli Cambraia (UFMG/CNPq)

Elisa Maria Amorim Vieira (UFMG)

Graciela Ravetti (UFMG/CNPq)

Haydée Ribeiro Coelho (UFMG/CNPq)

Ida Lucia Machado (UFMG/CNPq)

João Bosco Cabral dos Santos (UFU)

Leda Maria Martins (UFMG/CNPq)

Leila de Aguiar Costa (UNIFESP)

Leonardo Francisco Soares (UFU)

Lilián Guerrero (UNAM)

Lineide do Lago S. Mosca (USP)

Lúcia Castello Branco (UFMG/CNPq)

Lúcia Fulgêncio (UFMG)

Magnólia Brasil (UFF)

Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida (USP/CNPq)

Márcia Arbex (UFMG/CNPq)

Márcia Paraquett (UFBA)

Marcos Antônio Alexandre (UFMG)

Maria Antonieta A. de M. Cohen (UFMG/CNPq)

Maria Célia Lima-Hernandes (USP/CNPq)

Maria del Carmen Daher (UFF/CNPq)

Maria Eugênia Olímpio de Oliveira (UFBA)

Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)

Maria Maura Cezario (UFF/CNPq)

Mariangela Rios de Oliveira (UFF/CNPq)

Martine Kunz (UFC)

Melânia Silva de Aguiar (PUC-Minas)

Mirta Groppi (USP)

Patrizia Collina Bastianetto (UFMG)

Pedro Ramos Dolabela Chagas (UESB)

Raquel Meister Ko. Freitag (UFS/CNPq)

Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz (UEFS)

Roberto Mulinacci (U. degli Studi di Bologna)

Roberto Vecchi (Univ. degli Studi di Bologna)

Sara Rojo (UFMG/CNPq)

Saulo Neiva (Université Clermon Ferrand II)

Sebastião C. Leite Gonçalves (UNESP-SJRP/
CNPq)

Sérgio Romanelli (UFSC)

Silvia Inés Cárcamo de Arcuri (UFRJ)

Vera Lúcia de C. Casa Nova (UFMG/CNPq)

Walter Carlos Costa (UFSC/CNPq)

SUMÁRIO

Uma análise de relativas livres em posição de sujeito e efeitos de compatibilidade no português brasileiro Paulo Medeiros Junior	7
As línguas românicas do/no Magrebe: percurso histórico e presença contemporânea Francisco Javier Calvo del Olmo	35
Motivações semânticas e pragmáticas na mudança gramatical Gisele Cássia de Sousa	53
Processamento do verbo francês através da decomposição lexical Gustavo Lopez Estivalet Fanny Elise Meunier	73
As construções resultativas nas línguas românicas: um estudo com base na Gramática Cognitiva das Construções Roza Maria Palomanes Ribeiro	95
O padrão discursivo barretiano da obra <i>Clara dos Anjos</i> e a possibilidade dessa releitura contemporânea Adriana dos Reis Silva	115
Perspectivas metodológicas sobre a hibridização genérica como meio de aproximação à leitura em E/LE Letícia Joaquina de Castro Rodrigues Souza e Souza Valdecy de Oliveira Pontes	141

Uma análise de relativas livres em posição de sujeito e efeitos de compatibilidade no português brasileiro

An analysis of subject free relatives and matching effects in Brazilian Portuguese

Paulo Medeiros Junior

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil.

medeirosjunior33@gmail.com

Resumo: Entende-se que relativas livres sejam sujeitas ao que se chama efeito de compatibilidade, que prevê que a categoria/Caso do sintagma-wh integrando essa sentença precisa ser compatível com os requerimentos do predicador da matriz. Alguns estudos como os de Suñer (1983, 1984) e Harbert (1983) propõem que relativas livres em posição de sujeito estão livres dos efeitos de compatibilidade em línguas pro-Drop. Os dados do PB parecem contradizer essa ideia; mesmo em posição de sujeito, relativas livres precisam “combinar”. Os dados avaliados neste *paper*, por seu comportamento sintático e semântico, são interpretados não como relativas livres em posição de sujeito, e sim como perguntas indiretas em posição de tópico. A proposta final é a de que o PB é uma língua de 100% de *matching*.

Palavras-chave: relativa livre; efeito de compatibilidade; línguas pro-Drop; perguntas indiretas.

Abstract: Free relatives are supposed to be affected by the so-called matching effects, according to which the category/Case of the Wh-element integrating this sentence must match the requirements of the matrix predicate. Some works, as the ones by Suñer (1983, 1984) and Harbert (1983), have proposed that subject free relatives are free from

matching effects in pro-Drop languages. Brazilian Portuguese data seem though to contradict this idea; even in subject position, free relatives must match. Focused data are interpreted in this paper (considering their syntactic and semantic behavior) not as subject free relatives, but as topicalized indirect questions. The conclusion is: Brazilian Portuguese is a 100% matching language.

Keywords: free relative; matching effect; pro-Drop languages; indirect questions.

Recebido em 27 de novembro de 2014.

Aprovado em 21 de março de 2015.

1. Introdução

A relativização é um fenômeno comum a todas as línguas humanas e, não por acaso, tem sido objeto de inúmeros estudos nos mais diversos campos da linguística. Questões altamente interessantes de ordem sintática e semântica rondam as construções que derivam desse processo de organização sentencial.

As orações relativas, bipartidas tradicionalmente em restritivas e apositivas, têm, portanto, recebido diversas abordagens de análise a partir de pontos de vista teóricos distintos.¹ Para além da partição restritiva/apositiva, apresentam-se as construções que os estudos linguísticos convencionaram chamar orações relativas livres.

Relativas livres são sentenças que compartilham características com orações relativas comuns, mas não se conectam a um antecedente sintático; daí a denominação “livres”, por não estarem presas a um núcleo nominal realizado sintaticamente.

¹ A esse respeito, conferir trabalhos na perspectiva variacionista como os de Cohen (1981; 1990), Corrêa (1998), Gomes da Silva (2007); abordagens cognitivistas como as de Axt (1992), Choupina (2010) ou da perspectiva da aquisição, como o que se vê em Perroni (2001).

Supõe-se que Relativas Livres (RLs) apresentem (em muitas línguas) algum tipo de preferência, um efeito de conformidade (*matching*) no que tange a sintagmas-Wh que integram essas estruturas, requerimento que faz com que o operador relativo (ou sintagma-wh) satisfaça os requerimentos de seleção do verbo na oração matriz e do verbo na subordinada.

Assim, entende-se por *matching* a compatibilidade necessária entre a forma/natureza do sintagma-wh que encabeça relativas livres e os requerimentos da matriz, que são realizados nesse mesmo wh. O *matching* tem sido por vezes analisado como uma conformidade categorial ou como uma conformidade de caso. Essa noção é descrita e detalhada logo a seguir.

Requerimento de Compatibilidade (*Matching Requirement*):

→ **A Categoria/(C)aso² da palavra-wh na relativa deve combinar com os requerimentos da matriz:**

INGLÊS

- (1) a. He'll reach [_{NP} [_{NP} whatever height] his father did].
 b. He'll get [_{AP} [_{AP} however tall] his father did].

(BRESNAN; GRIMSHAW, 1978)

² Em Chomsky (1981;1986), propõe-se a oposição caso/Caso para diferenciar a atribuição de caso morfológico e Caso abstrato. O autor formula a hipótese de que, mesmo em línguas sem marcação de caso na morfologia, os SNs (Sintagmas nominais) /DPs (sintagmas determinates) recebem Caso abstrato, sendo esse (o sistema de casos) um universal linguístico. A designação (C)aso remete à possibilidade de se fazer referência a línguas como o alemão (dados em (3)), em que ocorre marcação de caso morfológico, ou a línguas como o português e o inglês, em que – segundo essa visão – se dá a atribuição da Caso abstrato.

PORTUGUÊS

(2) a. O João só gosta de [_{DP} [_{DP} quem você traz para essas festas]].

b. Ele conversou [_{PP} [_{PP} com quem eu saí]].³

(MEDEIROS JUNIOR, 2005)

ALEMÃO

(3) a. Ich folge wem immer ich vertraue

‘I follow who-DAT ever I trust’

b. *Ich folge wen immer ich bewundere

‘I follow who-ACC ever I adore’

(VOGEL, 2001)

³ É importante salientar que, a rigor, quanto aos predicadores da matriz em (2) a e b, ambos selecionam PPs (sintagmas preposicionais) como seus complementos; a divisão parentética com a distinção em (2) a. visa a evidenciar que a subordinada, [quem você traz para essas festas], complementa a preposição “de”, que é selecionada pelo predicado na matriz. Nesse caso, é preciso observar que o sintagma-wh “quem” desloca-se da posição de complemento do verbo trazer, como se vê a seguir:

(i) O João só gosta de [DP quem_i você traz t_i para a festa].

Observe-se que, nesse caso, a categoria do sintagma-Wh, um DP, (sintagma determinante) é compatível com a seleção da preposição (que precisa tomar um DP como complemento).

No caso de (2) b., é importante observar que o verbo na matriz seleciona uma preposição que também está relacionada ao predicado da subordinada. Note-se que a interpretação nesses casos é a de que a expressão com quem, o PP (ou o sintagma preposicional), portanto, se desloca como um todo para a fronteira da sentença subordinada, como se vê em (ii) a seguir:

(ii) Ele conversou [PP [com quem]_i eu saí t_i].

Em Medeiros Junior (2005), apresenta-se análise interessante desse fenômeno, que o autor denomina crase de preposições idênticas.

Em geral argumenta-se que em línguas com *matching*, uma falha na combinação resulta em sentenças mal formadas, como se pode ver em (4); (cf. BRESNAN; GRIMHAW, 1978; GROOS; RIEMSDIJK, 1981; HIRSHBÜHLER; RIVERO, 1983; SUÑER, 1984; VOGEL, 2001, 2002, 2003; MÓIA, 1996; MEDEIROS JUNIOR, 2005, 2006; MARCHESAN, 2008).

(4) *O João visitou [_{DP} [_{PP} por quem a irmã se interessa]].

Boa parte da discussão sobre o fenômeno concentra-se na avaliação de relativas livres em posição de subcategorização, mas há também alguma discussão que enfoca esse tipo de sentença em posição de sujeito e é desse tipo de construção em especial que o presente trabalho busca tratar.

Alguns dos estudos relevantes sobre RLs em posição de sujeito argumentam que esse tipo de oração relativa apresenta comportamento distinto quanto ao *matching*, quando se consideram línguas *pro*-Drop e não *pro*-Drop. Estudos como os de Hirshbühler e Rivero (1983) para o catalão, Suñer (1984) e Grosu (1994) para o espanhol atestam categoricamente que em línguas de sujeito nulo a condição de *matching* não se aplica. É o que se pode observar no dado a seguir, adaptado de Grosu, 1994.

ESPAÑHOL

(5) Con quien me quiero casar vive a la vuelta

‘with whom me want marry lives at the corner’

(GROSU, 1994)^{4,5}

A ideia é, portanto a de que em língua não *pro*-Drop o *matching* seja obrigatório, que é o que se vê em inglês, por exemplo:

⁴ Mantém-se, nesse e em outros exemplos, a glosa original elaborada pelos autores nos textos citados, já que se trata de citações diretas. Para facilitar a leitura, as traduções para o português serão acrescentadas em notas de rodapé.

⁵ Com quem quero me casar vive na esquina.

- (6) a. *He'll reach [NP [AP however tall]] his father did.
 b. *He'll get [AP [NP whatever height]] his father did.

(BRESNAN; GRIMSHAW, 1978)⁶

O português do Brasil (PB) parece apresentar um contraste interessante no que concerne a RLs em posição de sujeito:

- (7) a. [_{DP} [_{PP} *De quem] o Pedro não gosta] veio para jantar.
 b. [_{DP} [_{PP} *Com quem] o João falou] possui um apartamento na Paulista.
 c. [_{DP} [_{PP} *Por quem] a Maria se interessa] comprou um carro novo.
- (8) a. [_{DP} [_{PP} De quem] o João gosta] é um mistério insondável.
 b. [_{DP} [_{PP} Com quem] a Ana sai] não interessa a ninguém.
 c. [_{DP} [_{PP} Por quem] eu me interesso] é de conhecimento público⁷.

Como se vê, o PB parece apresentar um interessante paradoxo: na posição de sujeito, RLs devem combinar (dados em (7)), ou podem não apresentar o efeito de compatibilidade (dados em (8)).

É, portanto, objetivo deste trabalho discutir as razões do contraste entre (6) e (7), a saber, a possibilidade do alçamento da preposição em (7), mas não em (6), bem como traçar uma linha de análise que providencie argumentação convincente para uma distinção entre as construções em (6) e (7), embora elas se mostrem inicialmente análogas.

⁶ (6) *Ele vai chegar a quão quer que alto seu pai tenha chegado

⁷ O que se busca evidenciar em (7) e (8) é a compatibilidade (ou incompatibilidade) entre a categoria sintática esperada na matriz (um DP – sintagma determinante (ou sintagma nominal, em termos mais simples) e a categoria que de fato aparece nessa posição: um PP (sintagma preposicional). O intrigante nos dados é que a expectativa é a de que o efeito fosse o mesmo: se a categoria não combina, a sentença deveria ser rejeitada, contrariamente aos fatos.

O fenômeno é aqui abordado na perspectiva da gramática gerativa, considerada em seu desdobramento mais recente, que é denominado teoria de princípios e parâmetros. A hipótese chomskiana para o fenômeno da linguagem é a de que as línguas são afetadas por universais linguísticos, princípios comuns a toda e qualquer língua natural, e parâmetros específicos, que são os elementos responsáveis pela existência de variação entre essas muitas línguas. Muito da análise feita a partir dessa perspectiva vai, portanto, apresentar caráter comparativo, já que o que se pretende é atingir uma descrição generalizante da competência linguística dos falantes em geral.

Nesse sentido, os dados aqui analisados serão constantemente comparados às ocorrências do fenômeno em outras línguas (românicas ou não), para que se possa atingir uma descrição das características do fenômeno em português do Brasil (PB).

O texto se estrutura da seguinte maneira: na seção 2, a seguir, construo uma discussão sobre a natureza de relativas livres em posição de sujeito, efeitos de compatibilidade e analiso hipóteses anteriores. A seção 3 traz uma análise dos dados do português e na seção 4 apresento a proposta de análise que procuro apresentar aqui.

2. RLs em posição de sujeito: qual é de fato o ponto?

2.1. Algumas Análises (Suñer (1983, 1984) e Harbert (1983))

Conforme se argumentou na seção anterior, as opiniões se dividem quando a questão é RLs em posição de sujeito. Trabalhos como os de Suñer (1983, 1984) e Harbert (1983) – ambos constituídos com base na hipótese do COMP⁸ para a análise de RLs – propõem que línguas que

⁸ A hipótese de acessibilidade do COMP, formulada em Gross e Riemsdijk (1981), propunha uma dupla possibilidade estrutural para RLs: uma com o sintagma-wh em COMP, com o antecedente vazio e outra com a palavra-wh localizada no núcleo do sintagma antecedente. Diversamente do que afirmavam Bresnan e Grimshaw (1978) em sua hipótese de base segundo a qual sintagmas-wh em RLs seria gerados na base, externamente ao CP, na posição do antecedente da sentença relativa, a proposta de Gross e Riemsdijk prevê que o *matching* é possível mesmo em línguas em que se considera o núcleo do COMP como sendo a posição em que se encontra a palavra ou

permitem sujeitos nulos também permitem RLs sem *matching* na posição de sujeito. Em línguas de sujeito não nulo o *matching* é obrigatório.

Essa dicotomia parece se aplicar bem às línguas eslavas, como mostram os dados a seguir, adaptados de Izvorski (1997):

BÚLGARO

(9) a. [_{RL} S kogoto govoriš] pečeli sânstezanieto.

‘with whom speak-2sg wins the-race’

Whoever you speak with wins the race

b. [_{RL} Kogoto celuneš] pečeli sânstezanieto.

‘Who-ACC kiss-2sg wins the-race

Whoever you kiss wins the race⁹

POLONÊS

(10) a. [_{RL} Z kimkolwiek porozmawiasz] zrozumie ci@.

‘with whoever will-talk-2sg will-understand-3sg you’

Whoever you talk to will understand you.

sintagma-wh. Nesses casos, seria o próprio sintagma-wh e não a categoria nominal vazia que antecede a relativa o elemento relevante para a satisfação dos requerimentos da matriz. Nos casos em que se considera que o sintagma-wh se encontre em COMP, ele pode ser acessado nessa posição para a satisfação dos requerimentos da matriz. É como se o CP de RLs fosse transparente e não servisse de barreira para o acesso do predicador mais alto.

⁹ (9) a. Quem quer que você fale com vence a corrida.

b. Quem quer que você beije vence a corrida.

b. [_{RL} Kogo nie zapytasz] wskaże ci drogę.

‘Who-ACC not will-ask-2sg will-show-3sg you way’

Whoever you ask will show you the way¹⁰.

(IZVORSKI, 1997)

A análise desenvolvida em Suñer (1983;1984) propõe que o núcleo não realizado fonologicamente de uma RL seja *pro*. Disso decorre que, como essa categoria vazia necessita ser determinada, em RLs sujeito, atinge-se a determinação de *pro* por meio de *case matching*.

Assim, a ideia geral que se formula é a seguinte: em línguas pro-Drop, quando a RL está em posição de sujeito, *pro* já é automaticamente determinado por Infl; nesses casos, a condição de *case matching* não é requerida. Entretanto, em línguas não pro-Drop, em que o Infl não pode determinar a categoria *pro*, a condição de *matching* deve se aplicar, para que uma sentença seja bem formada.

A análise de Harbert (1983) caminha em direção semelhante com a diferença de que, segundo essa proposta, a categoria vazia em RLs é PRO e não *pro*.¹¹ A ideia geral dessa hipótese é que PRO é o núcleo de uma relativa livre com *matching*. Como se sabe, PRO não pode ser regido; não pode, portanto, satisfazer os requerimentos do núcleo regente na matriz. Assim sendo, o sintagma-Wh em COMP é quem deve satisfazer os requerimentos da matriz. Vale ressaltar que esse tipo de análise se baseia numa natureza digamos transparente de Comp nesse tipo de estrutura sintática.

Um dos principais problemas que esse tipo de análise tende a apresentar parece ser a estipulação de uma variabilidade estrutural para RLs, a depender da posição sintática que essa sentença ocupe – numa

¹⁰ (10) a. Quem quer que você fale com vai entender você.

b. A quem quer que você peça vai te mostrar o caminho.

¹¹ À guisa de esclarecimento, as designações PRO e *pro*, na teoria gerativa referem-se a categorias vazias, sendo que PRO é associado a formas verbais não finitas, enquanto *pro* está relacionado a formas flexionadas. Segundo essa visão, *pro* é uma categoria que precisa ser determinada, sob pena de não ser licenciada.

mesma língua ou em línguas diferentes. Esse tipo de problema já havia sido apontado em Izvorski (1997).

Além disso, nem a hipótese de Suñer nem tampouco a de Harbert parecem fornecer uma explicação razoável para o que parece estar ocorrendo no PB, língua em que RLs em posição de sujeito parecem às vezes apresentar *matching* e às vezes não.

Outra questão que os estudos anteriores sequer consideraram é o fato de algumas línguas com *matching* obrigatório adotam estratégias variadas para se livrar do *mismatching*, quando não ocorre a compatibilidade necessária em RLs em posição de subcategorização ou em posição de sujeito tal como observado em Vogel (2001, 2002, 2003) e Medeiros Junior (2005), situação em que um dos elementos atribuidores de Caso (às vezes o que se encontra na matriz) é apagado, para que se garanta uma espécie de compatibilidade.¹² Nesses casos seria, por exemplo, complicado analisar tais sentenças à luz de uma proposta como a de Harbert, por exemplo.

A esse tipo de visão opõem-se trabalhos como o de Izvorski (1997), que passo a analisar na subseção que segue.

2.1. A análise de Izvorski (1997)

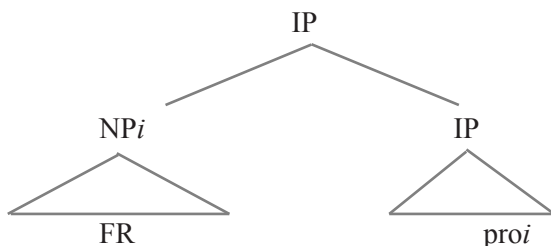
Izvorski (1997) aborda a questão das RLs sujeito de maneira diversa. A autora atesta que o *matching* só se mostra obrigatório quando a RL ocupa posição argumental. Segundo essa visão dos fatos, sentenças com sujeito sem *matching* e aquelas com *matching* obrigatório apresentam uma sintaxe diferente.

A ideia básica é que sentenças com sujeitos sem *matching* envolvem uma RL deslocada à esquerda e um *pro* resumptivo dentro do TP; tais RLs são isentas do requerimento de *matching*, porque são geradas na base, do lado de fora do IP e, portanto, em posição não argumental.

O diagrama a seguir apresenta a proposta estrutural para as RLs deslocadas à esquerda.

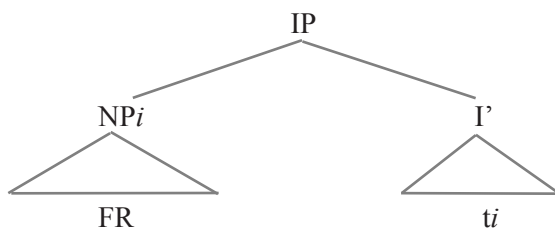
¹² Conferir dado em (2)b.

(11)



Por seu turno, RLS em posição argumental (sujeito, por exemplo) ou ligadas a uma posição argumental por meio de movimento devem exibir compatibilidade, ou seja, precisam combinar;¹³ o diagrama abaixo mostra a estrutura de RLs com *matching* obrigatório.

(12)



De acordo com essa proposta, a configuração (11) só está disponível em línguas de sujeito nulo, enquanto (12) deve ser associada a línguas não *pro*-Drop.

Assim, a posição de sujeito em si não é a questão, mas a posição em que a RL é gerada, dependendo do tipo de língua que se está analisando.

A pergunta agora é: e quanto ao PB? Podem-se associar as duas estruturas à língua? Se assim o fizermos, temos o problema posto em 1. Mas há algo bem interessante nos dados da língua. Passemos à análise do que pode estar ocorrendo em português do Brasil.

¹³ A previsão que faz essa análise é a de que sujeitos pós-verbais desse tipo também precisariam estar sujeito aos efeitos de compatibilidade ou (combinação) nesses casos.

3. Analisando os dados do PB

Na seção inicial, vimos um paradoxo que parece afetar os dados do português do Brasil: algumas RLs em posição de sujeito precisam combinar e outras não. Será que existe uma solução para esse paradoxo, ou se trata de uma oposição aparente? Seriam as sentenças do português que não apresentam o matching casos típicos de orações relativas livres?

Há razões para acreditar que as sentenças em (8), apesar das aparências, não são de fato RLs. Vou tentar argumentar que elas são na verdade, perguntas indiretas. Passemos à avaliação detida dos fatos.

3.1. Da ambiguidade entre relativas livres e interrogativas indiretas

Orações relativas livres e interrogativas indiretas têm sido alvo de muitas investigações em diversas línguas, principalmente por se mostrarem ambíguas em função de características semelhantes:

1. Apresentam-se (ambas) como sentenças encaixadas (subordinadas);
2. São introduzidas por um pronome-wh cuja forma é a mesma em sua natureza interrogativa e relativa (quem, quando, como...).

Estudos como os de Alvarenga (1981), Cohen (1990), Rocha (1990) e Medeiros Junior (2005), debruçam-se sobre a questão para procurar elencar argumentos que demonstrem as diferenças estruturais entre esses dois tipos de construção sintática.

Segundo Alvarenga (1981) e Rocha (1990), uma propriedade de perguntas indiretas no PB que as distingue de relativas livres é o fato de se poder clivar o sintagma-wh nessas construções, por meio da inserção da expressão é que logo após o sintagma-wh, como se vê em A, a seguir, procedimento que é proibido em relativas livres, como se mostra em B:

- A. O João quer saber quem (é que) pegou o dinheiro no cofre.
B. Ele encontrou na festa quem *(é que) você conhece.

Cohen (1990), por seu turno, propõe que o ponto de diferenciação entre essas construções seja dado em termos das propriedades de seleção

do verbo na matriz, análise que é compatível com a de Rizzi (1997), para quem o CP de uma interrogativa indireta é portador de um traço [+wh] (uma espécie de traço interrogativo), que é diretamente selecionado pelo predicado mais alto. Assim, um verbo como *perguntar* seleciona uma sentença (um CP) de valor interrogativo (o que se vê em C), enquanto um verbo do tipo de *selecionar* (que aparece em D) seleciona uma proposição sem o traço interrogativo.

C. O Pedro perguntou [_{+wh} [quem você viu / de quem você gosta]].

D. O recrutador selecionou [_{-wh} [quem se saiu melhor]].

Medeiros Junior (2005) argumenta que o núcleo C⁰ de uma interrogativa indireta pode ser preenchido com o morfema “*que*” em oposição ao que ocorre com uma relativa livre. Para esse autor, o morfema “*que*” é a realização morfológica do traço [+wh] proposto por Rizzi, que não estaria presente no CP da relativa livre.¹⁴ É o que se vê em E e F a seguir;

E. Ele quer saber quem *que* chegou atrasado.

F. *Nós convidamos quem *que* você indicou

Nas seções a seguir, tento constituir argumentos em função de provar que as sentenças bem formadas de (8) não podem ser consideradas relativas livres em posição de sujeito, mas perguntas indiretas em posição de tópico. Vejamos essa questão em detalhes.

3.2. O pied-piping da preposição

Uma análise atenciosa mostrará que as sentenças em (7) permitem o *pied-piping* da preposição, enquanto RLs comuns no PB parecem bloqueá-lo. A questão da impossibilidade do *pied-piping* da preposição

¹⁴ Medeiros Junior (2005) ainda propõe que a impossibilidade desse preenchimento em relativas livres tem conexão com o fato de haver uma incorporação dos núcleos sintáticos C⁰ e D⁰, o que indisponibiliza o núcleo C⁰ para a realização de *que*. Para mais detalhes, conferir Medeiros Junior (2005).

em PB já fora atestada nos trabalhos de Medeiros Junior (2005; 2006; 2009) e verificada nos dados de aquisição por Lessa de Oliveira (2009).

Assim sendo, RLs legítimas bloqueiam o *pied-piping* da preposição, como se vê em (13) e (14), em que esse procedimento resulta em sentenças mal formadas.

(13) *Ele convida (para as festas) [de quem]_i você gosta t_i

(14) *Com quem o João falou possui um apartamento na Paulista.

Observe-se que em PB, tal como observado em Medeiros Junior (2005), interrogativas indiretas, em oposição a RLs, autorizam o *pied-piping* da preposição. Esse procedimento em sentenças interrogativas é perfeitamente viável e produz sentenças convergentes. É o que se vê em (15).

(15) Ele perguntou [[de quem]_i você gosta t_i] (pergunta indireta)

Isso nos põe algumas dúvidas quanto à natureza sintática das sentenças em (7). Seriam elas de fato RLs? Na subseção a seguir, procuro apresentar mais um argumento em favor da não interpretação de sentenças do tipo de (7) como relativas livres comuns. Vejamos.

3.3. Clivagem

Como se mostrou em 3.1, as sentenças de (8) permitem a clivagem do sintagma-Wh, como se vê em (16). Observe-se que esse procedimento é viável em perguntas indiretas (18), mas não em RLs (17).

(16) a. Por quem é que eu me interessar é de conhecimento público.

b. Com quem é que a Ana sai não te interessa.

(17) a. Quem lê Guimarães Rosa é inteligente. (Relativa Livre)

b. *Quem é que lê Guimarães Rosa é inteligente

- (18) a. Ele perguntou quem lê Guimarães Rosa. (Pergunta Indireta)
 b. Ele perguntou quem é que lê Guimarães Rosa.¹⁵

Um trabalho de Miotto e Negrão (2007) argumenta consistentemente que a construção de sentenças clivadas é possível em contextos de interrogativas, mas não de relativas. Para esses autores, questões sintáticas mostram que sentenças clivadas não podem conter uma relativa. Se Miotto e Negrão estiverem certos, eis a razão por que a clivagem é impossível quando se tem RLs, contrariamente ao que acontece quando o assunto é uma pergunta indireta.

Temos, portanto, mais um argumento em favor de não considerar as sentenças em (7) como RLs legítimas. Mas isso ainda não é tudo; há ainda mais alguns argumentos em favor da hipótese que se levanta aqui. Passemos a eles.

3.4. O efeito do Comp duplamente preenchido

Outro argumento em favor da não categorização dos dados em (8) como RLs (também aventado em 3.1) vem da seguinte questão: sentenças em (8) autorizam a realização fonológica do núcleo C da subordinada (como se vê em (19a e b)), fato que, segundo Medeiros Junior (2005), é possível em interrogativas indiretas (20a), mas não em RLs (20b). Analisemos os dados em (19) e (20) a seguir.

- (19) a. Por quem que eu me interesse é do conhecimento público.
 b. Com quem que a Ana sai não é da sua conta.
- (20) a. Ele perguntou [_{CP} quem [_C que lê Guimarães Rosa]]. (Pergunta Indireta)
 b. *_{CP} Quem [_C que lê Guimarães Rosa]] é inteligente (Relativa Livre)

Observe-se que, em perguntas, é possível associar dois elementos-*wh* à posição conhecida como COMP (em linguagem moderna, o CP). Temos aí o sintagma-*wh*, que se supõe ocupar a posição de especificador

¹⁵ Discussão sobre esse tipo de possibilidade em interrogativas indiretas pode ser achada em Alvarenga (1981).

e o termo *que*, que se encontra no núcleo C.¹⁶ Esse procedimento, como se observa em 20b, é inviabilizado em RLs.

Medeiros Junior (2005, 2006) atribui essa impossibilidade à composição estrutural de RLs que, segundo esse autor, envolvem uma espécie de amálgama sintático entre os núcleos C e D envolvidos no processo de relativização; algo como um procedimento de incorporação de núcleos, tal como avaliado em Baker (1988), procedimento sintático que tem impacto direto na morfologia, considerando-se a forma morfológica do sintagma-wh.¹⁷ A impossibilidade da inserção do termo “que” no Comp de RLs seria inviabilizada por uma indisponibilidade do núcleo naquela posição, já que se entende que tenha se incorporado a D.

A análise de tais questões sugere (mais uma vez) que o que de fato se passa aqui é que as sentenças em (8) parecem muito mais se comportar como interrogativas indiretas do que propriamente com relativas livres. Vejamos um último argumento em função dessa análise.

3.5. Semântica

A questão da interpretação semântica de sintagmas-wh que integram RLs tem sido abordada em diversos estudos sobre o tema. A proposta mais corrente prevê que RLs apresentem uma interpretação maximizante,¹⁸ seja quando aponta uma totalidade, seja quando designa um indivíduo de uma espécie (cf. GROSU; LANDMAN, 1998).

¹⁶ Para um debate mais aprofundado sobre a questão, cf. Kato e Nunes (2009).

¹⁷ Consultar Medeiros Junior (2005, 2006) para avaliação detalhada dessa análise.

¹⁸ Semanticamente, entende-se que a interpretação do sintagma-wh em RLs sofra uma operação de maximização, a qual supõe que o conteúdo semântico da oração relativa seja o que mais importa para que se chegue à interpretação geral da sentença (cf. Grosu e Landman 1998). Essa operação força um tipo específico de leitura: a de que o indivíduo representado pela variável (o termo-wh) obtenha uma interpretação plural maximizante (ou máxima). Contrariamente ao que ocorre em relativas comuns com um antecedente, em que a interpretação é dada pelo conteúdo semântico-pragmático da entidade que o antecedente representa. Vejamos:

- (i) Ele conheceu os atletas que participaram da meia-maratona.
- (ii) Refiro-me ao pacote de medidas econômicas, que não me parece resolver muita coisa.
- (iii) Ele come o que colocamos na mesa.

Quanto ao PB, de acordo com Medeiros Junior (2005), RLs exibem uma leitura preferencialmente universal para o sintagma-wh que as integra, enquanto perguntas indiretas apresentam uma leitura existencial para esses elementos.

Observemos com atenção o dado em (21). A interpretação para a palavra-wh é necessariamente a de *quem quer que*. Dizendo de outro modo, a interpretação para o vocábulo *quem* na sentença relativa precisa estar baseada numa visão universal, isto é, que se possa aplicar a qualquer indivíduo que venha a se sentar na cadeira. *Quem quer que* sente naquela cadeira é entrevistado pelo Jô; ou: O Jô entrevista *quem quer que* sente naquela cadeira.

(21) O Jô entrevista quem senta naquela cadeira.^{19, 20}

Observe-se que em (i), a interpretação da sentença se dá na interseção entre o conjunto dos atletas e o conjunto daqueles que venceram a prova (conferir De Vries 2002 e Marchesan 2012), ou – como o quer Medeiros Junior (2015), na criação de um subconjunto (o dos que venceram) dentro do conjunto maior (o dos atletas).

Em (ii), o mais importante na interpretação da sentença é o conteúdo da expressão “pacote de medidas econômicas”, à qual se associa a relativa, coordenando à ideia principal uma informação adicional (cf. De VRIES, 2002).

Já o que temos em (iii) (contexto em que a subordinada é uma relativa livre) é o que se chama operação de maximização: o conteúdo de “o que colocamos na mesa” é o mais relevante para a interpretação do enunciado e a referência para [o que] é *o que quer que, o que quer que seja que*, o que faz que se entenda o conjunto de possibilidades de referências para a variável como plural e máximo.

¹⁹ Cabe ressaltar que mesmo em construções com formas verbais téticas, que remetam a uma ação efetivamente concluída e não iterativa, como em (21), a mesma interpretação digamos universal se aplica ao sintagma-wh de relativas livres. Vejamos:

(i) O Jô entrevistou quem escreveu esse livro.

Imaginemos que o enunciador da sentença continue seu discurso: “Eu não sei como é o nome do escritor, mas enfim... foi o escritor do livro que o Jô entrevistou; quem quer que seja que ele tenha entrevistado, a pessoa entrevistada escreveu esse livro.

Como se vê, mesmo em contextos altamente específicos, a associação da interpretação universal para o sintagma-wh é possível. Cf. Medeiros Junior (2014) para uma análise dessa possibilidade como uma propriedade morfo-semântica de sintagmas-wh em relativas livres.

²⁰ Para mais uma discussão sobre a semântica de RLs, ver Caponigro (2001).

➤ $\forall x, x = \text{uma pessoa [Jô entrevista } x]$

Já em (22), situação em que se tem uma pergunta encaixada, o mesmo tipo de procedimento interpretativo não pode ser aplicado ao sintagma-wh que integra a subordinada. Aqui, caso se queira obter o resultado esperado, é necessário atribuir ao sintagma-wh uma interpretação absolutamente existencial: eu quero saber a identidade da pessoa que pegou o dinheiro na gaveta. Ou seja: alguém pegou o dinheiro da gaveta, uma pessoa, e eu quero saber quem é essa pessoa.

Nesses casos, como se vê em (24a e b), a inserção da expressão **quer que** (que orienta uma leitura universal para o sintagma-wh na sentença) é completamente proibida.

(22) Eu quero saber quem pegou o dinheiro na gaveta.

➤ $\exists x, x = \text{uma pessoa [Eu quero saber quem é } x]$

(23) Por quem eu me interesse é de conhecimento público²¹.

➤ $\exists x, x = \text{uma pessoa [Eu em interesse por } x \text{ e } x \text{ é do conhecimento público]}$

²¹ Observemos detidamente o que ocorre em (i) logo abaixo:

(i) [Quem é corrupto] é de interesse do todo o povo.

Note-se que, nesse caso, como ocorre uma compatibilidade entre a categoria que encabeça a relativa livre (já que quem é um sintagma nominal) e a categoria que é esperada na posição de sujeito da oração matriz (um NP/DP também), a presente análise prevê que o que se mostra aí é de fato uma oração relativa livre em posição de sujeito. Nesse caso, portanto, a interpretação para o sintagma-wh que integra a sentença passa a ser universal, como já se previa antes: Quem quer que seja corrupto é de interesse de todo o povo.

O ponto relevante aqui é notar que tanto (23), quando a sentença em (i) são bem formadas, enquanto (14), repetida a seguir como (ii), não é:

(ii) [*Com quem o João falou] tem um apartamento na Paulista.

O que faria então a diferença entre (i) e (ii)? O fato de que em (i) a relativa livre é compatível com a categoria da posição que ocupa, enquanto em (ii) isso não ocorre. Mas em (23), que se esperaria ocorrer algo semelhante ao que ocorre em (ii), isso não acontece. Esse contraste fortalece a hipótese de que temos uma pergunta indireta em (23) com interpretação existencial para o sintagma-wh.

- (24) a. *Eu quero saber quem quer que pegou/ tenha pego o dinheiro na gaveta.
b.??? Por quem quer que eu me interesse é do conhecimento público.

Um olhar mais detido para as sentenças em (8) pode revelar que, para que se obtenha o resultado esperado, deve-se ler o wh com referência existencial.

Um argumento adicional pode ser dado com os enunciados a seguir:

- (25) A resposta para a pergunta *De quem o João gosta* é de conhecimento público.
(26) A resposta para a pergunta *Com quem a Maria sai* não é da sua conta.²²

Considerando todos esses fatos, somos levados a concluir que as sentenças que aparecem em (8) comportam-se muito mais como interrogativas indiretas do que como RLs, propriamente. Com base nessa ideia, passo a propor, na seção seguinte, o que entendo estar de fato acontecendo quanto aos dados postos em análise nesse trabalho.

4. Proposta

Conforme argumentos na seção anterior, o comportamento sintático das sentenças que aparecem em (8) se emparelha muito mais com o de perguntas indiretas do que com o de relativas livres em português do Brasil.

²² Um problema para essa hipótese (tal como apontado por um dos revisores anônimos) é a possibilidade de que para uma construção como a que se mostra em (i), a seguir, a interpretação dada ao sintagma-wh possa ser a universal:

- (i) Com quem a Maria sai não é da sua conta.
(ii) Com quem quer que seja que a Maria sai não é da sua conta.

Trata-se de fato de algo intrigante que talvez esteja relacionado à semântica do verbo “sair”, que contém uma noção iterativa. Talvez esse problema fosse minimizado, mas não totalmente resolvido, se a forma verbal na subordinada fosse outra:

- (iii) Com quem a Maria se casou não é da sua conta.

Essa questão fica em aberto para investigações futuras.

Como se evidenciou, pontos como a clivagem, o *pied-piping* da preposição, a possibilidade de inserir o termo *que* no núcleo de perguntas e das sentenças em (8) e a impossibilidade desse procedimento em RLs ou mesmo as questões referentes à interpretação apontam para uma maior possibilidade de se interpretar as subordinadas dos dados em (8) como perguntas encaixadas e não como RLs. Passo a admitir daqui em diante que isso esteja correto. Isto posto, resta discutir a sintaxe dessas sentenças.

Começemos inicialmente por investigar a questão do *matching* em RLs. A pergunta inicial é: o português é mesmo uma língua que apresente sentenças com e sem *matching*? Se isso é verdade, que tipo de sentença precisaria apresentar *matching* e quais as que dispensariam tal requerimento?

Em Medeiros Junior (2005), apresenta-se a seguinte análise: o PB apresenta RLs com uma forma verbal *realis* (as finitas) e outras com um verbo com traço *irrealis* (as infinitivas e as subjuntivas). Segundo a análise de Medeiros Junior, apenas relativas livres *realis* precisam obedecer ao requerimento de *matching*, algo totalmente dispensável em sentenças infinitivas ou subjuntivas. É o que se pode ver nos dados a seguir.

(27) O João não tem [DP [PP com quem conversar]].

(28) Não há [DP [PP do que a Maria não se queixe]].

Marchesan e Miotto (2009) argumentam contrariamente a essa análise definindo o PB como uma língua de *matching* obrigatório e propondo que infinitivas do tipo das que se vê em (28), por seu comportamento sintático, não podem ser consideradas relativas livres. A mesma análise os autores estendem para as sentenças infinitivas, como (27).

De fato, conforme já observado em Medeiros Junior (2006), em diversos contextos do português onde ocorre um, digamos, *mismatch* entre os requerimentos da matriz e a forma do sintagma-wh da subordinada, a língua opta por procedimentos que buscam se livrar da incompatibilidade para garantir o *matching*, procedimento exatamente idêntico ao de muitas línguas de *matching* obrigatório.

Sejam os dados:

- (29) a. *A Maria só conversa com de quem ela gosta.
b. *O João conhece com quem você saiu.

Não é incomum encontrarmos no PB construções como as que aparecem em (30), em que a língua apresenta uma opção ao *mismatching*:

- (30) a. A Maria só conversa com quem ela gosta.
b. O João conhece quem você saiu com ele.

Muito frequentes no vernáculo, as construções em (30) mostram que, em face do conflito de Caso evidenciado em (29), o apagamento do marcador de Caso da subordinada configura-se como uma estratégia alternativa para resolver o conflito em (29a). Sem o outro elemento que concorra com o predicador da matriz, o conflito se resolve e a derivação da sentença é possível.

Além disso, observa-se na língua também uma alternativa resumptiva – caso do dado em 30b – que também resolve o problema da incompatibilidade de requerimentos entre os elementos na matriz e na subordinada. Como se pode ver, o pronome resumptivo satisfaz os requerimentos do predicado mais baixo e a RL como um todo satisfaz as exigências do predicador na matriz.

Além desse tipo de estratégia, a língua também adota algumas outras estratégias alternativas para se livrar do conflito, como a correlativização, por exemplo,²³ o que nos leva a crer que Miotto e Marchesan parecem mesmo ter razão quanto ao *matching* em PB.

Passo a assumir com esses autores que o PB seja uma língua de 100% *matching*. Resta-nos propor, então, uma análise estrutural para os dados em (8).

Eis o que já sabemos:

1. As sentenças subordinadas em (8) são perguntas indiretas;
2. O PB é uma língua com *matching* obrigatório e as sentenças convergentes em que ele não ocorre não podem ser chamadas RLs.

²³ Para um detalhamento maior dessa proposta, cf. Medeiros Junior (2005).

Assim, qual a análise estrutural viável para as sentenças “subjativas” em (8)?

Se observarmos com atenção, as sentenças em (8) apresentam várias das características de um tópico:

- I – É possível estabelecer uma pausa entre a sentença “subjativa” e o resto da estrutura, como se tentou representar em (31)
- II – É possível que se empregue um resumptivo retomando a informação da sentença “subjativa”, como se vê em (31);
- III – É possível uma interpretação segundo a qual algo como o que se mostra após a vírgula em (32) seja o comentário atribuído ao tópico (a sentenças subjativa).

(31) De quem o João gosta, é um mistério insondável.

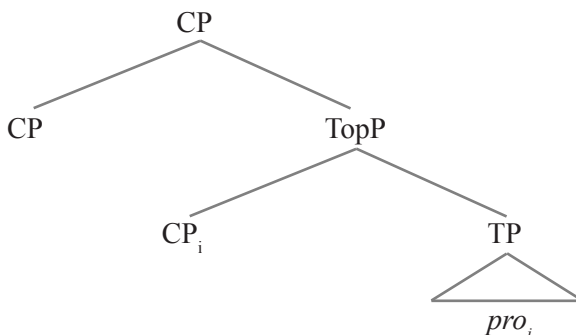
(32) De quem o João gosta, isto não é da sua conta.

Desse modo, passo a assumir que o que temos nos dados convergentes de (8) sejam sentenças interrogativas em posição de tópico, com um resumptivo nulo na posição de sujeito da matriz, algo que se aproxima da hipótese de Izvorski (1997), salvaguardadas as devidas distinções.

A ideia geral é a de que em (7) tenhamos RLs genuínas, para as quais o requerimento de *matching* é obrigatório, contrariamente ao que acontece em (8). Os dados em análise aqui constituem a estrutura em (33) e o diagrama em (34).

(33) [_{CP} [_{TopP} De quem o João gosta [_{TP} *pro* [é um mistério insondável].

(34)



Fica em aberto a discussão de sentenças como a que se mostra em (35) (nas quais não parece ocorrer o *matching*), que ainda apresentam uma dificuldade para a proposta que por ora se constrói. Essa discussão deverá ser retomada em trabalhos futuros.

- (35) a. Eu me desliguei de com que tava falanado e disse que o João trai a mulher.
 b. Ele não faz a menor ideia de com quem a filha sai.
 c. ?Minha mão nem sonha com por quem eu me interesso.

5. Considerações finais

A análise dos dados do PB revelou que orações relativas livres nessa língua precisam se submeter necessariamente ao efeito de compatibilidade (mesmo as que se encontram em posição de sujeito), o que ficou claro pelo fato de a língua apresentar algumas estratégias para se livrar do conflito (categorial ou de Caso) quando ele ocorre. Por essa visão, entendemos que a generalização proposta em trabalhos como os de Suñer (1983, 1984) e Harbert (1983), que prevê que RLs em línguas pro-Drop²⁴ não precisam se submeter ao efeito de compatibilidade, não parece estar correta.

²⁴ Uma questão que fica aqui em aberto é a que concerne ao fato de o PB estar perdendo a característica de língua pro-Drop, tal como proposto em Duarte (1993). Avaliações sobre essa questão e as possíveis consequências para a presente análise ficam em aberto para trabalhos futuros.

A análise do comportamento sintático de sentenças como as que aparecem no dado em (8) mostrou que não temos – nesse contexto – relativas livres em posição de sujeito, mas sim perguntas indiretas em posição de tópico. Questões como a possibilidade de se fazer o pied-piping, ou mesmo a possibilidade de realização de clivagem, ou ainda a possibilidade de ter o COMP duplamente preenchido nessas sentenças, conduziu-nos à dedução de que as sentenças-wh em (8) não podem se tratar de RLs, constituindo perguntas que se encontram topicalizadas.

A avaliação mais detida de dados como os de (35) fica em aberto para estudos futuros do fenômeno.

Referências

- ALVARENGA, D. *Sobre interrogativa indireta no português*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, MG, 1981.
- AXT, M. Condutas cognitivas e estratégias de processamento de orações relativas por crianças entre 6 e 13 anos. *Psicologia: reflexão e crítica*, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 43-54, 1992.
- BAKER, M. *Incorporation*. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.
- BRESNAN, J.; GRIMSHAW, J. The syntax of English free relatives. *Linguistic Inquiry*, v. 9, p. 331-391, 1978.
- CAPONIGRO, I. On the semantics of indefinite free relatives. In: KOPEN, M. v.; SIO, J.; De VOS, M. (Ed.). *Proceedings of ConSOLEX*. Leiden: SOLE, 2001. p. 49-62.
- CHOMSKY, N. *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Forris, 1981.
- CHOMSKY, N. *Knowledge of language. Its nature, origin and use*. New York: Praeger, 1986.
- CHOUPINA, M. C. M. G. Orações relativas: quando e como inseri-las na sala de aula. *Exedra*, v. 9, p. 49-68, 2010.
- COHEN, M. A. A. M. *Syntactic change in Portuguese: relative clauses and the position of the adjective in the noun phrase*. 1990. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas, 1990.

COHEN, M. A. A. M. *Orações relativas restritivas em português – registro formal e informal*. 1981. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, MG, 1981.

CORRÊA, W. R. *Oração relativa: o que se fala e o que se aprende no português brasileiro*. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas, 1998.

De VRIES, M. *The syntax of relativization*. Utrecht: Lot, 2002.

DUARTE, Eugenia. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary (Org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 107-128.

GOMES DA SILVA, R. M. *A gramática invisível – o caso das orações relativas*. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília - UnB, 2007.

GROSS, A.; RIEMSDIJK, H. v. *Matching effect in free relatives: a parameter of core*. Helmut Burske Verlag, 1981. p. 119-162.

GROSU, A. *Three studies in locality and case*. Routledge: London, 1994.

GROSU, A.; LANDMAN, F. Strange relatives of the third kind. *Natural Language Semantics*, v. 6, p. 125-170, 1998.

HARBERT, W. On the nature of matching parameter. *The Linguistic Review*, v. 2, p. 237-284, 1983.

HIRSHBÜHLER, P.; RIVERO, M. L. Remarks on free relatives and matching phenomena. *Linguistic Inquiry*, v. 14, n. 3, 1983.

IZVORSKI, R. (Non-) Matching effects on free relatives and *pro*-Drop. In: PRZEZDZIECKI, M.; WHALEY, L. (Ed.). *ESCOL '95*. Cornell University, 1996. p. 89-102.

IZVORSKI, R. Subject free relatives in null-subject languages: evidence from Slavic. In: BROWNE, W.; DORNISCH, E.; KONDRASHOVA, N.; ZEC, D. (Ed.). *Formal approaches to Slavic linguistics: the Cornell Meeting*, 1997. p. 267-288.

KATO, M.; NUNES, J. A uniform raising analysis for standard and nonstandard relative clauses in Brazilian Portuguese. In: NUNES, J. (Org.). *Minimalist essays on Brazilian Portuguese syntax*. Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2009. p. 93-120.

MARCHESAN, A. C.; MIOTO, C. As relativas livres infinitivas no PB. In: *Anais do XXIII Encontro Nacional da ANPOLL*. UFG, Goiânia, GO, 2008.

MARCHESAN, Ani C. *As relativas livres em português brasileiro e os efeitos de compatibilidade*. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, SC, 2008.

MEDEIROS JUNIOR, P. *Sobre sintagmas-Qu e relativas livres no português*. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2005.

MEDEIROS JUNIOR, P. Relativas livres: uma proposta para o português. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, UFMG, v. 14, n. 2, p. 429-455, 2006.

MEDEIROS JUNIOR, P. Sobre orações relativas livres em posição de adjunto: considerações sintático-semânticas acerca das construções com quando e onde. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, UFMG, v. 17, v. 1, p. 51-71, 2009.

MIOTO, C.; NEGRÃO, S. As sentenças clivadas não contêm uma relativa. In: CASTILHO, A. T. de C. *et alii* (Org.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro – estudos dedicados a Mary Kato*. São Paulo: FAPESP; Campinas: Pontes Editores, 2007. p. 159-183.

MÓIA, T. A sintaxe das orações relativas sem antecedente expresso no português. In: *Quatro estudos em sintaxe do português*. Lisboa: Edições Colibri, 1996. p. 149-188.

PERRONI, M. C. As relativas que são fáceis na aquisição do português brasileiro. *DELTA*, São Paulo, v. 17, n.1, p. 59-79, 2001.

RIZZI, L. The fine structure of the left periphery. In: HAEGEMAN, L. (Ed.). *Elements of grammar*. Kluwer, Berkeley, 1997. p. 281-337.

SUÑER, M. Free relatives and the pro-drop head hypothesis. In: HARBERT, W. (Ed.). *Cornell Working Papers 4: Papers from the Cornell Conference on Government and Binding Theory*, June 1982, 1983. p. 223-248.

SUÑER, M. Free Relatives and the matching parameter. *The Linguistic Review*, v. 3, p. 363-387, 1984.

VOGEL, R. Towards an optimal typology of the free relatives construction. IATL 8. In: GROSU, Alexander (Ed.). *Papers from the Sixteenth Annual Conference and from The Research Workshop of the Israel Science Foundation The Syntax and Relative Clause Constructions* Tel Aviv University, 2011. p. 107-119.

VOGEL, R. Free relative constructions in OT syntax. Resolving conflicts in grammars. In: FERRY, Caroline; FANSELOW, Gisbert (Ed.). *Sonderheft optimality theory*. Hamburg, 2002.

VOGEL, R. Surface matters. Case conflicts in free relative constructions and case theory. In: BRANDNER, Ellen; ZINSMEISTER, Heike. *New perspectives on case theory*. CSLI Publications, 2003. p. 269-299.

**As línguas românicas do/no Magrebe:
percurso histórico e presença contemporânea**

***Romance languages of/in Maghreb:
historical route and contemporary presence***

Francisco Javier Calvo del Olmo

Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil.

franciscoctl.ctl@gmail.com

Resumo: Este artigo propõe-se reunir e examinar elementos que permitam traçar o percurso histórico das línguas românicas no Magrebe. Desde uma abordagem interdisciplinar, apresentam-se as comunidades latinizadas durante a dominação romana, os contatos linguísticos que produziram a Língua Franca mediterrânea no período medieval, as minorias de *mouriscos* e *sefardim* procedentes da Península Ibérica estabelecidas no norte da África nos séculos XIV e XV, o processo da colonização francesa nos séc. XIX e XX e o mosaico linguístico das últimas décadas, após a independência. Dessa forma, identificam-se os componentes linguísticos latinos e românicos, cindidos e descontínuos, constitutivos do Magrebe enquanto espaço geográfico, cultural e humano.

Palavras-chave: Magrebe; línguas românicas; contato linguístico.

Abstract: This paper aims to gather and examine some elements to draw the historical course of the Romance languages in the Maghreb. It employs an interdisciplinary approach to present the Latinized communities during Roman domination, language contacts that produced the Mediterranean *Lingua Franca* during Middle Age, *Moorish* and *Sephardic* minorities settled in fifteenth and sixteenth centuries, the process of French colonization in nineteenth and twentieth centuries and the linguistic

mosaic of last decades, after national independences. This itinerary permits to pinpoint a linguistic Latin-Romance component, fragmented and discontinuous, constitutive of the Maghreb as a geographic, cultural and human space.

Keywords: Maghreb; Romance languages; linguistic contact.

Recebido em 7 de maio de 2015.

Aprovado em 16 de julho de 2015.

1. O Magrebe como espaço histórico: continuidade e cisões

A geopolítica tende a estabelecer conjuntos de países e áreas que transcendem as meras fronteiras dos Estados-nação, blocos regionais que não respondem apenas a critérios geográficos, mas assumem uma série de características sociais, culturais e históricas próprias, não isentas de assimetrias. Assim fazem parte de nosso imaginário espaços regionais tais como a América Latina, os Países Árabes, os BRICS, Médio Oriente, África Subsaariana, a Europa, o Sudeste Asiático, dentre outras. Além disso, é possível cindir cada uma dessas áreas em blocos menores: os países andinos, o Caribe, o Cone Sul, a Europa Mediterrânea, por exemplo. Dentro dos países árabes, pode se recortar uma área no ocidente formada pelos países litorâneos da África que ficam ao Oeste da Líbia: o Magrebe.¹ Segundo Azouzi (2008, p. 39), Magrebe em árabe significa *poente*, por oposição a *Maxerreque*, ou *sol nascente*.

Após as independências (o Marrocos e a Tunísia em 1956 e a Argélia em 1962), as elites econômicas e políticas desses países procuraram na prática do Islã e no legado da língua árabe os fundamentos da identidade pós-colonial magrebina e, conseqüentemente, adotaram uma política de arabização com o objetivo de compensar e reverter o

¹ Mesmo fazendo parte da União do Magrebe Árabe, a Líbia ocupa uma posição de ponte entre o Maxerreque e o Magrebe. Curiosamente, na antiguidade, a linha que separava o Império Romano de Ocidente (cuja língua veicular era o latim) do Império Romano de Oriente (cuja língua veicular era o grego) atravessava o atual território líbio.

processo de aculturação² e assimilação imposto durante a dominação colonial; ou seja: “la dissolution dans la culture étrangère importée par la colonisation et perpétuée par les multiples échanges économiques et culturels avec le monde occidental”³ (BENZAKOUR; GAADI; QUEFFÉLEC, 2000, p. 60). Desse modo, o discurso da arabização se instituiu sobre outros elementos profundamente enraizados na região tais como as africanidades, as culturas berberes ou a presença secular latina.

Porém, Frantz Fanon (1963, p. 52) escrevia que a cultura aborrece a simplificação enquanto Bourdieu (2012) recordava como o califa Omar brincava com a raiz *frq*, que em árabe significa divisão, e que coincide com as consonantes de Ifriqiya, nome usado também para designar o Magrebe:

“L’Afrique (du Nord), c’est le fractionnement !” Telle est bien l’apparence que proposent le passé et le présent du Maghreb. Diversité ou unité ? Continuité ou contrastes ? À ne retenir que les différences, ne risque-t-on pas de laisser échapper l’identité profonde?”⁴ (BOURDIEU, 2012, p. 7).

Avançando em sua argumentação, este autor aponta que unidade e pluralidade, continuidade e divisão, representam aspectos antitéticos que precisam um do outro para determinar seus significados; assim define o Magrebe como espaço de confrontação entre elementos culturais diversos de onde emerge uma civilização magrebina original em contínua interação: “Il n’est pas au Maghreb de monde clos et partant, pur et intact; pas de groupe si isolé, si replié sur soi qui ne se pense, ne se juge en référence à des modèles étrangers”⁵ (BOURDIEU, 2012, p. 9).

Dentro do espaço que sucintamente recortamos, tentaremos examinar, nas próximas seções do artigo, a presença de núcleos falantes

² Isto é, a dissolução da cultura local na cultura estrangeira importada pela colonização e perpetuada através das múltiplas trocas econômicas e culturais com o mundo ocidental.

³ A dissolução na cultura estrangeira importada pela colonização e perpetuada pelos múltiplas trocas econômicas e culturais com o mundo ocidental.

⁴ “A África (do Norte) representa a cisão!” Esse é exatamente o aspeto que apresenta o passado e o presente do Magrebe. Diversidade ou unidade? Continuidade ou contrastes? Se só retivermos as diferenças, não corremos o risco de deixar escapar uma identidade profunda?

⁵ O Magrebe não é um mundo fechado, puro e intato; não tem nenhum grupo isolado e ensimesmado o suficiente para não pensar-se e julgar-se em referência a modelos estrangeiros.

de diversas variedades de latim ou de línguas românicas no vasto eixo temporal de dois milênios, as complexas relações que esses elementos latinos estabelecem com as línguas berberes e o árabe dialetal, assim como sua vigência integrada em uma identidade magrebina plural.

2. O percurso do latim na África: auge, declive e previdência

De acordo com Fanciullo (1986, p. 163), a presença do latim na franja litorânea do Norte da África, isto é, no Magrebe, ocorreu como resultado das Guerras Púnicas, séc. III e II a.C., nas quais Roma e Cartago disputaram o controle do Mediterrâneo ocidental. Ao final da terceira Guerra Púnica, a cidade de Cartago foi destruída e o poder romano estabeleceu a proibição de habitar aquele lugar até que em 29 a. C. o imperador Augusto refundou a cidade chamando-a Colônia Julia Cartago. Deste modo, a região, dividida nas províncias de *África Proconsularis*, *Mauretania Caesarensis*, *Tingitana* e *Numidia*, se tornou um área central do orbe romano. O latim suplantou o púnico, a língua de Cartago, como idioma hegemônico na região e se difundiu gradativamente desde os centros urbanos. Já ao Oriente, na província da Cirenaica, começava o território onde o grego era a língua veicular de acordo com Tagliavini (1993, p. 250). Porém, parte da população africana resistiu à assimilação cultural com sucesso:

En la costa septentrional de África había una población indígena, semicivil, que resistió a la asimilación romana, como más tarde a la árabe. Se trata de la población que los antiguos llamaron “líbica” y que hablaba un idioma perteneciente a la familia camítica; dicha población se prolonga directamente en los modernos bereberes, cuyos dialectos, esparcidos por el África septentrional en grupos discontinuos, se extienden de la costa atlántica [...] hasta el oasis de Siwah en Egipto (TAGLIAVINI, 1993, p. 251).⁶

⁶ No litoral setentrional da África havia uma população indígena, semicivil, que resistiu à assimilação romana, e mais tarde à árabe. Trata-se da população que os antigos chamaram de “líbica” que falava um idioma pertencente à família camítica; essa população se prolonga diretamente nos modernos berberes, cujos dialetos, espalhados pela África setentrional em grupos descontínuos, abrangem da costa atlântica [...] até o oásis de Siwah no Egito.

O cenário linguístico que foi aqui desenhado não devia ser muito diferente ao de outras províncias como a Hispânia ou a Gália; e ele deve ter mantido certa continuidade apesar do colapso do império e as lutas entre vândalos e bizantinos pelo controle dos territórios africanos. Porém, a expansão do Islã interrompeu o processo de romanização; Cartago foi tomada pelos muçulmanos em 698 e, embora o império bizantino conseguisse recuperar a cidade, em 705 um novo ataque muçulmano a reduziu a cinzas, como séculos atrás os mesmos romanos tinham feito com a Cartago púnica. Finalmente, os exércitos enviados desde o Califado Omíada de Damasco consolidaram o domínio do Islã. Inicia-se então a paulatina conversão ao Islã e a arabização das tribos berberes e da população norte-africana latinizada e cristianizada. Esse processo pode-se sintetizar em duas fases:

(i) século VII a XI, em que o árabe só domina nas cidades (Fès, Kairouan, Tlemcen); (ii) do século XI ao XIII, em que se dá a invasão dos hilalianos, que completa o processo de arabização de toda a região. Com isso, esboça-se o que serão os dialetos árabes da região do Maghreb (árabe beduíno) (COUTO, 2002, p. 25).

Entretanto, a chegada do Islã não provocou o desaparecimento automático nem do latim africano nem da população cristã; originando um panorama ecolinguístico de enorme complexidade:

La situazione etnico-linguistico-religiosa dell'África settentrionale dopo la conquista araba si presenta troppo complessa perché non sia lecito sospettare, dietro la definizione di 'barbari', gruppi di romanzofoni ma anche di berberofoni e perfino di grecofoni, indipendentemente dalla religione professata; o non si possano ammettere, eventualmente, nuclei di cristiani arabofoni (FANCIULLO, 1986, p. 164).⁷

⁷ A situação étnico-linguístico-religiosa da África setentrional após a conquista árabe apresenta enorme complexidade e é lícito a hipótese da existência, atrás da definição de 'bárbaros', de grupos de falantes de variedades românicas e também de falantes de berbere e inclusive de falantes de grego, com independência da religião que professassem; ou admitir, eventualmente, a existência de núcleos de cristãos falantes de árabe.

Esta latinidade autóctone africana não deixou documentos escritos; no entanto, existem indícios históricos e epigráficos que permitem pensar que a língua se manteve durante a Alta Idade Média, provavelmente em forma de variedades neolatinas locais. Primeiramente, as inscrições dos cemitérios cristãos de Fondúgh el Maggúz e de Ain Zara, ambos os dois próximos a Trípoli, testemunham uma tradição epigráfica em latim mantida, pelo menos, até o séc. IX. Fanciullo (1986, p. 163-164) explica que as hipercorreções e os erros que contêm esses epitáfios escritos em latim requisitam ser explicados dentro de um contexto de diglossia latino-românica. Em segundo lugar, os empréstimos linguísticos latinos e românicos integrados fonética e morfológicamente em vários idiomas da família berbere e nos dialetos do árabe magrebino, assim como nos topónimos e antropónimos locais completam as informações que as inscrições oferecem para reconstruir a fisionomia do latim africano. Por último, o geógrafo árabe Al-Idrisi, que escreve no séc. XII, informa da existência na cidade de Gafsa, no sul da Tunísia, de *ar-Rūm al-Afāriqa*, romanos africanos, falantes de *al-lat.īnī al-ifrīqī*, ou seja, latim africano. Nesse mesmo período, a exígua população cristã norte-africana apoiou a conquista normanda de Roger II de Sicília do litoral tunisino, de acordo com Abulfia (2014). Em todo caso, a breve vida do Reino Normando da África, de 1135 a 1160, e as possíveis represálias das autoridades muçulmanas, uma vez recuperado o território, sobre a população cristã, e talvez latina, pôde acelerar o desaparecimento das variedades românicas locais, seguramente antes do final da Idade Média.

Deste modo, salienta-se como as línguas românicas seguem trilhos divergentes na margem norte e sul do Mediterrâneo; as línguas neolatinas são adotadas nas chancelarias dos reinos europeus no séc. XII e começam então a afirmar-se como línguas de cultura frente ao latim, enquanto que as variedades africanas, agonizam em núcleos cada vez mais reduzidos e isolados até se extinguirem. Por esse motivo, a linguística românica classificou as antigas províncias africanas dentro da *Romania Submersa*, ou seja, dos territórios onde o latim não teve continuidade (RENZI, 1982; TAGLIAVINI, 1993; POSNER, 1998). Em contraste com essa tese geralmente aceita, devemos considerar que o declive da latinidade norte-africana coincide com a instalação no Magrebe de novas populações romanófonas. A chegada dos judeus sefardim e os mouriscos expulsos de Castela, Aragão e Portugal, o florescimento do comércio com as cidades da Itália e as conquistas militares de enclaves litorâneos pelos

reinos cristãos são fatos que renovaram a presença das línguas românicas na região durante a Idade Moderna.

3. Minorias e línguas em contato: das Cruzadas ao fim do *Ancien Régime*

A partir do século XV, diferentes Estados da margem norte do Mediterrâneo estabeleceram colônias e enclaves comerciais em pequenas ilhas e praças fortificadas do litoral magrebino. Em 1415, João I de Portugal conquista Ceuta e, nas décadas seguintes, os portugueses se apoderaram de Alcácer-Seguir, Tanger, Arcila, Mazagán, Safi e Agadir; só a derrota na batalha de Alcácer-Quibir, em 1578, deteve seus interesses expansionistas. A maioria desses enclaves passou depois às mãos da Coroa Hispânica que já tinha conquistado Melilha em 1497 e Orã em 1509. Em 1540, a família genovesa dos Lomelli instala na ilha de Tabarka, perto de Túnis, uma colônia dedicada à pesca de coral. Anteriormente, a ilha de Djerba, também próxima à Tunísia, tinha sido conquistada pelo almirante aragonês Roger de Lauria e é precisamente nessa ilha onde se compõe, em 1284, o poema satírico o *Contrasto della zerbitana*, considerado hoje o primeiro testemunho da Língua Franca.

A Língua Franca representa um fenômeno bastante complexo e deve ser considerada como o pidgin usado nos portos do Mediterrâneo desde a Idade Média até o século XIX como veículo de comunicação entre populações da margem sul – principalmente árabes, turcos e berberes – e da margem norte – falantes de idiomas neolatinos: genoveses, venezianos, pisanos, catalães, espanhóis, franceses, portugueses entre outros –. Concomitante, escritores de diferentes nacionalidades usaram a Língua Franca para caracterizar personagens e representar ou caricaturar certa imagem de oriente.

Sur une grande partie des pourtours méditerranéens, dont les côtes de l'Italie, de la France, de l'Espagne et du Maghreb, la *lingua franca* fut en usage, durant tout le Moyen Âge, l'époque classique, et jusqu'au début du XIXe siècle, dans les relations commerciales, politiques, diplomatiques ou guerrières qu'eurent avec les Français les souverains d'Alger et de Tunis, ainsi que les marchands et voyageurs, militaires et marins. La dynamique de ces rapports assez instables, et sans doute aussi le caractère

coloré et pittoresque d'un sabir où se mélangeaient des mots d'origines hétéroclites (surtout italiens, mais aussi provençaux, catalans, castillans, français, grecs, turcs et arabes) firent de la *lingua franca* un sujet de fantaisies littéraires, comme il en apparaît dans les pièces de Goldoni, Calderón, et, chez Molière, dans la célèbre turquerie d'une des scènes du *Bourgeois gentilhomme* (HAGÈGE, 2000, p. 154).⁸

Observa-se assim que a Língua Franca foi usada durante o longo período que une a Baixa Idade Média e as vésperas da colonização francesa, no séc. XIX; mas cabe se questionar quando e sob quais circunstâncias teria se originado. As Cruzadas têm um papel importante no seu surgimento e, de fato, os povos orientais chamavam aos povos da Europa ocidental de francos: por 'franco' entendiam “*o modo como os europeus se comunicavam*” (COUTO, 2002, p. 16) e assim o termo árabe *lisān-al-farangī* designava o idioma dos francos. O mesmo autor afirma que “de acordo com o bizantino Joannes Tzetzes, por volta do séc. XII a comunicação entre 'latinos' (ocidentais) e bizantinos se dava em latim” (COUTO, 2002, p. 39). Deste modo, podemos conjecturar a existência de um latim comercial simplificado, do qual a Língua Franca seria continuadora; mesmo carecendo no momento atual de documentos suficientes para prová-lo, “as atividades dos romanos, levando alguma variedade de sua língua para diversas partes da região, deve ter pelo menos contribuído para a preparação do terreno ao advento da LF” (COUTO, 2002, p. 23). Portanto, o surgimento da Língua Franca enlaça com o latim usado por comerciantes da Alta Idade Média que, por sua vez, estabelece continuidade com o latim implantado nas províncias africanas durante o Império.

⁸ Em boa parte da bacia mediterrânea, compreendendo o litoral da Itália, da França, da Espanha e do Magrebe, a *lingua franca* esteve em uso, durante toda a Idade Média, a época clássica até o começo do séc. XIX, nas relações comerciais, políticas, diplomáticas ou bélicas que tiveram com os franceses os soberanos de Argel e Túnis, assim como com os mercadores e viajantes, militares e marinheiros. A dinâmica dessas relações bastante instáveis, e também o caráter colorido e pitoresco de um *sabir* que misturava palavras de origens heteróclitas (principalmente italianas, mas também provençais, catalãs, castelhanas, francesas, gregas, turcas e árabes) fizeram da *lingua franca* sujeito de fantasias literárias, como aparece nas peças de Goldoni, Calderón, e, no caso de Molière, na célebre cena do turno no *Bourgeois gentilhomme*.

Quanto à sua composição, a Língua Franca variava segundo o lugar e a época, mas o núcleo léxico principal era essencialmente românico com predominância de elementos vênéticos, genoveses e aportes do toscano, castelhano, catalão, siciliano, occitano, francês e português, bem como de outras línguas não latinas: grego, turco e árabe. A respeito da sua implantação geográfica, devia abranger praticamente a totalidade dos portos da bacia mediterrânica; porém, nas cidades magrebinas de Argel, Túnis, Trípoli e Orã teve uma presença mais maciça e duradoura. O frei beneditino Diego de Haedo descreveu a Argel do século XVII como um espaço plurilíngue onde coabitava o turco, o árabe dialetal e clássico, o cabila (língua berbere) e a própria Língua Franca que ele denomina *modo de hablar christiano*. No entanto, nunca alcançou esferas prestigiadas ou oficiais e “mesmo em Argel, a Língua Franca era mera língua auxiliar, meio precário de comunicação entre falantes de línguas mutuamente ininteligíveis” (COUTO, 2002, p. 21).

A Língua Franca se une a outras formas de expressão linguística e outras produções textuais românicas praticadas por comunidades estabelecidas no Magrebe durante a Idade Moderna. Neste ponto devemos apresentar a aljama, palavra que serve para designar os textos escritos em espanhol usando o alfabeto árabe, produzidos por muçulmanos que moravam nos territórios cristãos da Península Ibérica entre os séc. XV e XVII, de acordo com Bouras (2009, p. 74). A população muçulmana que morava nos reinos cristãos da Península Ibérica (majoritariamente nos reinos de Aragão e Valência) foi obrigada a abraçar a fé cristã; mas, devido à desconfiança da nobreza e do clero, os membros dessa comunidade mantiveram uma identidade cultural diferenciada e receberam o nome de mouriscos (*moriscos* em espanhol e catalão). Durante todos os séculos que durou a presença muçulmana em Al-Ândalus os intercâmbios de população entre a Península Ibérica e o Magrebe tinham sido constantes, mas entre 1609 e 1616 essa ingente comunidade⁹ viu-se obrigada a atravessar o Estreito de Gibraltar quando Felipe III decretou a sua expulsão definitiva. O impacto da chegada dessa população no Magrebe possui enorme quantidade de elementos que podem ser analisados desde diversas perspectivas e enfoques. Aqui só apontaremos que uma parte deles foi para as áreas rurais e introduziu

⁹ Couto (2002, p. 25) estima entre 150.000 e 900.000 o número total de mouriscos ou muçulmanos que retornam para o norte da África.

novas culturas e técnicas agrárias, enquanto outros se instalaram em cidades como Fez, Tetuão, Rabat, Chauen e Orã fundando bairros e influenciando nas dinâmicas econômicas, políticas e culturais da região. Muito provavelmente, as primeiras gerações conservaram a língua trazida da península já que o conhecimento do árabe devia ser precário para muitos; posteriormente ela, ou algumas das suas palavras e expressões, pôde se manter nessas comunidades como vínculo que reforçava os laços entre os membros. Epalza e Slama-Gafsi (2010, p. 144) assinalam que o uso do espanhol por mouriscos fabricantes de *chechías*,¹⁰ em Túnis, servia para proteger os segredos da fabricação. De acordo com os mesmos autores, os mouriscos instalados no Magrebe abandonaram os nomes cristãos – adotados no batismo – por nomes árabes; porém, muitos conservaram os sobrenomes hispânicos como sinal de identidade. Além disso, a literatura aljamiada, liberada da clandestinidade à qual foi exposta em território peninsular, floresceu no Norte de África, produzindo obras de diverso gênero. Entretanto, o árabe, língua do Islã, dominante em todas as esferas, exerceu pressão contra o uso da aljamia.

Os judeus sefardim, oriundos da Península Ibérica, seguiram um caminho análogo ao dos mouriscos. Expulsos dos Reinos de Castela e de Aragão em 1492 foram acolhidos pelo Império Otomano e se estabeleceram principalmente em cidades dos Bálcãs e na beira magrebina do Mediterrâneo. Essas comunidades mantiveram o uso do judeu-espanhol nas centúrias seguintes junto à algumas tradições culturais peninsulares.

Se as práticas linguísticas românicas dos mouriscos acompanhavam uma tradição literária própria, a aljamia; o judeu-espanhol usado pelos sefardim encontra o seu reflexo no ladino. Este “no ha sido nunca una lengua hablada, sino la traducción “verbo a verbo” del hebreo o el arameo al español de textos bíblicos o de oraciones rituales”¹¹ (ALVAR, 2000, p. 31). Nesse mesmo sentido, Hagège (2000, p. 275) classifica o ladino como *língua de decalque*, que toma a morfologia e a sintaxe do hebreu e o vocabulário da língua vernácula da diáspora, destinada só à tradução e leitura dos textos religiosos. Entretanto, nos séc. XVIII e XIX o judeu-

¹⁰ Um tipo de barrete ou chapéu sem abas alargado para cima tradicionalmente usado no vestuário masculino magrebino.

¹¹ Nunca foi uma língua falada, mas a tradução “verbo a verbo” do hebreu ou do aramaico ao espanhol de textos bíblicos ou de orações rituais.

espanhol chegou a ser usado em peças de teatro, cantigas populares e até publicações periódicas de acordo com as necessidades dos seus falantes.

Podemos conjecturar que o contato dos mouriscos e dos sefardim, instalados no Magrebe, com comerciantes, soldados, marinheiros e escravos procedentes da Espanha, deve ter contribuído para a conservação e renovação dos usos dessas línguas nos séculos que seguiram à expulsão.

Em síntese, observamos que, durante a Idade Moderna, se integram no espaço cultural, social e linguístico magrebino diferentes variedades românicas transplantadas desde a *Romania Continua* no Sul da Europa. Assim, nos portos magrebinos floresce a Língua Franca, pidgin de base léxica românica; enquanto núcleos de judeus sefardim e de mouriscos mantêm variedades ibéricas na comunicação ao interno da comunidade e recebem cultivo literário. Salienta-se a diferença entre a Língua Franca que serve como veículo de comunicação entre grupos étnicos distintos e as línguas dos sefardim e dos mouriscos, restritas aos âmbitos familiares ou comunitários. Por fim, as praças, ilhas e enclaves ocupados por Portugal, Espanha e Génova são pontos de difusão das línguas desses Estados, consolidadas a partir do séc. XV como línguas de cultura. Os empréstimos léxicos que transitam em ambos os sentidos dão testemunha desse cenário complexo e dinâmico onde as línguas majoritárias do Magrebe, árabe e berbere, coabitam com as línguas neolatinas, a *língua do outro*, por um período de mais de quatrocentos anos.

4. O atual mosaico plurilíngue: colonização, línguas em contato e hibridação

A penetração das potências europeias, inscrita no processo de colonização da África, alterará profundamente o cenário esboçado na seção precedente. Em 1830 a armada francesa desembarca na cidade de Argel e depõe a autoridade otomana; em seguida, a França ocupa a faixa litorânea argelina e avança para o Sul no deserto do Saara. Em 1881, se implanta em Túnis o protetorado francês enquanto em 1912 Paris estende o seu protetorado sobre a maior parte do Marrocos. Em menos de cem anos, a França consegue consolidar um sistema colonial na região. A sociedade magrebina se vê profundamente alterada no seu conjunto ao se integrar em um contexto que reposiciona o significado dos traços culturais locais. Os europeus transferidos para terras magrebinais criam um entorno familiar que reflete a própria imagem, como negação

da fisionomia do país anterior a sua chegada. Destarte, o colonizado se torna um estrangeiro na própria terra, obrigado à escolha entre adaptar-se aos padrões do colonizador ou manter-se fiel a sua própria cultura. Essa brecha permeia o conjunto da sociedade colonial, constituída como justaposição de duas comunidades de acordo com Bourdieu (2012, p.128). A comunidade europeia, formada pelo colonizador e os assimilados (*minorité majoritaire*), domina o plano social, cultural, econômico e político enquanto a comunidade formada pelas populações autóctones, árabes e berberes, fica marginalizada em todos os níveis.

No plano linguístico, Huchon (2002, p. 232) define a implantação no Magrebe como um dos acontecimentos marcantes da história do francês no curso do séc. XIX. Cabe salientar que o francês não se implanta *ex novo* no Magrebe, mas se apoia nas variedades românicas preexistentes; a Língua Franca, chamada pelos conquistadores de *sabir*, serve como primeiro canal para a comunicação entre colonizadores e colonizados; este pidgin irá se aproximando ao francês padrão, dando lugar a formas mais ou menos afastadas do *bon usage* metropolitano. Igualmente a Aliança Israelita Universal, fundada na França em 1860, exerce forte influência sobre as comunidades judias magrebina que abandonam progressivamente o judeu-espanhol em favor do francês, língua detentora de maior prestígio.¹² Por outro lado, o Magrebe se torna rapidamente um importante produtor de cultura e literatura em língua francesa com *l'École d'Alger* e o trabalho de intelectuais e escritores como Gabriel Audisio, Jean Amrouche, Emmanuel Roblès e a figura central de Albert Camus.

As mudanças que enunciamos se consolidam durante a primeira metade do séc. XX, mas os resultados da Segunda Guerra Mundial (momento em que Argel chegou a ser a capital da França liberada) e os processos de descolonização alteram de novo o mencionado entorno linguístico. Assim, a Argélia alcança a independência em 1962, após uma longa guerra de libertação; por sua vez, a Tunísia e o Marrocos já eram estados independentes desde 1956. Nesse momento, estes três países procuraram recuperar (ou construir) identidades nacionais promovendo a arabização, consoante com a prática do Islã e os valores patriarcais,

¹² O decreto Crémieux aprovado em 24 de outubro de 1870 concedia a nacionalidade francesa aos quase quarenta mil judeus da Argélia, majoritariamente de origem sefardim, assimilados no cultural e no linguístico à nova metrópole.

em detrimento de outros elementos culturais. Entretanto, a influência da colonização europeia se prolonga além da independência; fato que faz com que o Magrebe se apresente hoje como um mosaico linguístico marcado pela hibridação, onde várias línguas e dialetos coabitam com *status* desigual.

Primeiramente, os berberes, distribuídos em comunidades dispersas sobre o vasto espaço magrebino, conformam a população majoritária em algumas regiões como a Cabília argelina ou o Rif marroquino. Após as independências, a marginalização dessas comunidades nos novos estados-nação provocou o surgimento de movimentos que reivindicavam proteção e promoção das identidades berberes não isentos de conflito. Nos últimos anos ocorreram alguns avanços: a Argélia reconheceu o *tamazight*, língua berbere, como segunda língua nacional junto ao árabe em 2002 enquanto a nova constituição do Marrocos concedeu o *status* de língua oficial ao berbere em 2011.

Em segundo lugar, podemos entender a língua árabe, hegemônica no espaço magrebino, como o somatório de variedades e usos diferenciados. O árabe clássico, a língua do Alcorão e da liturgia no Islã, serve como base para o árabe moderno, língua oficial presente na imprensa e na mídia, na produção literária, audiovisual e científica assim como em todos os âmbitos do Estado (sistema educativo, judicial, forças armadas etc.). A política de arabização, empreendida pelas autoridades desde as independências, tem procurado estender o uso desse idioma a todos os setores sociais. Porém, este árabe moderno não é a língua materna nem cotidiana da população; quinze séculos de história da língua árabe em solo magrebino originaram um mosaico de variedades dialetais, chamadas de *daríja* por seus próprios locutores.¹³ A *daríja* muda de um país a outro assim como entre as cidades e regiões de cada país e entre os grupos sociais. O estabelecimento de três unidades nacionais – Argélia, Marrocos e Tunísia – tende a consolidar três variedades praticadas na vida pública de cada país: árabe argelino, árabe marroquino e árabe tunisino; diferenciadas, mas mutuamente inteligíveis.

Neste ponto devemos examinar o papel que os novos Estados independentes concedem à língua do colonizador, o francês. Azouzi

¹³ Os dialetos magrebinos conformam um bloco frente aos dialetos do Maxerreque, resultado dos fenômenos que definem a composição linguística, histórica e cultural da região.

(2008) explica a falta de consenso e a ambivalência das elites políticas e intelectuais argelinas, marroquinas e tunisinas após as independências a respeito do novo *status* da língua francesa, “tantôt contestée, tantôt adoptée”,¹⁴ praticamente ausente nas constituições. Situação que perpetuou a penetração do francês graças à extensão da escolarização, a presença desse idioma na mídia e nos textos oficiais¹⁵ e ao seu papel dominante nas relações profissionais. Nas últimas três décadas do séc. XX, aparecem novos fatores que dinamizam a presença meramente *hereditária* do francês no Magrebe: primeiramente, ele não é mais percebido como sinal da colonização, mas como uma língua de cultura, como um idioma internacional que possibilita maior abertura ao mundo; ao mesmo tempo, a maciça migração magrebina para a antiga metrópole reforça a prática desse idioma no seio das famílias que vivem repartidas entre as duas margens do Mediterrâneo; além disso, surge uma literatura magrebina de expressão francófona continuadora da literatura magrebina francesa do período colonial. Essas/es escritoras/es (argelinas/os, marroquinas/os ou tunisinas/os) compartilham um horizonte comum transnacional: o Magrebe. Em síntese, na atualidade, o Magrebe abriga a segunda comunidade francófona mais numerosa do mundo depois da França¹⁶ e a língua aportada pelo colonizador se enraizou nas sociedades dos países independentes e entrou em um processo de vernacularização.

Nesse sentido é necessário esclarecer que a prática da língua francesa não é homogênea na região. Segundo Benzakour, Gaadi e Queffélec (2000, p. 84-113), existe uma variedade alta, *variété acrolectal*, conforme à norma culta do Hexágono, fonte de prestígio social, praticada pela elite. Em contrapartida, há uma variedade baixa, *variété basilectale*, usada por pessoas não ou pouco letradas que adquiriam alguns rudimentos de francês *sur le tas*. Por fim, existe uma variedade intermédia, *variété mésolectale*, difundida na mídia e usada pelos escritores francófonos que

¹⁴ Por vezes contestada e por vezes adotada.

¹⁵ Assim o *Journal officiel de la République tunisienne* (JORT), *Bulletin officiel du Royaume du Maroc* (BORM) e o *Journal officiel de la République algérienne démocratique et populaire* (JORA) disponibilizam versões em francês com caráter informativo, tendo valor legal apenas a versão em árabe.

¹⁶ As cifras da Organisation Internationale de la Francophonie (OIF) contabilizam 10 131 000 de francófonos, totais ou parciais, no Marrocos (33% da população total); 6 360 000 na Tunísia (63.6% da população) e 18 000 000 na Argélia (48% da população). Os três países totalizam 34 500 000 milhões de francófonos (48% da população magrebina).

acompanha à expansão da classe média em detrimento da variedade alta e baixa. Este é um francês em contato linguístico que adquiriu formas locais e não se percebe hoje como língua estrangeira, mas como língua adotada e remodelada para responder às necessidades socioculturais do contexto magrebino. Cada variedade não forma um circuito fechado, isolado das outras, mas se integra em um *continuum* que vai do francês mais próximo ao padrão parisiense ao francês mais localmente marcado.

Por último, outras línguas europeias têm presença hoje em território magrebino. O espanhol está focalizado no norte do Marrocos, sustentado pelas relações históricas, os intercâmbios comerciais, a distribuição da mídia espanhola, os movimentos migratórios e a ação cultural hispano-marroquina. Além disso, a Espanha mantém duas cidades autônomas na costa africana: Ceuta e Melilha. A presença do italiano na Tunísia responde a razões análogas. Finalmente, o inglês como língua hegemônica global também irradia a sua influência na região.

Dentro do complexo mosaico linguístico apresentado, em que várias línguas convivem e concorrem entre si, parece lógico que tenham surgido formas de expressão híbridas. O bilinguismo maciço árabe-francês está na base do *code mixing* ou alternância entre os dois idiomas na conversa informal das grandes cidades magrebínas, onde confluem o árabe dialetal urbano, repleto de empréstimos franceses, e o francês *mésolèctal*, praticado pelas mesmas camadas populacionais. Essa miscigenação linguística firma-se hoje como veículo de expressão em gêneros que vão da música rap ao teatro.

5. A modo de conclusão: Latinidade e Magrebe

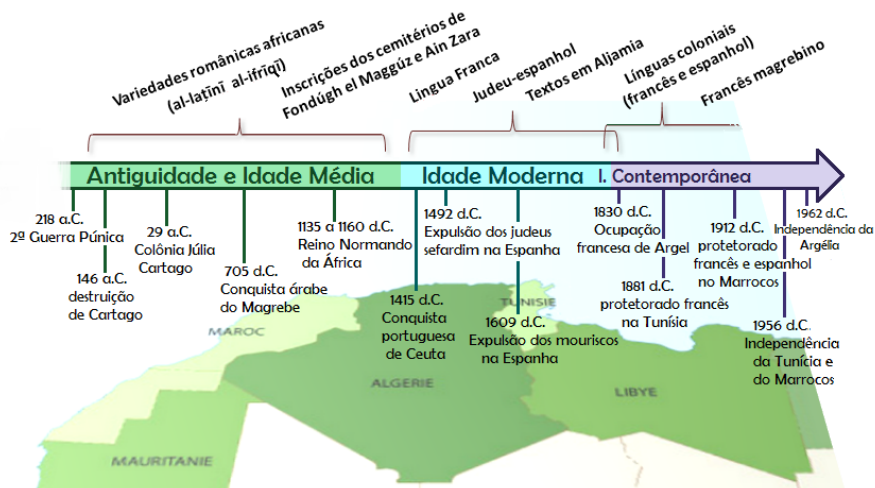
A linguística e a filologia românica demarcaram algumas diferenças entre os territórios onde se fala um ou vários idiomas derivados do latim. Assim, Badia i Margarit (2007, p. 27-29) considera a existência de uma *Romania Continua* ou *Antiqua* à qual pertencem aqueles territórios do sudoeste europeu que fizeram parte do Império Romano e onde se formaram as línguas neolatinas: português, espanhol, francês, catalão, occitano, italiano, romeno e as outras. Entretanto, a extensão atual dessa família linguística na Europa, a *Romania Continua* ou *Antiqua*, não coincide com o *limes* do império de Trajano; houve extensas áreas aonde o latim não chegou a arraigar enquanto em outras foi substituído com o correr dos séculos; esses territórios conformam a *Romania Submersa*.

Por fim, a expansão imperialista, política e comercial de alguns povos neolatinos a partir do século XV transplantou várias dessas línguas (fundamentalmente o espanhol, o português e o francês) para amplíssimos espaços que configuram a *Romania Nova*. A presença das línguas neolatinas no Norte da África se conforma a partir das descontinuidades de sua história; já que faz parte da *Romania Submersa*, daquelas regiões onde o latim foi substituído por outros idiomas, e da *Romania Nova*, onde as línguas neolatinas (o francês) foram implantadas como resultado da colonização. Desse modo, podemos fazer um símil entre a latinidade magrebina e uma corrida de relevos que avança descontinuamente sobre a linha do tempo. A descontinuidade ocorre não só no eixo diacrônico, mas também se manifesta na dispersão e nas particularidades dos núcleos latino-falantes instalados na região. A *Romania* do Norte da África está em contínua renovação, contrastando com a *Romania Continua*.

Por outra parte, nossa reflexão admite uma leitura complementar: a linha semítica que reúne púnico e árabe como línguas trazidas do Oriente. Nessa pugna pela posse da margem sul do Mediterrâneo entre as duas famílias linguísticas, parece que uma avança ou retrocede sobre a outra de maneira periódica, marcando a terra como as marés através dos séculos, um espaço de tensão e convivência, fértil à hibridação cultural e linguística.

O Mapa 1¹⁷ permite visualizar as manifestações linguísticas e os fatos históricos que balizaram nossa exposição:

¹⁷ Este Mapa, documento de minha própria autoria, apresenta uma linha temporal na qual se sobrepõem, por um lado, os fatos históricos determinantes no desenvolvimento das línguas românicas do/no Magrebe e, por outro lado, as variedades linguísticas latinas e neolatinas praticadas ao logo do tempo na região.



Mapa 1: Eixo espaço-temporal das línguas românicas do/no Mabrebe

À luz dos argumentos examinados, consideramos que essa latinidade africana constitui um legado linguístico, literário e cultural próprio do Magrebe que, em certa medida, quebra a visão da *Romania*, radicada no Sul da Europa, que desenhou a Romanística no século XIX. Dentro do contexto de mudanças políticas e sociais que os países norte-africanos estão vivendo em diversos modos e graus desde o triunfo da Revolução dos Jasmins na Tunísia em 2011, a Latinidade magrebina abre possibilidades de diálogo não só com seus vizinhos da margem norte do Mediterrâneo, mas com os países africanos francófonos e lusófonos e com a América Latina. Permitindo assim arquitetar paradigmas desde o Sul que superem oposições maniqueístas entre Oriente e Ocidente.

Referências

ABULFIA, D. Ifriqiyya. In: *Enciclopédia federiciana*. v. I. Roma: Istituto dell'Enciclopedia italiana Treccani, 2005. Disponível em: <[http://www.treccani.it/enciclopedia/ifriqiyya_\(Federiciana\)>](http://www.treccani.it/enciclopedia/ifriqiyya_(Federiciana)>). Acesso em: 12 jan. 2015.

ALVAR, M. *El ladino, judeo-español calco*. Madrid: Real Academia de Historia, 2000.

AZOUZI, A. Le français au Maghreb: statut ambivalent d'une langue. *Synergies Europe*, Paris, n. 3, p. 37-50, 2008.

BADIA I MARGARIT, A. Génesis de la Romania y genio de la romanística. In: GARGALLO, E; BASTARDAS, M. (Org.). *Manual de lingüística románica*. Barcelona: Ariel, 2007. p. 27-29.

BENZAKOUR, F.; GAADI, D; QUEFFÉLEC, A. *Le français au Maroc: lexique et contacts de langues*. Bruxelas: AUPELF UREF, 2000.

BOURAS, K. La literatura aljamiada. Aproximación general. In: DIEZ PLAZA. C. *et al.* (Org.) *Actas del I Taller de Literaturas Hispánicas y E/LE*. Orã: Instituto Cervantes, 2009. p. 74-88.

BOURDIEU, P. *Sociologie de l'Algerie*. Paris: Quadrige, 2012.

COUTO, H. *A língua franca mediterrânea: histórico, textos e interpretação*. Brasília: Plano, 2002.

EPALZA, M; SLAMA-GAFSI, A. *El español hablado en Túnez por los moriscos (siglos XVII-XVIII)*. València: Publicacions de la Universitat de València, 2010.

FANCIULLO, F. Un capitolo della *Romania submersa*: il latino africano. In: KREMER, D. (Org.). *Actes du XVIIIe Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes*. Trier: Université de Trèves, 1986. p. 162-187.

FANON, F. *Los condenados de la tierra*. México: Fondo de Cultura Económica, 1963.

HAGÈGE, C. *Halte à la mort des langues*. Paris: Odile Jacob, 2000.

HUCHON, M. *Histoire de la langue française*. Paris: Le livre de Poche, 2002.

POSNER, R. *Las lenguas romances*. Madrid: Cátedra, 1998.

RENZI, L. *Introducción a la filología románica*. Madrid: Gredos, 1982.

TAGLIAVINI, C. *Orígenes de las lenguas neolatinas: introducción a la filología romance*. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1993.

Motivações semânticas e pragmáticas na mudança gramatical

Semantic and pragmatic motivations on grammatical change

Gisele Cássia de Sousa

Universidade Estadual Paulista (UNESP), São José do Rio Preto. São Paulo, Brasil
giselecs@ibilce.unesp.br

Resumo: O objetivo deste artigo é demonstrar a influência de fatores semânticos e pragmáticos sobre processos de mudança linguística. O estudo focaliza as orações completivas do português, particularmente a oração introduzida pela conjunção *se*, forma homônima à conjunção que introduz a oração adverbial condicional. Ao rastrear a origem dessa oração completiva do português, a pesquisa busca explicar as razões da identidade formal entre as duas conjunções observada não só em português, mas na maioria das línguas românicas. Com base em registros de filólogos e romanistas, o estudo revela que a similaridade entre as conjunções *se* explica pela etimologia da conjunção integrante *se*, advinda da conjunção latina *si* que substituiu as partículas interrogativas do latim. Conforme se defende no texto, essa substituição teria sido possível graças a propriedades semânticas e pragmáticas compartilhadas por interrogativas e condicionais. Esses significados e funções comuns entre as duas orações mostram, portanto, que a homonímia entre as formas de condicional e de interrogativa indireta nas línguas românicas não é fortuita. A origem em uma oração condicional, que tem significado basicamente hipotético, explica também por que a completiva introduzida por *se* do português não se gramaticaliza do mesmo modo que uma completiva introduzida por *que*. De modo mais amplo, as análises demonstram que fatores de ordem semântica e pragmática podem determinar a trajetória de mudança em que se envolve uma forma linguística. Como conclusão,

o estudo enfatiza a importância de se considerarem aspectos semânticos e pragmáticos, paralelamente a aspectos formais, nas pesquisas sobre mudança linguística.

Palavras-chave: mudança gramatical; motivações semânticas e pragmáticas; orações completivas; gramaticalização.

Abstract: This paper aims to demonstrate the influence of semantic and pragmatic factors on linguistic change processes. The study focuses on complement clauses in the Portuguese language, particularly the one introduced by the conjunction *se* (if/whether), which is the homonym of the conjunction that introduces the conditional clause. By tracking the origin of this complement clause in Portuguese, the research seeks to explain the reasons for formal identity between the two conjunctions *se* observed not only in Portuguese, but also in most Romance languages. Based on statements of philologists and Romanists, this study reveals that the similarity between conjunctions is explained by the etymology of the complementizer *se*, arising from the Latin conjunction *si* that replaced the interrogative particles in Latin. As it is argued in the text, this replacement would have been made possible by semantic and pragmatic properties shared by interrogative and conditional clauses. Therefore, these meanings and common features between the two clauses show that the homonym between forms of conditionals and indirect questions in Romance languages is not fortuitous. The origin of a conditional clause, whose meaning is basically a hypothesis, also explains why the completive clause introduced by *se* in Portuguese is not grammaticalized in the same way as a completive clause introduced by *que* (that). More broadly, the analyses demonstrate that semantic and pragmatic factors can determine a specific trajectory of change to a linguistic form. In conclusion, this study emphasizes the importance of considering semantic and pragmatic aspects, parallel to formal aspects, in researches on language change.

Keywords: grammatical change; semantic and pragmatic motivations; complement clauses; grammaticalization.

Recebido em 29 de julho de 2015.

Aprovado em 28 de agosto de 2015.

1. Introdução

O principal propósito deste artigo é demonstrar o importante papel que fatores de ordem semântica e pragmática desempenham na origem e desenvolvimento de estruturas gramaticais. Com isso, pretende-se salientar que a atuação desses fatores sobre processos de mudança linguística é merecedora de uma atenção maior do que a que, em geral, ela tem recebido atualmente nos estudos sobre a história do português.

As análises realizadas neste trabalho restringem-se a orações completivas finitas introduzidas pelas conjunções *que* e *se* do português, como exemplifica as sentenças em (1a-b). Essa última conjunção é, como se sabe, homônima à conjunção condicional em português, ilustrada em (1c), e é dela derivada no latim conforme será demonstrado adiante.

- (1) a. Eu sei *que* ele vem.
- b. Não sei *se* ele vem.
- c. *Se* ele vier, trataremos do assunto.

O texto encontra-se organizado da seguinte maneira: primeiramente, expõem-se aspectos relativos à origem da origem completiva introduzida por *se* no latim. Em seguida, apontam-se fatores semântico-pragmáticos que teriam impulsionado essa origem e que explicam restrições mais amplas na trajetória de mudança da completiva introduzida por *se* em comparação à oração completiva iniciadas pela conjunção *que*. Ao final, encontram-se expostas as conclusões do trabalho.

2. A mudança de oração condicional a interrogativa

A coincidência entre a conjunção característica da oração adverbial condicional, como em (1c), e a que introduz uma completiva equivalente a uma interrogação indireta, exemplificada em (1b), não se encontra apenas em português. Conforme registram Bourciez (1967), Väänänen (1967), Ernout e Thomas (1972), entre outros romanistas e latinistas, essas duas conjunções têm a mesma forma em grande parte das línguas românicas. Conforme eles apontam, ao invés de simples coincidência ou um caso de homonímia fortuita, nas línguas românicas, a identidade formal entre essas conjunções é resultado de uma inovação da forma latina *sī* que, ao lado da adverbial condicional, passou a marcar as

interrogativas polares indiretamente construídas, substituindo as antigas partículas interrogativas *-ne, nonne, num* e *an*.

A conjunção *si* do latim introduzia três tipos de oração condicional: as chamadas *condicionais reais*, que veiculam uma “condição supostamente preenchida” (ERNOUT & THOMAS, 1972, p. 375); as *condicionais potenciais*, em que a condição é entendida como eventual, ou possível; e as *condicionais irrealis*, cujo conteúdo corresponde a uma situação que se apresenta como “contrária à realidade” (ERNOUT & THOMAS, 1972, p. 376). Para cada um desses três tipos de condicional, empregava-se no latim um determinado tipo de construção, com tempo e modo verbais específicos na oração introduzida por *si* e na oração principal.¹

A construção com a condicional do tipo *real* caracterizava-se pela presença de tempos do indicativo, tanto na condicional quanto na oração principal, como em:²

(2) a. *Si sunt dii, sunt boni.*

Se os deuses existem, eles são bons. (CART et al., 1979, p. 142)

b. *Avaritiam si tollere vultis, mater eius est tollenda luxuries*

(Cic. De Orat. 2, 40).

Se quereis acabar com a avareza, é preciso acabar com o luxo que é origem dela. (FREIRE, 1998, p. 272)

¹ A distinção entre condicionais *reais*, *potenciais* e *irrealis*, conforme a combinação modo-temporal na construção com *si*, é característica do latim clássico. No latim arcaico, os tipos *potencial* e *irreal* não se distinguem e, para ambos os significados condicionais, documenta-se o presente ou o pretérito do subjuntivo, em relação ao presente, e o imperfeito ou o mais-que-perfeito do subjuntivo, em relação ao passado. O latim vulgar, por outro lado, opunha ao tipo *irreal* os tipos *real* e *potencial* conjuntamente, basicamente a partir do emprego de tempos do indicativo tanto para as condições reais quanto para as potenciais e tempos do subjuntivo, especialmente o imperfeito, para as irrealis. Consultem-se, a esse respeito, Ernout & Thomas (1962), Bourciez (1967), Grandgent (1962) e Leão (1961).

² Às construções condicionais *reais* aplicavam-se apenas as exigências do *consecutio modorum*, mas não as do *consecutio temporum*, isto é, os verbos da prótase e da apódose apareciam em quaisquer formas de tempos do indicativo (ERNOUT & THOMAS, 1972, p. 375; LEÃO, 1961, p. 31-2).

Com o presente do subjuntivo tanto na prótase quanto na apódose, formava-se a construção condicional *potencial* ((3a)). Na oração com *si* podia aparecer também o pretérito perfeito do subjuntivo, caso em que a realização da condição se referia a um momento anterior ao da enunciação ((3b)):³

(3) a. *Si me laudet, felix sim.*

Se me louvar, serei feliz.

b. *Si me laudauerit, felix sim.*

Se me tiver louvado, serei feliz. (LEÃO, 1961, p. 32)

Na construção condicional do tipo *irreal*, empregava-se, tanto na prótase quanto na apódose, o imperfeito do subjuntivo, se a irrealidade da condição fosse marcada com relação ao presente ((4a)), e o mais-que-perfeito do subjuntivo, nas construções em que a condição era expressa como uma irrealidade com referência ao passado ((4b)):⁴

(4) a. *Si hoc diceres, errares.*

Se dissesse isto (agora), errarias.

b. *Si hoc dixisses, erravisses.*

Se tivesses dito isto (ontem), terias errado. (FREIRE, 1998, p. 273)

As interrogações marcavam-se em latim por pronomes, advérbios e partículas interrogativas. Os pronomes e advérbios interrogativos, tais como *quis* (“quem”), *cur*, *quamobrem*, *quare* (“por que”), *ut* (“como”) e *ubi*, *quo* (“onde”), introduziam as *interrogações parciais*, com as quais se visa identificar uma parte do enunciado, que pode ser o sujeito (*Quem veio?*), o complemento (*O que ele fez?*) ou uma circunstância (*Quando/por que/como ele veio?*). As partículas *-ne*, *nonne*, *num* e *an*, por outro lado, assinalavam as *interrogações totais* (ou polares), com as quais se

³ Aplicava-se a esse tipo de construção condicional a concordância dos tempos e dos modos (*consecutio temporum et modorum*). Conforme afirma Leão, “para exprimir a possibilidade da condição, não há outros esquemas fora desses dois” (LEÃO, 1961, p.32).

⁴ Também para esse tipo de construção condicional se observam as exigências do *consecutio temporum et modorum* (ERNOUT & THOMAS, 1972; LEÃO, 1961).

indaga sobre a verdade/falsidade da relação entre o sujeito e o predicado da sentença e, assim, sobre a verdade/falsidade do enunciado como um todo (*Ele veio?*) (ERNOUT & THOMAS, 1972).

Ao emprego de cada uma das diferentes partículas marcadoras das interrogativas polares no latim, associava-se a expressão de julgamentos do falante sobre a verdade/falsidade do conteúdo da oração interrogativa. A partícula enclítica *-ne* era a única neutra nesse sentido, isto é, a interrogação com *-ne* expressava apenas que o falante ignorava por completo se o conteúdo de sua indagação era verdadeiro ou falso e, portanto, indicava que o falante não tinha nenhuma expectativa em obter do ouvinte uma resposta afirmativa ou negativa, conforme exemplifica a interrogativa em (5):

(5) *Videsne illam urbem?* (Cic. *Rep.* 6, 6)

Vês aquela cidade? (FREIRE, 1998, p. 252)

A partícula *nonne*, criada a partir da adjunção de *-ne* à palavra negativa *non*, indicava que o falante acreditava na verdade do conteúdo expresso na oração interrogativa e, assim, que esperava do ouvinte uma resposta afirmativa à sua pergunta, como mostra (6):

(6) *Quid? Canis nonne similis lupo?* (Cic., *N. D.* I, 97)

O quê? O cão não se parece com o lobo?

(ERNOUT & THOMAS, 1972, p. 158)

Interrogações construídas com *num*, por outro lado, expressavam a crença do falante na falsidade do conteúdo da oração interrogativa e, conseqüentemente, sua expectativa de que a resposta do ouvinte fosse negativa, como no exemplo em (7):

(7) *num ... barbarorum Romulus rex fui?* (Cic., *Rep.* I, 58)

Rômulo foi um rei de bárbaros? (ERNOUT & THOMAS, 1972, p. 158)

A partícula *an* tinha sentido dubitativo e indicava incerteza do falante quanto à verdade ou falsidade do conteúdo de sua indagação. As interrogativas que se construíam com *an* não pressupunham, portanto, resposta nem afirmativa nem negativa, como mostra a construção em (8):

- (8) *An invidiam posteritatis times?* (Cic., *Cat.* 1, 11)

Acaso temes o ódio dos vindouros? (FREIRE, 1998, p. 252)

Conforme atestam Ernout & Thomas (1972), o emprego dessas partículas para marcar orações interrogativas indiretamente construídas não se dava com a mesma regularidade com que elas eram empregadas nas interrogações diretas do latim. Ao contrário, nas interrogativas indiretas, essas partículas eram muitas vezes usadas indistintamente, ou com valores diversos do que tinham nas interrogativas diretas. Um exemplo, citado por Ernout & Thomas, é o emprego da partícula *num*. Conforme demonstram esses autores, mesmo na prosa literária clássica, não são raras construções em que *num* não se distingue de *-ne*, marcando uma interrogativa indireta que não expressa a expectativa do falante em obter, para a sua pergunta, uma resposta negativa, como mostra (9):

- (9) *uelim... alicui des negotium qui quaerat numquis Q. Staberii fundus sit uenalis* (Cic., *At.* 13, 8).

Eu gostaria que você encarregasse alguém de se informar se não há alguma propriedade de Q. Staberius à venda.

(ERNOUT & THOMAS, 1972, p. 316)

A variabilidade no emprego das partículas interrogativas e a falta de correspondência entre seu funcionamento nas construções diretas e indiretas dotaram de grande complexidade o sistema das interrogativas no latim clássico. As mudanças que ocorreram nessas construções responderam, assim, conforme também consideram Ernout & Thomas (1972), a uma necessidade de simplificação, o que pode ser apontado como uma importante razão pragmática motivadora da mudança ocorrida no sistema das interrogações indiretas do latim.

A forma de construção das interrogativas empregada no latim vulgar atendia a essa necessidade. As partículas interrogativas do latim clássico não eram empregadas nas interrogações, nem diretas nem indiretas, do latim vulgar.

Para marcar a interrogativa direta no latim vulgar, aplicava-se apenas entonação ascendente à construção, traço que, no latim clássico, era aplicado a interrogativas diretas adicionalmente às partículas interrogativas. Assim, uma interrogativa que no latim clássico se construía

como *venit-ne pater?*, no latim vulgar encontrava-se como *venit pater?* (BOURCIEZ, 1967).

Nas construções interrogativas indiretas, em vez das partículas interrogativas, o latim vulgar empregava a antiga conjunção condicional *si*, conforme demonstram Maurer Jr. (1959), Grandgent (1962), Väänänen (1967), Bourciez (1967), Ernout & Thomas (1972) Said Ali (1966) e Câmara Jr. (1975). Daí origina-se, como também consideram esses autores, a oração completiva introduzida por *se* do português. As sentenças em (10) e (11) são dadas por Maurer Jr. (1959) e por Väänänen (1967) como exemplos da substituição das partículas interrogativas por *si*-condicional no latim:

(10) a. *Interrogabat eum, si iam defunctus esset.*

Ele perguntava se ele já estava morto.

b. *Si peccator est, nescio.*

Se ele é pecador, não sei. (MAURER JR., 1959, p. 219)

(11) a. *dic mihi, si umquam in bello fuisti.*

dize-me se alguma vez estiveste na guerra.

b. *ad superos dicite, si merui.*

dizei aos deuses se mereci. (VÄÄNÄNEN, 1967, p. 176)

Note-se que as construções em (10) e (11) mantêm propriedades típicas de construções condicionais. A oração interrogativa, nesses exemplos, é separada de sua oração principal por uma pausa, o que não ocorre quando ela se constrói em sua forma clássica, introduzida por uma das partículas interrogativas (cf. (9)), mas ocorre nas construções em que *si* introduz uma oração adverbial condicional (cf. os exemplos de (2) a (4)). Além disso, observe-se, em (10b), a anteposição da oração interrogativa com *si* à sua principal. Contrariamente à tendência no latim vulgar de se colocar o complemento após o verbo cujo sentido ele completa (MAURER JR., 1959), a oração interrogativa assume, nesse caso, posição que, por motivação icônica, é a preferida para a colocação das orações condicionais (GREENBERG, 1963; HAIMAN, 1978).

As semelhanças entre a oração interrogativa indireta marcada por *si* e a oração condicional já no latim vulgar não se restringem,

entretanto, a aspectos formais. Podem-se observar, entre essas orações, similaridades também no que diz respeito aos significados que elas expressam. Esses significados comuns a interrogativas e condicionais são os que, no processo de mudança, podem ter motivado a eleição da conjunção *si*, e não de uma outra forma qualquer, para substituir as partículas interrogativas, conforme se pretende demonstrar na seção seguinte deste artigo.⁵

3. Motivações semântico-pragmáticas

A substituição das partículas interrogativas latinas pela conjunção condicional *si* no latim vulgar pode explicar por que, assim como em português, a oração interrogativa polar indireta é introduzida pela mesma conjunção que introduz a oração condicional em línguas como o francês (*dis-moi si tu es Romain*), o espanhol (*díme si Romano eres*) e o italiano (*dimmi se Romano sei*) (BOURCIEZ, 1967). Similaridades entre a forma de uma oração interrogativa polar e a de uma condicional são notadas, entretanto, não apenas em línguas românicas. Algumas línguas não-românicas em que se marcam orações interrogativas polares e orações condicionais de uma mesma forma ou de forma muito similar são:

- a) Inglês: em orações que funcionam como complemento objetivo, o complementizador interrogativo *whether* pode ser substituído pela conjunção condicional *if* (e.g. *I don't know whether/if he's at home*) (HAIMAN, 1974, 1978; BOLINGER, 1978; NAKAJIMA, 1996).
- b) Russo: a forma do complementizador interrogativo é *li*, e a conjunção condicional tem a forma *esli*, derivada de duas palavras: *est* 'ser (3sg)' e *li* 'se-interrogativo' (HAIMAN, 1974, 1978). A conjunção *esli* traduz-se literalmente por "se é o caso que" (VASMER, 1953, apud HAIMAN, 1974, p. 356).

⁵ Conforme observam Ferguson et al. (1986), em diferentes línguas, estruturas condicionais mantêm estreita relação sintática e etimológica, além de com as interrogativas, com sentenças desiderativas, marcadores de modalidade e de imperativo, bem como com orações adverbiais temporais, causais e concessivas.

- c) Turco: a partícula enclítica *mI*, que marca questões polares diretas, pode ocorrer junto ao verbo da prótase condicional, em lugar do morfema condicional *sE*⁶ (LEWIS, 1967, apud HAIMAN, 1974, p. 356).
- d) Hua: as prótases condicionais são marcadas, em geral, por *-mamo*, mas não raro elas se constroem na forma de interrogativas polares, com a partícula interrogativa *-ve* (HAIMAN, 1978, p. 570).
- e) Tzotzil maia: a marcador de questões polares *mi* é equivalente a *mi*, conjunção condicional (COWAN, 1969, apud HAIMAN, 1978).
- f) Alemão: o complementizador interrogativo *ob* é cognato da conjunção condicional inglesa *if* (HAIMAN, 1978; TRAUGOTT, 1985).
- g) Tagalog: as interrogativas indiretas são todas introduzidas pelo complementizador *kung*, equivalente a uma conjunção condicional (SCHACHTER & OTANES, 1972, apud HAIMAN, 1978).
- h) Alguma línguas chadic: em hausa, a partícula *ko*, própria de interrogativas polares, também serve para formar orações condicionais; e, em mupun, *ket*, complementizador em interrogativas polares indiretas, é também um marcador de oração condicional (FRAJZYNGIER, 1996).
- i) Língua de sinais americana: as interrogativas polares são marcadas pelo alçamento das sobrancelhas. Essa mesma estratégia pode ser empregada para marcar prótases condicionais, alternativamente ao sinal para *se*. Assim, em uma construção como “se chover amanhã, eu ficarei em casa”, a oração condicional pode ser marcada pelo sinal correspondente a *se*, mas uma alternativa é elevar as sobrancelhas e assinalar apenas “choverá amanhã” (HARRIS & CAMPBELL, 1995).

⁶ A caixa-alta nas letras E e I designa especificação incompleta dos arquifonemas cujos valores fonéticos são determinados por leis gerais de harmonia vocálica (HAIMAN, 1974).

A estreita relação entre a expressão de interrogativas polares e de condicionais nas línguas citadas poderia ser explicada simplesmente pelo reconhecimento de que as formas de interrogativas e de condicionais são polissêmicas nessas línguas. Conforme observa Haiman (1974), entretanto:

Se uma palavra é polissêmica em uma língua, pode-se tender, ou ser forçado, a considerar seus vários significados como coincidentes; se uma palavra correspondente em outra língua exibe a mesma polissemia, ou polissemia muito paralela, isso se torna uma coincidência extremamente interessante; se há a mesma polissemia em quatro, cinco, ou sete línguas não relacionadas geneticamente, por lei estatística isso definitivamente deixa de ser uma coincidência.⁷ (HAIMAN, 1974, p. 341)

O argumento de Haiman é, assim, que, excluída a possibilidade de o comportamento de uma forma polissêmica ser “obra do acaso”, deverá haver uma base semântica comum entre as categorias que a forma polissêmica representa; caso contrário, não se justificaria a existência de polissemias de um mesmo tipo em línguas completamente diferentes.

Entre uma oração condicional e uma interrogativa polar, essa base semântica comum existe e tem sido proposta por alguns autores, como explicação para similaridades observadas sincronicamente entre as duas formas .

Jespersen (1940) sugeriu que a relação semântica entre condicionais e interrogativas polares se deve ao fato de que orações condicionais são interrogações com respostas positivas implicadas, conforme exemplifica (12b) abaixo, paráfrase da condicional em (12a).

(12) a. Se ele está vindo, então eu ficarei.

If he is coming, then I will stay.

⁷ No original: “If a word exhibits polysemy in one language, one may be inclined, or forced, to dismiss its various meanings as coincidental; if a corresponding word in another language exhibits the same, or closely parallel polysemy, it becomes an extremely interesting coincidence; if it displays the same polysemy in four, five, or seven genetically unrelated languages, by statistical law it ceases to be a coincidence at all.”

b. Ele está vindo? (Sim.) Bem, então eu ficarei.

Is he coming? (Yes.) Well then, I will stay.

(JESPERSEN, 1940, apud HAIMAN, 1978, p. 571)

Haiman (1978) nota, entretanto, que a possibilidade de prótases condicionais serem parafraseadas por uma oração interrogativa não constitui, em si, uma explicação. Para ele, a similaridade entre condicionais e interrogativas polares explica-se a partir da propriedade que as prótases condicionais têm de se constituírem tópicos das construções em que ocorrem. O ponto da análise de Jespersen (1940) que, segundo Haiman, possibilita a explicação é que a construção condicional de (12) pode ser entendida como resultado de uma miniconversação entre dois participantes, conforme mostrado em (13):

(13) A: Ele está vindo?

B: Sim.

A: Bem, então eu ficarei. (HAIMAN, 1978, p. 571)

Ao expressar a pergunta, o falante A pretende buscar o consentimento de B para a validade da proposição “*ele está vindo*”. Uma vez obtido o consentimento (em geral, pelo silêncio do ouvinte), a contraparte declarativa da proposição (*ele está vindo*) torna-se informação partilhada entre os interlocutores e serve, assim, como um *dado*, um tópico para a declaração posterior (*bem, então eu ficarei*). Similarmente, como mostra a paráfrase em (12b), uma vez que a proposição veiculada em uma prótase condicional tem o consentimento do interlocutor, ela se torna um tópico com relação à informação veiculada na apódose.

Observe-se que essa explicação de Haiman tem caráter mais pragmático-discursivo do que propriamente semântico. Uma explicação de natureza semântica, entretanto, também foi dada por Haiman, em texto de 1974. Ele afirma que a disjunção é o traço semântico que une condicionais e interrogativas, pelo qual, portanto, se explicam as similaridades formais existentes entre elas. Conforme o autor aponta, uma interrogativa polar sempre expressa, implícita ou explicitamente, uma disjunção entre duas possibilidades. A interrogação em (14a) é, assim, segundo Haiman, uma forma elíptica de (14b):

(14) a. Max está vindo?

Is Max coming?

b. Max está vindo ou não?

Is Max coming or isn't he? (HAIMAN, 1974, p. 355)

Haiman afirma que, no significado de prótases condicionais, também há uma disjunção implícita. Conforme essa análise, em uma construção como *Se João vier, nós nos divertiremos*, a possibilidade da vinda de João, expressa na prótase condicional, está implicitamente em oposição à possibilidade, igualmente provável, de que João não venha. Ao expressar a construção, o falante afirma que apenas um dos disjuntos (a vinda de João) é relevante, ou compatível com o resultado expresso na apódose, mas a outra parte da disjunção (a não vinda de João) permanece implícita.

Uma explicação semelhante a essa de Haiman é proposta por Traugott (1985). Para a autora, interrogativas polares e condicionais são semelhantes porque ambas se relacionam a *mundos possíveis*.⁸ Conforme Traugott observa, as situações hipotéticas que as condicionais veiculam são sempre pertencentes a mundos possíveis imaginários. Interrogativas polares, nesse sentido, também envolvem mundos possíveis em seu significado porque elas são indagações sobre mundos possíveis alternativos (*sim* ou *não*). Assim, uma pergunta do tipo “quero saber se ela chegará logo” equivale a “o mundo em que ela chegará logo é (ou não) o mundo real?” (TRAUGOTT, 1985, p. 294).

Outra propriedade comum a interrogativas polares e condicionais que pode ser apontada, com base em Givón (1995), é a expressão de incerteza epistêmica. Em sua discussão sobre as formas de manifestação da modalidade *irrealis* em diferentes línguas, Givón demonstra que tanto orações condicionais quanto interrogativas polares fundamentam-se na incerteza epistêmica do falante e são, por isso, contextos gramaticais próprios à manifestação de modalidade *irrealis*.

Bolinger (1978), por fim, considera que, do ponto de vista semântico, interrogativas polares são, na verdade, hipóteses, que o

⁸ Essa propriedade de se relacionar a mundos possíveis *irrealis*, comum a condicionais e interrogativas, explica, segundo Traugott (1985), por que interrogativas também podem constituir fonte para o desenvolvimento de condicionais.

falante apresenta para que sejam confirmadas, contraditas, ou retificadas em algum ponto pelo interlocutor. O autor, citando Diver (1964), chega, portanto, a considerar que:

Sentenças interrogativas são chamadas interrogações provavelmente porque elas constituem pedidos de informação, mas em termos da oposição entre hipotético e real, os eventos referidos são claramente hipotéticos. A principal diferença formal entre uma oração interrogativa polar indireta e uma condicional é a presença ou a ausência de uma apódose. A oração subordinada apresenta uma declaração hipotética; na presença de uma declaração de consequência, a declaração hipotética é interpretada como uma condição; na ausência, ela é interpretada como um pedido de informação.⁹ (DIVER, 1964, p. 341, apud BOLINGER, 1978, p. 105)

No quadro a seguir, encontram-se sintetizadas as propriedades que, conforme se buscou demonstrar até aqui, orações condicionais e interrogativas polares têm em comum.

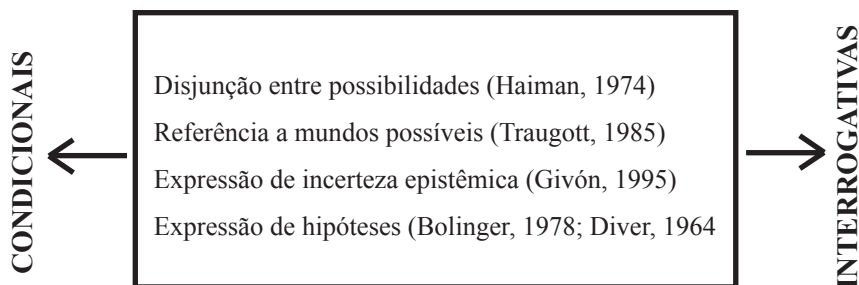


Figura 1: Propriedades comuns a interrogativas polares e orações condicionais

⁹ No original: “The sentences are called questions presumably because they constitute requests for information, but in terms of the opposition of hypothetical to actual, the events referred to are clearly hypothetical... The principal formal difference is the presence or absence of an apodosis. The archi-modal provides a hypothetical statement; in the presence of a statement of consequence, the former is interpreted as a condition; in the absence of such a statement, it is interpreted as a request for information.”

Pode-se, agora, voltar à observação feita por Haiman (1974) sobre a explicação para a existência de polissemias de um mesmo tipo em línguas não relacionadas para dizer que, no que tange a interrogativas polares e condicionais, o conjunto de propriedades representado na Figura 1 pode ser referido como a base semântico-pragmática que explica a estreita similaridade entre as formas de expressão dessas categorias em línguas completamente distintas. Ao mesmo tempo, a existência desse conjunto de propriedades semânticas e pragmáticas comuns aos dois tipos de oração permite explicar por que, no latim vulgar, a conjunção representativa da oração condicional, e não uma outra forma qualquer, foi eleita para substituir as partículas interrogativas *-ne*, *nonne*, *num* e *an*, dando origem à completiva introduzida por *se* do português.

Um último efeito da estreita relação semântico-pragmática entre condicionais e interrogativas sobre a estrutura da completiva introduzida por *se* do português encontra-se na forma como essa oração pode se gramaticalizar, integrando-se à oração matriz com que ela ocorre. Conforme demonstrado em Sousa (2007, 2010, 2012), diferentemente do que pode ocorrer a um complemento oracional introduzido por *que*, uma completiva introduzida por *se* ao se integrar à oração matriz, em um processo de gramaticalização, não perde seus traços de oração finita porque não se reduz a um constituinte simples (não-oracional) pertencente aos domínios da oração matriz. Conforme propõem Hopper & Traugott (1993) e Lehmann (1988), uma oração completiva introduzida pela conjunção *que* pode, em um processo de gramaticalização, integrar-se à matriz perdendo traços de seu estatuto oracional, isto é, se dessentencializando e reduzindo-se a um constituinte não-oracional, como ilustram as construções em (15a-c):

(15) a. Os meninos viram *que a bomba explodiu*.

gramaticalização, - dessentencialização

b. Os meninos viram *a bomba explodir*.

+ gramaticalização, + dessentencialização

c. Os meninos viram *a explosão da bomba*.

+ gramaticalização, nominalização

De modo diferente, na gramaticalização/integração de uma completiva introduzida por *se*, apenas o complementizador *se* passa a integrar a estrutura da oração matriz, formando com ela marcadores gramaticais de diferentes tipos, todos com alguma nuance de hipoteticidade/irrealidade, implicada no próprio *se*. Um desses marcadores em português, descrito em Sousa (2007), é *veja se/ vê se*, ilustrado pelas ocorrências em (16).¹⁰

(16) a. Sampaio: - Não há como ser subdelegado lá fora! Faz-se o que se quer, e mais alguma coisa!

Chica Valsa: - Seu Sampaio, *veja se* fala de outra coisa. Não há mais assunto para a conversa senão a sua subdelegacia?

b. Quando fores a S. Paulo *vê se* paga o imposto do capital do nosso negócio.

Observe-se que, no caso da oração com *se*, a máxima integração entre completiva e matriz, refletida, por exemplo, pela identidade dos referentes sujeitos nas duas orações, não resulta na expressão da completiva em uma forma não-finita, como pode ocorrer a uma oração declarativa com *que*. Ocorre apenas que a conjunção *se* passa a compor com o verbo *ver* no imperativo (*veja*, *vê*) uma espécie de fórmula (*veja se*, *vê se*) que atenua a ilocução imperativa da oração. Pragmaticamente, um ato de fala imperativo modificado por *veja se / vê se* permite que, ao expressar a injunção, o falante se mostre mais delicado, porque menos impositivo, frente ao interlocutor, como se pode observar a partir das construções em (16'), paráfrases das ocorrências de (16).

(16') a. *Vêja se* fala de outra coisa. / *Fale* de outra coisa.

b. *Vê se* paga o imposto do capital do nosso negócio. / *Pague* o imposto do capital do nosso negócio.

Com a oração completiva introduzida por *se* do português ocorre, portanto, que, em vez de toda a oração se dessentencializar, passando a

¹⁰ As ocorrências foram extraídas do “Corpus de Língua Escrita do Brasil”, sediado na Universidade Estadual Paulista (UNESP), câmpus de Araraquara.

integrar a oração matriz na forma de um constituinte simples, apenas a conjunção *se* é reanalisada como parte da oração matriz. A razão dessa diferença na forma de gramaticalização da completiva com *se* está justamente no significado hipotético dessa oração, herança, conforme foi demonstrado, da condicional de que ela se origina. Observe-se que, mesmo em construções diferentes das anteriores, com *veja se/vê se*, a integração total da completiva com *se* à matriz e, portanto, sua total dessentencialização parece mesmo improvável:

- (17) Os meninos não sabem *se a bomba explodiu*. ⇔ ?Os meninos não sabem *a bomba explodir*.

A redução da completiva com *se* à forma não-finita parece impossível principalmente porque, em razão de seu significado hipotético, ela não satisfaz a pré-condição cognitiva que, conforme apontam Lehmann (1988) e Givón (1990, 1995), acompanha a integração de orações: a de que dois eventos antes percebidos como distintos e individualizados passem a ser concebidos como um só evento, ainda que complexo. Porque é derivada da oração condicional, a completiva com *se* sempre veicula um conteúdo que *pode ser*, mas que *nunca é*, verdadeiro ou falso, afirmativo ou negativo, o que equivale a dizer que os conteúdos expressos nessa oração nunca constituem realidades instauradas, eventos, constituídos como tais, que possam ser percebidos como integrados ao evento na matriz e que sejam capazes de, cognitivamente, formar com ele um só evento complexo.

5. Conclusões

A análise que se apresenta neste texto a respeito da origem da oração completiva marcada pela conjunção *se* em português aponta para a influência de fatores de ordem semântico-cognitiva sobre fenômenos de mudança linguística. Essa influência se mostra tanto em termos de etimologia da oração – quando ocorre a substituição das partículas interrogativas do latim pela conjunção condicional *si* – quanto no que diz respeito ao modo particular de gramaticalização da completiva com *se* em comparação à completiva com *que*.

Os resultados deste estudo constituem, portanto, evidência acerca da forte atuação de fatores funcionais, de ordem semântica, cognitiva

e pragmática, sobre a ocorrência de mudanças sintáticas de modo geral e, particularmente, sobre a gramaticalização de orações. De modo mais amplo, com esses resultados, fica evidenciada a importância de que, para além dos aspectos formais, aspectos relativos ao significado geral das estruturas em estudo sejam levados em conta, pelo menos com maior ênfase do que tem se tem feito em geral nos estudos sobre mudança gramatical do português.

Referências

- BOLINGER, D. Yes-no questions are not alternative questions. In: HIŽ, H. (Ed.) *Questions*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1978. p. 87-105.
- BOURCIEZ, E. *Éléments de linguistique romane*. Paris: Klincksieck, 1967.
- CÂMARA JR. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.
- CART, A. *et al. Gramática latina*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- COWAN, M. *Tzotzil grammar*. Norman: Summer Institute of Linguistic of the University of Oklahoma, 1969.
- DIVER, W. The modal system of the English verb. *Word*, n. 20, p. 322-352, 1964.
- ERNOUT, A. S. & THOMAS, F. *Syntaxe Latine*. Paris: Klincksieck, 1972.
- FERGUSON, C. A. *et al. Overview*. In: TRAUOGOTT, E. C. *et al. On conditionals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p. 3-20.
- FRAJZYNGIER, Z. *Grammaticalization of the complex sentence: a case study in Chadic*. Amsterdam: John Benjamins, 1996.
- FREIRE, A. *Gramática latina*. 6. ed. Braga: Apostolado da Imprensa, 1998.
- GIVÓN, T. *Functionalism and grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

- GIVÓN, T. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins, 1990. Vol. II.
- GRANDGENT, C. H. *Introducción al latín vulgar*. Madrid: Revista de Filología Española, 1962.
- GREENBERG, J. H. Some universals of language with special reference to the order of meaningful elements. In: GREENBERG, J. H. (Ed.) *Universals of language*. Cambridge: MIT Press, 1963. p. 73-113.
- HAIMAN, J. Conditional are topics. *Language*, v. 54, p. 564-589, 1978.
- HAIMAN, J. Concessives, conditionals, and verbs of volition. *Foundations of Language*, v. 11, 1974. p. 341-359.
- HARRIS, A. C. & CAMPBELL, L. *Historical syntax in cross-linguistic perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- HOPPER, P. J. & TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- JESPERSEN, O. *A modern English grammar on historical principles*. London: George Allen & Unwin, 1940. V: Syntax.
- LEÃO, A. T. V. O período hipotético iniciado por *se*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais, 1961.
- LEHMANN, C. Towards a typology of clause linkage. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. A. (eds.). *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1988. p. 275-330.
- LEWIS, G. L. *Turkish grammar*. Oxford: Clarendon Press, 1967.
- MAURER JR., T. H. *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1959.
- NAKAJIMA, H. Complementizer selection. *The Linguistic Review*, v. 13, 1996, p. 143-164.
- SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. Lisboa: Melhoramentos, 1966.
- SCHACHTER, P. & OTANES, F. *Tagalog reference grammar*. Berkeley: University of California Press, 1972.

SOUSA, G. C. História de uma completiva: origem e desenvolvimento do complemento oracional introduzido por “se” do português. *Alfa*, Araraquara, v. 56, n. 1, p. 81-107, 2012.

SOUSA, G. C. Gramática e gramaticalização de construções completivas. In: NEVES, M. H. M. (Org.). *As interfaces da gramática* Araraquara: Cultura Acadêmica, 2010. (Trilhas Linguísticas, 18). p. 231-244.

SOUSA, G. C. *Gramaticalização das construções com orações completivas: o caso do complemento oracional introduzido por se*, 2007. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

TRAUGOTT, E. C. Conditional markers. In: HAIMAN, J. (Ed.). *Iconicity in syntax*. Amsterdam: John Benjamins, 1985. p. 289-307.

VÄÄNÄNEN, V. *Introducción al latín vulgar*. Madrid: Gredos, 1967.

VASMER, M. *Russisches etymologisches Wörterbuch*, Heidelberg: Carl Winter, 1953. Vol. I.

Processamento do verbo francês através da decomposição lexical

The processing of the French verb through lexical decomposition

Gustavo Lopez Estivalet

Université Claude Bernard Lyon 1 (UCBL), Lyon, França / Laboratoire sur le Langage, le Cerveau et la Cognition (L2C2), Bron, França / Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

gustavoestivalet@hotmail.com

Fanny Elise Meunier

Laboratório sur le Langage, le Cerveau et la Cognition (L2C2), Bron, França / Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS).

fanny.meunier@isc.cnrs.fr

Resumo: O presente trabalho realizou uma investigação psicolinguística da decomposição morfológica verbal no acesso lexical em francês. Aplicou-se um experimento de decisão lexical visual com diferentes tipos de estruturas verbais como estímulos, a fim de identificar os processos de decomposição lexical, a estrutura hierárquica do verbo francês e o processamento dos diferentes morfemas para o acesso lexical no reconhecimento visual de verbos. Testaram-se diferentes tipos de verbos e pseudoverbos com as seguintes estruturas: a. morfológicamente ilegais (**abrou*), b. contendo somente base existente (**[aim]ou*), c. contendo somente sufixo flexional existente (**abr[ons]*), d. inexistentes mas morfológicamente legais (**[aim][ir]*) e e. existentes e morfológicamente legais (*[[aim][ons]]*). Ainda, testaram-se verbos com: a. um (*aim[ons]*) ou b. dois (*aim[i][ons]*) sufixos flexionais, e a mesma testagem foi feita

com pseudoverbos (**abr[ons]*, **abr[i][ons]*), para identificar diferenças no processamento morfossintático. As análises estatísticas apresentaram diferenças significativas entre pseudoverbos contendo apenas base existente e verbos existentes, e entre pseudoverbos contendo apenas sufixo flexional existente e verbos inexistentes mas morfologicamente legais. Houve diferenças significativas em relação ao número de sufixos flexionais nos pseudoverbos contendo somente sufixo flexional existente, assim como nos verbos existentes e morfologicamente legais. Assim, esse estudo estabeleceu a hierarquia do processamento dos diferentes morfemas que constituem o verbo francês. Os resultados mostram que todos os verbos do francês são passíveis de decomposição, sendo primeiramente decompostos em base e sufixos flexionais e posteriormente possuem seu morfema lexical da base ativado para o acesso semântico. A presente investigação sugere um modelo de decomposição morfológica completa em unidades mínimas para o acesso lexical e reconhecimento visual do verbo francês.

Palavras-chave: morfologia; flexão verbal; pseudopalavra; decomposição; processamento.

Abstract: This study conducted a psycholinguistic investigation of the verbal morphological decomposition in French lexical access. It was applied a visual lexical decision task experiment with different types of verbal structures as stimuli to identify the word decompositional processes, the hierarchical structure of the French verb, and the processing of the different morphemes for lexical access in visual word recognition. The different structures of verbs and pseudoverbs tested were: a. morphologically illegal (**abrou*), b. only existent base (**[aim]ou*), c. only existent inflectional suffix (**abr[ons]*), d. inexistent but morphologically legal (**[aim][ir]*), and e. existent and morphologically legal (*[[aim][ons]]*). It was also tested verbs with: a. one (*aim[ons]*) or b. two (*aim[i][ons]*) inflectional suffixes, and the same test was made on pseudoverbs (**abr[ons]*, **abr[i][ons]*), in order to identify the morphosyntactic processing differences. The statistical analyses showed significant differences between pseudoverbs containing only existent base and existent verbs, and between pseudoverbs containing only existent inflectional suffix and inexistent but morphologically legal verbs. Still, there were significant differences in relation to the number of inflectional suffixes in pseudoverbs containing only existent inflectional

suffix and in existent and morphologically legal verbs. Therefore, this study establishes the processing hierarchy of the different morphemes concatenated in the French verb. Finally, the results indicate that all verbs are decomposable, being early decomposed into base and inflectional suffixes and later have the base lexical morpheme activated for semantic access. Overall, the present investigation suggests a full decompositional morphological model in minimal units for the lexical access and visual word recognition on French verbs.

Keywords: morphology; verbal inflection; pseudowords; decomposition, processing.

Recebido em 15 de setembro de 2015.

Aprovado em 11 de outubro de 2015.

1. Introdução

As línguas latinas modernas, como catalão, espanhol, francês, italiano, português e romeno, herdaram seu vocabulário e gramática do latim, mantendo o sistema flexional verbal estável e paradigmático. No lado direito do verbo encontram-se os morfemas sufixais modo-temporal (T¹) e número-pessoal (Agr), e no lado esquerdo do verbo o radical ou a base² formado pela raiz (√), que por sua vez fornece o conteúdo semântico, e pela vogal temática (Th), determinando a estrutura hierárquica verbal geral em (1) (ARREGI, 2000; EMBICK; HALLE, 2005; FOLEY, 1979; OLTRA-MASSUET; MARANTZ, 1999).

(1) ${}_{TP}[_{V}[_{\sqrt{}}[parl]_{Th}[e]]_{T}[_{T1}[r]_{T2}[i]]_{Agr}[ons]]] parlerions$ ‘falaríamos’

¹ Utilizaram-se abreviações conforme padrões em inglês: T - *tense*, Agr - *agreement*, √ - *root*, Th - *theme vowel*, OD - *Obligatory Decomposition model*, WA - *Word Access model*, AAM - *Augmented Access Morphological model*, MI - *morphological illegal*, OB - *only base*, OS - *only suffix*, IML - *inexistent morphological legal*, EML - *existent morphological legal*, RT - *reaction time*, e ACC - *accuracy*.

² Neste trabalho, consideram-se o radical e a base verbal como sendo o mesmo morfema, mesmo que estes possam ser diferenciados para fins específicos (FOLEY, 1979).

Tendo em vista as características do sistema flexional verbal do francês em relação aos processos combinatórios de formação das palavras, isto é, em relação às combinações de raízes, radicais e afixos, interessou-se aqui pela hierarquia do processamento e da representação dos diferentes morfemas verbais no reconhecimento visual das palavras (RASTLE; DAVIS, 2008). Para a realização desse estudo, propôs-se um experimento de decisão lexical visual em diferentes estruturas de verbos existentes e inexistentes (pseudopalavras = pseudoverbos) do francês para uma melhor compreensão do reconhecimento e processamento das palavras, e para testar os limites da decomposição, o acesso ao radical e o acesso aos sufixos flexionais.

Investigou-se a hipótese de que o acesso lexical e o reconhecimento visual das palavras se dão através do processamento combinatório simbólico de formas morfológicamente decompostas (MARANTZ, 2013; TAFT, 1979). Taft e Forster (1975) propuseram o modelo de processamento morfológico *Obligatory Decomposition* (OD) ‘decomposição obrigatória’, em que as palavras são primeiramente decompostas em morfemas para o acesso lexical. Diferentemente, Manelis e Tharp (1977) apresentaram o modelo de reconhecimento lexical *Word Access* (WA) ‘acesso à palavra’, em que as palavras são armazenadas e acessadas como unidades inteiras no léxico mental. Na mesma direção desse modelo associativo, Baayen, Milin, Đurđević, Hendrix, e Marelli (2011) propuseram o modelo de processamento paralelo *Naïve Discriminative Learning* (NDL) ‘aprendizagem discriminativa ingênua’, que desconsidera o nível morfológico e argumenta em favor de associações diretas entre representações formais e conceptuais. Entre esses dois extremos, existem diferentes modelos de processamento morfológico com mecanismos duplos, em que em geral palavras regulares são reconhecidas através do mecanismo de manipulação simbólica e palavras irregulares são reconhecidas através do mecanismo de acesso direto associativo (CLAHSEN, 2006).

Caramazza, Laudanna e Romani (1988) pesquisaram no trabalho seminal sobre o italiano o processamento e acesso lexical em quatro tipos de estruturas verbais: palavras a. morfológicamente ilegais (MI) (ex. *³*canzovi*⁴), b. contendo somente base existente (OB) (ex. *[*cant*]/*ovi*),

³ Utilizou-se asterisco “*” para indicar pseudopalavras.

⁴ Destaca-se que em Caramazza, Laudanna e Romani (1988) (experiência 1), foram considerados os sufixos da 2ª pessoa do singular do pretérito imperfeito do indicativo os alomorfes das três conjugações do italiano [-avi]~[-evi]~[-ivi].

c. contendo somente sufixo flexional existente (OS) (ex. **canz[evi]*) e d. inexistentes mas morfologicamente legais (IML) (ex. **[cant][evi]*). Os autores propuseram o modelo de processamento morfológico de mecanismo duplo *Augmented Adress Morphology* (AAM) ‘morfologia de endereço aumentado’, em que palavras conhecidas e frequentes são processadas diretamente pelo mecanismo de acesso direto, e palavras desconhecidas e de baixa frequência são processadas pelo mecanismo de decomposição morfológica. Sendo assim, Caramazza, Laudanna e Romani (1988) realizaram as predições de acordo com (2), em função dos diferentes modelos de processamento morfológico. Conforme o AAM, palavras morfologicamente ilegais (MI) seriam facilmente rejeitadas, possuindo um tempo de reação (RT) curto. Em seguida, palavras contendo somente base existente (OB) e palavras contendo somente sufixo flexional existente (OS), que possuem estrutura morfológica correta mas morfema lexical ou gramatical inexistente, impedindo o acesso lexical completo, seriam processadas com dificuldade, apresentando RTs maiores do que palavras morfologicamente ilegais (MI). Palavras inexistentes mas morfologicamente legais (IML), que possuem estrutura correta e morfemas existentes, porém são formadas a partir de combinações ilegais, seriam processadas com grande dificuldade e apresentariam RTs ainda mais elevados.

(2) WA (MANELIS; THARP, 1977): MI = OB = OS = IML

OD (TAFT; FORSTER, 1975): MI = OB < OS < IML

AAM (CARAMAZZA; LAUDANNA; ROMANI, 1988):

MI < OB = OS < IML

Com o objetivo de aprofundar a compreensão desses dados e modelos propostos, assim como realizar uma comparação dos resultados entre diferentes línguas, utilizou-se no presente trabalho um experimento semelhante ao aplicado por Caramazza, Laudanna e Romani (1988), porém em francês e com alguns refinamentos experimentais para um melhor controle dos estímulos e dos resultados esperados. De forma específica, investigaram-se as estruturas hierárquicas e os processos morfológicos no reconhecimento de palavras visuais em francês em comparação ao italiano, em função dos morfemas verbais (FOLEY, 1979).

No presente experimento, definiu-se em francês um grupo de palavras a. morfologicamente ilegais (MI) (ex. **abrou*) para testar o reconhecimento visual em palavras sem estrutura morfológica decomponível; dois grupos de palavras b. contendo somente base existente (OB) (ex. **[aim]ou*) e c. contendo somente sufixo flexional existente (OS) (ex. **abr[ons]*), a fim de identificar diferenças entre estruturas com apenas um dos morfemas existentes, o morfema lexical ou o morfema gramatical (BEARD, 1995); e d. um grupo de palavras inexistentes mas morfologicamente legais (IML) (ex. **[aim][ir]*), de acordo com a proposta inicial de Caramazza, Laudanna e Romani (1988). A esse material, acrescentou-se um grupo de palavras e. existentes e morfologicamente legais (EML) (ex. *[[aim][ons]]* ‘amamos’), com o objetivo de comparar o reconhecimento de pseudoverbos e verbos existentes (LONGTIN; MEUNIER, 2005). Ainda, testaram-se verbos com duas condições de processamento dos sufixos flexionais: a. um sufixo flexional (ex. *aim[ons]* ‘amamos’) ou b. dois sufixos flexionais (ex. *aim[i][ons]* ‘amaríamos’), assim como pseudoverbos com a. um sufixo (ex. **abr[ons]*) ou b. dois sufixos flexionais (ex. **abr[i][ons]*), com o intuito de se investigarem os diferentes processos morfossintáticos no reconhecimento de verbos em francês (EMBICK; HALLE, 2005). As questões que guiaram esse estudo foram: a. qual o custo cognitivo (refletido nos RTs) para o processamento dos diferentes morfemas verbais? b. Existem diferenças comportamentais em função do número de sufixos flexionais? c. Qual a hierarquia de processamento dos diferentes morfemas verbais?

Sendo assim, prediz-se que palavras contendo somente sufixo flexional existente (OS) terão um maior RT, pois as bases não são encontradas no léxico mental em uma grande lista a verificar-se (FORSTER, 1992); conseqüentemente, o reconhecimento de palavras contendo somente base existente (OB) terá um menor RT, pois os sufixos flexionais são altamente frequentes e organizados em uma lista restrita de morfemas gramaticais (BEARD, 1995). Palavras com dois sufixos flexionais serão reconhecidas mais lentamente que palavras que possuem apenas um sufixo flexional, pois cada sufixo envolve uma operação morfológica e computação específica, exigindo maior RT para as respostas (ESTIVALET; MEUNIER, 2015). Enfim, sugere-se que verbos e pseudoverbos morfologicamente complexos são primeiramente decompostos em base e sufixos flexionais e posteriormente possuem

sua representação semântica ativada pela raiz da base, assim como a representação morfossintática ativada pelos sufixos flexionais. Portanto, a predição geral em relação aos diferentes tipos de estruturas morfológicas testadas é de acordo a (3):

(3) MI < OB < OS < EML < IML

Palavras morfológicamente ilegais (MI) não podem nem ser reconhecidas diretamente, nem podem ser decompostas, pois não possuem morfemas discretos; logo, o resultado é um rápido RT na rejeição dessas pseudopalavras. Em seguida, palavras contendo somente base existente (OB) podem ser decompostas e possuem sua base ativada, no entanto nenhum sufixo legal é encontrado, sendo rejeitada. Palavras contendo somente sufixo flexional existente (OS) também podem ser decompostas e possuem seus sufixos flexionais rapidamente ativados na lista restrita e frequente de morfemas gramaticais, no entanto a base não é encontrada na lista aberta de morfemas lexicais, resultando em maior RT para rejeição (FORSTER, 1992). Sendo assim, argumenta-se que a diferença entre palavras contendo somente base existente (OB) e palavras contendo somente sufixo flexional existente (OS) se dá em função dos tamanhos das listas e frequências dos morfemas a serem procurados. Ou seja, nas palavras contendo somente base existente (OB) encontra-se a base e não se encontra o sufixo flexional; nas palavras contendo somente sufixo flexional existente (OS), por outro lado, encontram-se os sufixos flexionais e não se encontra a base. Tendo em vista que a lista de sufixos flexionais (morfemas gramaticais) é menor, restrita e mais frequente do que a lista aberta de bases ou raízes (morfemas lexicais), o resultado é um RT mais rápido para as palavras contendo somente sufixo flexional existente (OS). Palavras existentes e morfológicamente legais (EML) são primeiramente decompostas, possuem seus morfemas lexicais e gramaticais ativados no léxico mental, e são posteriormente verificadas como palavras existentes, sendo reconhecidas mais facilmente do que palavras inexistentes mas morfológicamente legais (IML). Finalmente, palavras inexistentes mas morfológicamente legais (IML) são decompostas, possuem seus morfemas ativados no léxico mental, mas num estágio tardio verifica-se a ilegalidade da combinação, resultando em inibição, e conseqüentemente um RT mais elevado do que nos demais tipos de palavras e pseudopalavras (TAFT; FORSTER, 1975; TAFT, 1979).

2. Metodologia

2.1. Participantes

Trinta e seis participantes adultos falantes nativos de francês participaram do experimento como voluntários, com idade média de 21,48 anos, sendo 18 do sexo feminino. Todos os participantes eram destros, com audição normal, com visão normal ou corrigida por óculos ou lentes, não possuíam histórico de problemas cognitivos ou neurológicos e eram estudantes na *Université Lumière Lyon 2*, Lyon, França. Os participantes desconheciam os propósitos da pesquisa e forneceram consentimento escrito de participação voluntária.

2.2. Materiais e arquitetura

Os participantes realizaram uma tarefa de decisão lexical em estímulos visuais entre palavras existentes e palavras não existentes (pseudopalavras). Eles deveriam realizar suas respostas tão rápidas e corretas quanto possível, através de duas teclas de um teclado de computador com as duas mãos, onde a mão da direita sobre a tecla “verde” correspondia às palavras existentes e a mão esquerda sobre a tecla “vermelha” correspondia às palavras inexistentes (pseudopalavras). Foram testados cinco tipos de palavras em função de suas estruturas morfológicas, palavras: a. morfológicamente ilegais (MI) (ex. **abrou*), b. contendo somente base existente (OB) (ex. *[*aim*]ou), c. contendo somente sufixo flexional existente (OS) (ex. **abr[ons]*), d. inexistentes mas morfológicamente legais (IML) (ex. *[*aim*][*ir*]) e e. existentes e morfológicamente legais (EML) (ex. [[*aim*][*ons*]] ‘amamos’). Ainda, testaram-se diferenças entre o número de sufixos flexionais existentes em verbos: a. um sufixo flexional Agr (ex. *aim[ons]* ‘amamos’) ou b. dois sufixos flexionais T e Agr (ex. *aim[i][ons]* ‘amaríamos’); e pseudoverbos: a. um sufixo flexional Agr (ex. **abr[ons]*) ou b. dois sufixos flexionais T e Agr (ex. **abr[i][ons]*). Em relação às palavras morfológicamente ilegais (MI), consideraram-se para esta variável formas indecomponíveis e decomponíveis, respectivamente. Exemplos de todas condições experimentais são apresentados na Tabela 1.

TABELA 1
Exemplos de itens experimentais por tipo de palavra
e número de sufixos flexionais.

Tipo de palavra	Um sufixo (Agr)	Dois sufixos (T+Agr)
Morfologicamente ilegal (MI)	abrou	abr[et]
Somente base existente (OB)	[aim]ou	-
Somente sufixo flexional existente (OS)	abr[ons]	abr[i][ons]
Inexistente, morfologicamente legal (IML)	[aim][ir]	[aim][ir][a]
Existentes, morfologicamente legal (EML)	[[aim][ons]]	[[aim][i][ons]]

Duzentos e cinquenta palavras foram escolhidas como itens experimentais distribuídos nos cinco tipos de palavras testados, sendo 50 palavras por tipo de palavra. As pseudopalavras foram inicialmente criadas através do motor de geração de pseudopalavras do corpus do francês *Lexique 3* <<http://www.lexique.org/>> (NEW, PALLIER, BRYSSBAERT e FERRAND, 2001, 2004) e foram posteriormente manipuladas para se adequarem a cada um dos tipos de estrutura de palavras pesquisadas e critérios de controle lexical. Controlou-se o número de letras, número de fonemas, número de sílabas e o número de vizinhos ortográficos, conforme calculado pelo *Orthographic Leveinshtein Distance* ‘distância ortográfica de Leveinshtein’ das 20 palavras mais próximas (OLD20) (YARKONI; BALOTA; YAP, 2008). Destaca-se que, das 250 palavras escolhidas e criadas como itens experimentais, 50 são palavras existentes (EML) e 200 são palavras inexistentes (MI, OB, OS e IML). Sendo assim, com o objetivo de contrabalancear as respostas existentes e inexistentes, 250 palavras foram inseridas como distratores, sendo 200 palavras existentes e 50 palavras inexistentes. Portanto, o experimento completo contou com 500 estímulos, mais 10 estímulos de prática, sendo realizado em torno de 22 minutos.

2.3. Procedimento

O experimento foi construído e aplicado através do programa E-Prime v2.0 (*Psychology Software Tools, Inc.*) <<http://www.pstnet.com/eprime.cfm>> (SCHNEIDER; ESCHMAN; ZUCCOLOTTO,

2012). Primeiramente, um ponto de fixação simultâneo a um “bip” era apresentado no centro da tela por 500 ms. Em seguida, a palavra alvo era apresentada no centro da tela em letras maiúsculas por 2000 ms ou até que o participante realizasse sua resposta. Enfim, uma tela em branco era apresentada por 500 ms e a apresentação de um novo estímulo começava com a apresentação do ponto de fixação. Os estímulos foram apresentados no centro de uma tela de computador de 15” LCD, em letra com tamanho 18pt, tipo Courier New, com letras brancas sobre um fundo preto. Tendo em vista que de uma forma geral as palavras escritas em letras maiúsculas não apresentam acentos no francês, os estímulos foram apresentados em letras maiúsculas, com o objetivo de evitar processamento extra com os acentos dessa língua. A medida do RT começava com o aparecimento do alvo na tela e finalizava quando o participante realizasse sua resposta através de um botão. Foram construídas quatro listas com diferentes ordens semi-aleatórias de apresentação dos estímulos, com o objetivo de evitar efeitos de ordem na apresentação dos estímulos.

3. Resultados

Itens distratores foram removidos, representando 50% do total dos dados. Respostas com RTs fora da janela de respostas (RT superior a 2000 ms) foram removidas, representando 0,18% dos itens experimentais; respostas incorretas também foram removidas, representando 7,10% dos dados experimentais. Enfim, respostas mais rápidas que 300 ms e mais lentas que 1800 ms foram consideradas fora da tarefa e também foram descartadas, representando 0,20% dos dados restantes. No total, 7,50% do conjunto original de dados experimentais não foram considerados para análise estatística.

Três distribuições dos RTs (RT, $\log(\text{RT})$ e $1/\text{RT}$) foram consideradas para a distribuição mais próxima de uma curva gaussiana. Através do teste de Kolmogorov-Smirnov, obtiveram-se os seguintes resultados: para RT $D = 0,117$, $p < 2,2e-16$, $\log(\text{RT})$ $D = 0,061$, $p < 2,2e-16$ e $1/\text{RT}$ $D = 0,007$, $p = 0,106$, indicando que a distribuição inversa possui curva mais próxima de uma distribuição gaussiana, sendo apropriada para a aplicação de testes estatísticos paramétricos. Assim, os dados foram analisados através de dois modelos de efeitos-mistos (BAAYEN; DAVIDSON; BATES, 2008). Na primeira análise, a variável dependente foi os RTs, que por sua vez, foram invertidos ($1/$

RT) e multiplicados por -1000 para reinverter os dados e obter valores maiores que 0; participantes e alvos foram utilizados como variáveis aleatórias; e o tipo de palavra (MI, OB, OS, IML e EML) e o número de sufixos flexionais (S- para um sufixo flexional e S+ para dois sufixos flexionais) foram utilizados como variáveis de efeitos fixos. Na outra análise, utilizaram-se as mesmas variáveis aleatórias e de efeitos fixos, mas a taxa de erro (ACC⁵) foi utilizada como variável dependente e a família binomial foi especificada no modelo. As médias dos RTs gerais, os desvios padrão, e as taxas de erros para cada uma das condições experimentais são apresentados na Tabela 2.

TABELA 2
Médias do RTs, desvios padrão e taxas de erro por tipo de palavra e número de sufixos flexionais.

Nb sufixos	Um sufixo		Dois sufixos		Geral	
	RT(ms)	Erro(%)	RT(ms)	Erro(%)	RT(ms)	Erro(%)
Morfologicamente ilegal (MI)	620(170)	1,31	638(183)	0,62	630(178)	1,94
Somente base existente (OB)	640(188)	2,50	-	-	640(188)	2,50
Somente suf. flex. existente (OS)	678(205)	2,26	725(232)	3,80	701(220)	6,05
Inexistente mas morfo. legal (IML)	746(248)	10,31	827(205)	0,44	748(247)	10,75
Existentes e morfo. legal (EML)	675(182)	3,87	700(202)	4,85	689(194)	8,72
Geral	676(201)	6,37	707(216)	7,73	691(208)	7,02

Em relação aos RTs, a análise dos efeitos principais através de uma ANOVA no modelo-misto apresentou uma diferença significativa em relação ao tipo de palavra $F(4,926) = 29,698$, $p < 0,001$, uma diferença significativa no número de sufixos flexionais $F(1,999) = 6,084$, $p < 0,05$, e nenhuma interação entre estas duas variáveis $F(3,937) = 1,554$, $p = 0,105$. Em seguida, realizou-se uma análise planificada do modelo-

⁵ A acurácia é binária, sendo 1 para correto ou 0 para incorreto. A taxa de erro é calculada a partir da proporção de respostas corretas e incorretas.

misto dos RTs. Tomando-se as palavras morfológicamente ilegais (MI) como referência, a diferença de 18 ms não foi significativa em relação ao número de sufixos flexionais $t(892) = 1,064$, $p = 0,288$; a diferença de 10 ms não foi significativa em relação às palavras contendo somente base existente (OB) $t(895) = 1,196$, $p = 0,232$, mas foram significativas as diferenças de 71 ms em relação às palavras contendo somente sufixo flexional existente (OS) $t(896) = 4,696$, $p < 0,001$, 118 ms em relação às palavras inexistentes mas morfológicamente legais (IML) $t(908) = 8,003$, $p < 0,001$, e 59 ms em relação às palavras existentes e morfológicamente legais (EML) $t(899) = 5,418$, $p < 0,001$. Tomando-se as palavras contendo somente base existente (OB) como referência, não se analisou a diferença entre o número de sufixos, porque nesta condição não há sufixos; houve diferenças significativas de 61 ms em relação às palavras contendo somente sufixo flexional existente (OS) $t(895) = 4,538$, $p < 0,001$, 108 ms em relação às palavras inexistentes mas morfológicamente legais (IML) $t(914) = 8,433$, $p < 0,001$, e 49 ms em relação às palavras existentes e morfológicamente legais (EML) $t(901) = 5,497$, $p < 0,001$. Em seguida, palavras contendo somente sufixo flexional existente (OS) apresentaram uma diferença significativa de 47 ms em relação ao número de sufixos flexionais $t(907) = 7,058$, $p < 0,001$; também apresentaram uma diferença significativa de 47 ms em relação às palavras inexistentes mas morfológicamente legais (IML) $t(927) = 6,128$, $p < 0,001$, mas uma diferença não significativa de -12 ms em relação às palavras existentes e morfológicamente legais (EML) $t(913) = 1,599$, $p = 0,110$. Após, palavras inexistentes mas morfológicamente legais (IML) apresentaram uma diferença não significativa de 81 ms em relação ao número de sufixos flexionais $t(1010) = 1,267$, $p = 0,206$; e uma diferença significativa de -59 ms em relação às palavras existentes e morfológicamente legais (EML) $t(931) = -4,996$, $p < 0,001$. Finalmente, palavras existentes e morfológicamente legais (EML) apresentaram uma diferença significativa de 25 ms em relação ao número de sufixos flexionais $t(922) = 3,427$, $p < 0,001$. Estes resultados são visualizados na Figura 1, onde foram acrescentados asteriscos para as diferenças significativas relevantes.

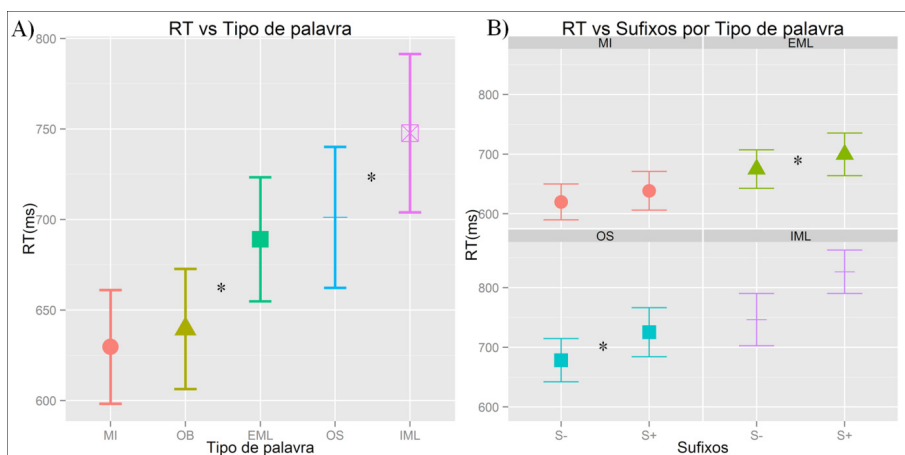


Figura 1: Hierarquia dos RTs em função do tipo de palavra e do número de sufixos flexionais nas diferentes condições experimentais. A) RT em função do tipo de palavra. B) RT em função do número de sufixos flexionais por tipo de palavra.

Em relação à análise das taxas de erro (ACC), houveram efeitos principais significativos entre os tipos de palavras $\chi^2(4, N=36) = 192,226$, $p < 0,001$, número de sufixos flexionais $\chi^2(1, N=36) = 14,238$, $p < 0,001$, assim como um efeito de interação entre estas duas variáveis $\chi^2(3, N=36) = 51,498$, $p < 0,001$. Em seguida, são reportados apenas os resultados significativos das análises planificadas das taxas de erro. Em relação às palavras morfologicamente ilegais (MI), houve uma diferença significativa em relação ao número de sufixos flexionais $z(36) = 2,108$, $p < 0,05$; houve uma diferença significativa em relação às palavras contendo somente sufixo flexional existente (OS) $z(36) = -2,219$, $p < 0,05$, palavras inexistentes mas morfologicamente legais (IML) $z(36) = -6,044$, $p < 0,001$, e palavras existentes e morfologicamente legais (EML) $z(36) = -5,580$, $p < 0,001$. Em seguida, palavras contendo somente base existente (OB) não foram analisadas em função do número de sufixos flexionais porque contém somente a base existente; essas palavras apresentaram uma diferença significativa em relação às palavras contendo somente sufixo flexional existente (OS) $z(36) = -3,553$, $p < 0,001$, palavras inexistentes mas morfologicamente legais (IML) $z(36) = -8,543$, $p < 0,001$, e palavras existentes e morfologicamente legais (EML) $z(36) = 8,219$, $p < 0,001$. Palavras contendo somente sufixo flexional existente (OS) apresentaram

uma diferença significativa em relação ao número de sufixos flexionais $z(36) = -7,512$, $p < 0,001$; ainda, houve uma diferenças significativas em relação às palavras inexistentes mas morfologicamente legais (IML) $z(36) = -9,090$, $p < 0,001$, e palavras existentes e morfologicamente legais (EML) $z(36) = -9,942$, $p < 0,001$. Enfim, palavras inexistentes mas morfologicamente legais (IML) apresentaram uma diferença significativa em relação ao número de sufixos flexionais $z(36) = -2,008$, $p < 0,05$; assim como uma diferença marginal em relação às palavras existentes e morfologicamente legais (EML) $z(36) = 1,757$, $p = 0,069$.

4. Discussão

No presente trabalho, o reconhecimento, a decomposição e a hierarquia do processamento morfológico verbal em francês foram investigados através de um experimento psicolinguístico de decisão lexical visual. Testaram-se cinco tipos de palavras com diferentes estruturas morfológicas verbais (MI, OB, OS, IML e EML), contendo um ou dois sufixos flexionais (S- e S+) a serem processados. Os resultados sugerem que todos os verbos em francês são decompostos no reconhecimento visual (MEUNIER; MARSLEN-WILSON, 2004). Mais importante, argumenta-se que as principais unidades morfológicas decompostas para o reconhecimento verbal são a base lexical, composta principalmente pela raiz provendo a significação semântica, e os sufixos flexionais de T e Agr provendo a representação morfossintática e sendo processados hierarquicamente (ESTIVALET; MEUNIER, 2015).

Sendo assim, esse estudo foi capaz de mostrar que a. as diferentes estruturas morfológicas, b. o número de sufixos flexionais, c. a existência ou inexistência da base e/ou dos sufixos e d. a legalidade ou ilegalidade da combinação de morfemas na formação das palavras resultam em modulações e diferenças sensíveis no processamento cognitivo, e conseqüentemente nos RTs mensurados pelo experimento aplicado. Portanto, esse experimento demonstrou que pseudopalavras que possuem somente um morfema existente, seja ele um morfema lexical (radical) ou um morfema gramatical (sufixos flexionais), são decompostas para o acesso lexical (TAFT; FORSTER, 1975). Ainda, pôde-se observar que a existência de um ou dois sufixos flexionais influencia os RTs no processamento morfológico verbal. Conforme os resultados obtidos na Tabela 2 e Figura 1, pode-se determinar a hierarquia dos RTs de acordo

com os tipos de palavras testadas, de acordo com (4), onde o símbolo menor que “<” representam as diferenças significativas entre os tipos de palavras e os asteriscos “*” representam as diferenças significativas entre o número de sufixos:

$$(4) \quad MI = OB < *EML = *OS < IML$$

Esse resultado possui uma diferença crucial em relação às predições do AAM apresentadas em (3), onde as palavras existentes e morfologicamente legais (EML) e as palavras contendo somente sufixo flexional existente (OS) trocam de posição na hierarquia. Mais importante, comparando os resultados do presente estudo às predições gerais dos modelos de processamento morfológico apresentados em (2), destaca-se que o modelo WA (MANELIS; THARP, 1977) é rejeitado rapidamente, pois se verificam diferenças significativas em relação aos diferentes tipos de estruturas morfológicas testadas, sugerindo processos decompositivos no reconhecimento visual dessas palavras. Portanto, em relação às predições apresentadas em (2), salienta-se que o modelo OD é o que mais se aproxima dos presentes resultados. Destaca-se que no modelo *Obligatory Decomposition* (OD) ‘decomposição obrigatória’, todas as palavras complexas são primeiramente decompostas, em seguida, possuem seus morfemas discretos ativados no léxico mental, e finalmente, os morfemas são recombinados e a forma de superfície da palavra é verificada (TAFT; FORSTER, 1975; TAFT, 1979). Sendo assim, não verifica-se uma diferença significativa entre palavras morfologicamente ilegais (MI) e palavras contendo somente base existente (OB), mas há uma diferença significativa entre palavras contendo somente base existente (OB) e palavras contendo somente sufixo flexional existente (OS), assim como uma diferença significativa entre palavras contendo somente sufixo flexional existente (OS) e palavras inexistentes mas morfologicamente legais (IML).

Portanto, a partir dos resultados apresentados, observa-se que as palavras morfologicamente ilegais (MI) têm rejeição extremamente rápida, com baixos RTs. Isso se deve ao fato de que palavras morfologicamente ilegais (MI) não podem ser acessadas nem por uma via de acesso lexical direto, pois não existem no léxico mental, nem podem ser decompostas e terem seus morfemas ativados, porque não existem morfemas discretos identificáveis neste tipo de palavra que permitam a decomposição. Em seguida, diferentemente do proposto

no modelo AAM, palavras contendo somente base existente (OB) não foram reconhecidas de forma significativamente diferente das palavras morfológicamente ilegais (MI), mesmo podendo ser decompostas a partir de sua base existente (FABRE; SCHOOT; MEUNIER, 2007). Destaca-se que, na modalidade visual, obtém-se estimulação sensorial sincrônica da palavra inteira, o que imediatamente permite reconhecer a inexistência do sufixo flexional na restrita e frequente lista dos morfemas gramaticais, e imediatamente rejeitam-se essas palavras. Portanto, a pequena diferença de 10 ms entre esses dois tipos de palavras não foi estatisticamente significativa. Logo após, também diferentemente da predição do AAM em (2), de que palavras contendo somente base existente (OB) e palavras contendo somente sufixo flexional existente (OS) deveriam ser reconhecidas igualmente, verificou-se no presente trabalho que palavras contendo somente sufixo flexional existente (OS) foram reconhecidas de forma significativamente diferente das palavras contendo somente base existente (OB). Logo, esses resultados estão em harmonia com as predições do modelo OD. A explicação desse dado se deve ao fato de que os sufixos flexionais (morfemas gramaticais) estão representados em uma lista muito menor, restrita e mais frequente do que a lista aberta de radicais e raízes (morfemas lexicais) (FORSTER, 1992). Ainda mais, os morfemas lexicais apresentam maior complexidade semântica do que os morfemas gramaticais, que por sua vez, contêm apenas os traços morfossintáticos (BEARD, 1995).

Em seguida, palavras inexistentes mas morfológicamente legais (IML) também não podem ser processadas por uma via direta porque são palavras inexistentes no léxico mental. Assim, elas são inicialmente decompostas e possuem seus morfemas lexicais e gramaticais ativados (LONGTIN; MEUNIER, 2005). Contudo, quando a palavra é recomposta, ela não pode ser verificada com nenhuma palavra existente devido a sua ilegalidade combinatória, entrando em competição com outras palavras existentes que possuem os mesmos morfemas, logo, ativando mecanismos de inibição no reconhecimento lexical e provocando a maior taxa de erro no experimento. Portanto, palavras inexistentes mas morfológicamente legais (IML) não possuem frequência de superfície nos termos de Taft (1979), sendo reconhecidas como palavras inexistentes em uma fase final do processo de reconhecimento das palavras, resultando em RTs mais lentos do que os demais tipos de palavras testados e em uma alta taxa de erro em seu reconhecimento.

Na presente investigação, utilizou-se também um grupo de palavras existentes e morfologicamente legais (EML), que interessantemente apresentaram RTs entre palavras contendo somente base existente (OB) e palavras contendo somente sufixo flexional existente (OS). Nesse sentido, palavras existentes e morfologicamente legais (EML) foram reconhecidas significativamente mais lentas do que palavras contendo somente base existente (OB), e significativamente mais rápidas do que palavras inexistentes mas morfologicamente legais (IML), mas não foram significativamente mais rápidas do que palavras contendo somente sufixo flexional existente (OS). De acordo com o AAM, palavras existentes e morfologicamente legais (EML) poderiam ser reconhecidas pela via direta, diminuindo seus RTs para tempos semelhantes ao de palavras morfologicamente ilegais (MI) ou palavras contendo somente base existente (OB). Sendo assim, argumenta-se que todos os verbos do francês são decompostos na amodalidade visual para seu processamento morfológico (MEUNIER; MARSLEN-WILSON, 2004). Logo, palavras existentes e morfologicamente legais (EML) são decompostas e, assim como palavras inexistentes mas morfologicamente legais (IML), possuem suas representações morfológicas ativadas no léxico mental, tanto do morfema lexical como dos morfemas gramaticais. Mais tarde, a palavra é recomposta e verificada como uma combinação legal, sendo imediatamente reconhecida como uma palavra existente em função da sua frequência de superfície. Assim, palavras existentes e morfologicamente legais (EML) são reconhecidas significativamente mais lentamente do que palavras contendo somente base existente (OB), por causa do processamento dos sufixos flexionais e da representação morfossintática na verificação final da legalidade da palavra (ESTIVALET; MEUNIER, 2015; TAFT, 1979). Diferentemente, palavras existentes e morfologicamente legais (EML) não são significativamente diferentes das palavras contendo somente sufixo flexional existente (OS) porque, mesmo que a base não seja encontrada, ambos os tipos de palavras possuem o processamento morfossintático na fase tardia de reconhecimento. Sendo assim, propõe-se que, além das diferenças dos tamanhos das listas, frequências e representações semânticas entre radicais e sufixos flexionais, a diferença significativa entre palavras contendo somente base existente (OB) e palavras contendo somente sufixo flexional existente (OS) devem ser explicadas também em termos de um maior custo cognitivo no processamento das representações morfossintáticas (HALLE; MARANTZ, 1993).

Finalmente, em relação ao número de sufixos flexionais, que por sua vez, refletem diferentes operações morfológicas, destaca-se que somente palavras existentes e morfológicamente legais (EML) e palavras contendo somente sufixo flexional existente (OS) apresentaram diferenças significativas de RT e taxa de erro entre um ou dois sufixos flexionais, onde palavras com dois sufixos flexionais foram reconhecidas mais lentamente e com mais erros. Esse resultado sugere que palavras existentes ou inexistentes, mas passíveis de decomposição, são obrigatoriamente decompostas (FABRE; SCHOOT; MEUNIER, 2007; RASTLE; DAVIS, 2008; TAFT; FORSTER, 1975; TAFT, 1979). Portanto, palavras existentes e morfológicamente legais (EML) e palavras contendo somente sufixo flexional existente (OS) que possuem dois sufixos flexionais demandam mais tempo para serem processadas e verificadas, pois há um maior material linguístico e custo cognitivo na decomposição, ativação, processamento e recombinação dos nós morfossintáticos T e Agr. No mesmo sentido, palavras com dois sufixos flexionais demandam um processamento morfossintático mais complexo, e conseqüentemente provocam mais erros no reconhecimento. Interessantemente, palavras morfológicamente ilegais (MI) e palavras inexistentes mas morfológicamente legais (IML) não apresentaram diferenças estatisticamente significativas entre um ou dois sufixos flexionais. Aparentemente, palavras morfológicamente ilegais (MI) são diretamente rejeitadas, não sendo decompostas devido à sua estrutura e forma idiossincráticas, logo, não havendo nenhum processamento morfossintático. Diferentemente, palavras inexistentes mas morfológicamente legais (IML) apresentaram uma grande variância, tipicamente elicitada pelo processamento de pseudopalavras semelhantes a palavras existentes, explicitada através do alto desvio padrão nesse tipo de palavra. Enfim, e provável ainda que os efeitos de inibição na fase tardia de verificação da legalidade da palavra e rejeição da mesma sejam muito mais robustos do que diferenças sensíveis do processamento morfossintático dos sufixos flexionais.

5. Conclusões

Os resultados gerais do presente estudo sugerem um mecanismo único de decomposição obrigatória para o acesso lexical em todos os verbos do francês (ESTIVALET; MEUNIER, 2015; MEUNIER;

MARSLEN-WILSON, 2004). Esses resultados são diferentes dos resultados do italiano, que parecem ser melhor explicados através do AAM. Argumenta-se que a decomposição verbal no francês é um processo precoce e automático entre base e sufixos flexionais; em seguida, os respectivos morfemas são procurados no léxico mental em função de diversos fatores lexicais, e finalmente ativados. Em um processo tardio, estes morfemas lexicais e gramaticais são recombinaados e sua legalidade é verificada através das representações morfossintáticas e da frequência da forma de superfície (EMBICK; HALLE, 2005; MARANTZ, 2013; TAFT; FORSTER, 1975; TAFT, 1979). Nesse sentido, as bases são primeiramente ativadas, em seguida os sufixos flexionais, primeiramente T e em seguida Agr, e finalmente a forma final da palavra é verificada.

Agradecimentos

Agradecemos a dois revisores anônimos pelos comentários e sugestões realizados em uma versão anterior do presente trabalho. Esta pesquisa foi apoiada por financiamento do “*Centre National de la Recherche Scientifique – CNRS*”, França (Fanny Meunier e Gustavo L. Estivalet: UMR5304). Gustavo L. Estivalet foi financiado com uma bolsa de doutorado pelo “Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq”, Brasil (238186/2012-1).

Referências

ARREGI, K. *How the Spanish verb works*. Gainesville: University of Florida, 2000. (LSRL, 30)

BAAYEN et al. An amorphous model for morphological processing in visual comprehension based on naive discriminative learning. *Psychological Review*, v. 118, n. 3, p. 438-481, 2011.

BAAYEN, R. H.; DAVIDSON, D.; BATES, D. Mixed-effects modeling with crossed random effects for subjects and items. *Journal of Memory and Language*, v. 59, n. 4, p. 390-412, nov. 2008.

BEARD, R. *Lexeme-morpheme base morphology: a general theory of inflection and word formation*. Albany (NY): State University of New York Press, 1995.

CARAMAZZA, A.; LAUDANNA, A.; ROMANI, C. Lexical access and inflectional morphology. *Cognition*, v. 28, n. 3, p. 297-332, abr. 1988.

CLAHSEN, H. Dual-mechanism morphology. In: BROWN, K. (Ed.). *Encyclopedia of language & linguistics*. Oxford: Elsevier, 2006. p. 1-5.

EMBICK, D.; HALLE, M. *On the status of stems in morphological theory*. In: GEERTS, T.; JACOBS, H. (Ed.). *Proceedings of Going Romance 2003. Anais...* Amsterdam: John Benjamins, 2005.

ESTIVALET, G. L.; MEUNIER, F. E. Decomposability and mental representation of French verbs. *Frontiers in Human Neuroscience*, v. 9, 20 jan. 2015.

FABRE, D.; SCHOOT, L.; MEUNIER, F. *What triggers early decomposition of morphologically complex words?* In: VOSNIADOU, S.; KAYSER, D.; PROTOPAPAS, A. (Ed.). *EuroCogSci07, The European Cognitive Science Conference. Anais...* Delphi, Greece: Lawrence Erlbaum Associates, 2007.

FOLEY, J. *Theoretical morphology of the French verb*. Amsterdam: John Benjamins, v. 1, 1979.

FORSTER, K. I. Basic issues in lexical processing. In: MARSLÉN-WILSON, W. D. (Ed.). *Lexical representation and process*. Cambridge (MA): The MIT Press, 1992. p. 75-107.

HALLE, M.; MARANTZ, A. Distributed morphology and the pieces of inflection. In: HALE, K.; KEYSER, S. J. (Eds.). *The view from building 20: essays in linguistics in honor of Sylvain Bromberger*. Cambridge (MA): The MIT Press, 1993. p. 111-176.

LONGTIN, C.-M.; MEUNIER, F. Morphological decomposition in early visual word processing. *Journal of Memory and Language*, v. 53, n. 1, p. 26-41, jul. 2005.

MANELIS, L.; THARP, D. A. The processing of affixed words. *Memory & Cognition*, v. 5, n. 6, p. 690-695, nov. 1977.

MARANTZ, A. No escape from morphemes in morphological processing. *Language and Cognitive Processes*, v. 28, n. 7, p. 905-916, set. 2013.

MEUNIER, F.; MARSLEN-WILSON, W. Regularity and irregularity in French verbal inflection. *Language and Cognitive Processes*, v. 19, n. 4, p. 561-580, ago. 2004.

NEW, B. et al. Une base de données lexicales du français contemporain sur internet: LEXIQUE™//A lexical database for contemporary french: LEXIQUE™. *L'année psychologique*, v. 101, n. 3, p. 447-462, 2001.

NEW, B. et al. Lexique 2: a new French lexical database. *Behavior Research Methods, Instruments, & Computers*, v. 36, n. 3, p. 516-524, ago. 2004.

OLTRA-MASSUET, M. I.; MARANTZ, A. *On the notion of theme vowel: a new approach to Catalan verbal morphology*. Cambridge (MA): The MIT Press, 1999.

RASTLE, K.; DAVIS, M. H. Morphological decomposition based on the analysis of orthography. *Language and Cognitive Processes*, v. 23, n. 7-8, p. 942-971, nov. 2008.

SCHNEIDER, W.; ESCHMAN, A.; ZUCCOLOTTO, A. *E-Prime 2.0*. Learning Research and Development Center: University of Pittsburgh, 2012.

TAFT, M. Recognition of affixed words and the word frequency effect. *Memory & Cognition*, v. 7, n. 4, p. 263-272, jul. 1979.

TAFT, M.; FORSTER, K. I. Lexical storage and retrieval of prefixed words. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, v. 14, n. 6, p. 638-647, dez. 1975.

YARKONI, T.; BALOTA, D.; YAP, M. Moving beyond Coltheart's N: a new measure of orthographic similarity. *Psychonomic Bulletin & Review*, v. 15, n. 5, p. 971-979, out. 2008.

**As construções resultativas nas línguas românicas:
um estudo com base na Gramática Cognitiva das Construções**

***Resultative Constructions in romance languages:
a study based on Cognitive Construction Grammar***

Roza Maria Palomanes Ribeiro

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Seropédica, Rio de Janeiro, Brasil

rozapalomanes@terra.com.br

Resumo: Com base na Gramática Cognitiva das Construções, tal como vem sendo desenvolvida por Adele Goldberg (1995, 2006), esta pesquisa objetiva descrever construções que sinalizam resultatividade do português, uma vez que, através de estudos translinguísticos, tem-se defendido que as línguas românicas não apresentam tal construção, não havendo estudo significativo em língua portuguesa, por conseguinte. Para tanto, utilizaram-se as entrevistas do corpus Discurso & Gramática (1995) para seleção de dados com o padrão construcional SN *ficar* SADJ. Promoveu-se uma extensa revisão bibliográfica de autores que estudaram, ainda que seguindo outras linhas de análise, o fenômeno das construções resultativas. Após seleção e análise dos dados, constatou-se que, corroborando a hipótese inicial, o português criou mecanismos para expressar a resultatividade – não pode haver construção causativa, sem que haja uma resultativa que expresse o evento final – e que este mecanismo utiliza, preferencialmente, a forma sintática intransitiva [SN *ficar* SR], cuja semântica é [X torna-se Y].

Palavras-chave: construções resultativas; gramática cognitiva das construções.

Abstract: Based on Cognitive Construction Grammar, such as it has been developed by Adele Goldberg (1995, 2006), this research aims to describe portuguese constructions that express resultativity, since throughout crosslinguistics studies, it has been defended that it is an impossible phenomenon in romance languages and there is not a significative study in Portuguese, thus. Therefore, we used interviews from Discurso & Gramática corpus (1995) for selecting data with the constructional pattern NP ficar AP. It was made an extensive bibliographic revision of authors who study the resultative constructions phenomenon, even following other analytical lines. After data selection and analysis, it was noticed that Portuguese has created mechanisms to express resultativity – It cannot have a causative construction without a resultative to express the final event – and that this mechanism preferably uses the intransitive syntactic form [SN *ficar* SR], which semantics is [X torna-se Y].

Keywords: resultative construction; cognitive construction grammar.

Recebido em 14 de julho de 2015.

Aprovado em 12 de outubro de 2015.

Introdução

Estudos recentes dentro do modelo teórico da Gramática das Construções (GC) têm apresentado reflexões acerca das idiossincrasias envolvendo as construções resultativas. Foi escolhida essa construção como objeto de estudo dessa pesquisa com o objetivo principal de comprovar que as línguas românicas apresentam construções do tipo resultativo, ao contrário do que apontam estudos translinguísticos anteriores.

Na literatura científica, estudos translinguísticos apontam que algumas línguas permitem a seus falantes colocarem verbo e adjetivo juntos, criando um predicado complexo comumente chamado de construção resultativa (CR). O alemão e o inglês¹, por exemplo, são considerados línguas em que podem ocorrer as construções resultativas. Seguem alguns exemplos:

¹ Exemplos retirados do texto Building Resultatives de Angelika Kratzer (2004)

- (1) *Die Teekanne leer trinken*
The teapot empty drink
 *Beber a chaleira vazia.

A CR tem sido central em muitos trabalhos recentes sobre estrutura argumental e interface semântico-sintática, em trabalhos com abordagens minimalistas da gramática (LEVIN; RAPPAPORT HOVAV, 1995) e construcionais (GOLDBERG, 1995; GOLDBERG; JACKENDOFF, 2004; BOAS, 2003). É caracterizada por um argumento semântico extra, o sintagma resultativo (SR), que indica o estado resultante de uma ação denotada pelo verbo. Observemos alguns exemplos em inglês:

- (2) *Mary painted the house red.*
 ('Mary pintou a casa de vermelho.')
- (3) *The pond froze solid.*
 ('O lago congelou sólido.')

Segundo Boas (2003, p.586), a CR descreve o estado de um argumento que resulta de uma ação denotada pelo verbo. Em (6), o verbo deve ser entendido como tendo causado o estado resultante.

- (4) *I cooked the carrots soft.*
 ('Entende-se que as cenouras ficaram macias ao serem cozidas.')

Boas (2000), Carrier e Randall (1992), Goldberg (1995), Hoekstra (1984, 1992), Levin e Rappaport Hovav (1995, 1999, 2001), Fontanals (2001), Wechsler (1997, 2001) e Goldberg e Jackendoff (2004) são exemplos de trabalhos significativos sobre resultativas na literatura científica mundial.

É importante citar que Pustejovsky (1991) e Rappaport Hovav e Levin (1998) vêm estudando as resultativas verdadeiras (RV) e as resultativas falsas (RF) encontradas no inglês. Segundo eles, nas RVs, o sintagma resultativo descreve um evento independente, não lexicalmente especificado pelo verbo, enquanto que nas RFs, o sintagma final não o descreve, mas modifica o estado final especificado lexicalmente pelo verbo. A seguir, há alguns exemplos retirados de Carrier e Randall (1992):

- (5) *Carol watered the roses flat.* (*Terry aguçou os narcisos achatados.)
 – RESULTATIVAS VERDADEIRAS.

- (6) John cut the bread *into thick slices*. (John cortou o pão em fatias finas.) – RESULTATIVAS FALSAS.

Para autores como Fontanals (2001, p. 83), nem todas as línguas (as Românicas, por exemplo) possuem esse tipo de construção resultativa do inglês, considerada “RV”. No quadro 1, sintetiza-se a pesquisa desenvolvida por Fontanals (op. cit), como pode ser visto a seguir:

QUADRO 1
Síntese da pesquisa desenvolvida por Fontanals (2001)

Línguas que permitem construções resultativas verdadeiras	Línguas que não permitem construções resultativas verdadeiras
Austroasiático (khmer) Língua Americana de Sinais (ASL) Finno-Ugric (húngaro) Germânica (inglês, alemão) Japonês-Coreano (jpn., kor.) Sino-tibetan (mandarim) Tai	Basco Afroasiático (egípcio, hebreu) Austronesiano (javanês) Eskimo-Aleut (inuttu) Bantu (lingala) Românicas (francês, espanhol, português, italiano) Eslavo (russo, servo-croata)

Fontanals (*op.cit*) provê uma explicação léxico-sintática para o porquê de sentenças resultativas como *John hammered the metal flat* (*João martelou o metal achatado) não existirem em línguas românicas. Para ele, em línguas como o inglês e o alemão, esta operação parece ser possível por serem línguas de natureza *satellite-frame* (c.f. TALMY, 1991, p.222). Em contraste, as línguas românicas de natureza *verb-frame*² não permitem tal operação.

²“Satélite” é o termo usado por Talmy (2000, p.102) para “certain immediate constituents of a verb root other than inflections, auxiliaries, or nominal arguments” Assim, *verb framing* se refere a como os sintagmas verbais em diferentes línguas variam de acordo como o verbo codifica o modo de movimento (*manner of motion*), como, por exemplo, correndo, andando, arrastando, ou a direção do movimento (*direction of motion*), como para dentro, através de, para fora. Esses dois conceitos podem ser codificados no verbo (como parte de sua raiz) ou em uma partícula separada associada ao verbo, chamada de *satellite*. Portanto, as línguas são divididas em *satellite-framed languages* ou *verb-framed languages*. Os verbos em inglês utilizam partículas para expressar a direção do movimento (‘run into’, ‘go out’, ‘fall down’), e seus verbos, em geral, expressam o modo de movimento. Portanto, o inglês é uma *satellite-framed language*. As línguas românicas como o português, por outro lado, apresentam muitos verbos de movimento

Uma distinção crucial entre a RV, como em *John hammered the metal flat*, e a RF, como *John cut the meat thin* (João cortou a carne fina), deve ser feita. Segundo Talmy (2000, p.102), tanto em inglês como nas línguas românicas há RFs, mas somente línguas como o inglês possuem RVs.

Construções do português consideradas resultativas dada a similaridade sintática com as resultativas prototípicas do inglês, como *João cortou a carne fina* (John cut the meat thin), pertenceriam, segundo Fontanals (2001), ao grupo das RFs: *thin* (fina) pertence à classe dos adjetivos e, na construção dada como exemplo, ocupa a posição em que deveria figurar um advérbio.

Os estudos citados questionam a possibilidade de haver, nas línguas românicas, as RVs. Uma análise léxico-sintática, puramente, não consegue dar conta das CRs, uma vez que, como Goldberg e Jackendoff (2004, p.536) afirmam, as CRs apresentam uma variedade de sintaxe atrelada a um significado especial. Abordagens meramente formais não darão conta das possibilidades de se expressar resultatividade em uma língua.

Partindo das ideias exploradas pela Gramática das Construções (GOLDBERG, 1995, 2006), procuramos analisar especificamente a construção [SN ficar SADJ] (João ficou triste), observando a relação de reciprocidade existente entre a semântica da construção e a semântica do verbo. Assim, a estrutura sintática se liga ao significado da construção, e questões semânticas e pragmáticas influenciam no julgamento de gramaticalidade da construção.

Como objetivo específico desta pesquisa, pretendemos propor uma análise diferenciada desse tipo de construção de que o verbo *ficar* participa. Tradicionalmente, o verbo *ficar* em construções [Suj. FICAR pred.suj.] é apresentado sob o rótulo de verbo de ligação. Diferentemente dessa classificação que não leva em conta as diversas nuances de sentido que pode adquirir um verbo dependendo das relações que se estabelecem no interior das construções, propomos uma análise que leve em conta

como entrar, sair, subir, descer, que codificam a direção do movimento (para fora, para dentro, para cima e para baixo), expressando o modo de movimento através de um complemento no gerúndio, por exemplo, entrar correndo. Portanto, o português, assim como as demais línguas românicas, são *verb-framed languages*.

a semântica da construção e a semântica do verbo, não deixando de se considerar, principalmente, o contexto discursivo.

As hipóteses levantadas são as seguintes:

- Hipótese principal: Em português, há construções que podem ser consideradas resultativas, ainda que não haja exemplos das resultativas consideradas prototípicas, com forma sintática [SN V SN SR].
- Hipóteses secundárias:
 - a) As construções mais produtivas, quando se trata de expressar resultatividade em português, são as que apresentam a forma sintática [SN V SR], tendo como verbo relacionado o *ficar*.
 - b) Num contexto mais amplo do discurso, deve haver uma construção a servir de CAUSA ao RESULTADO expresso em construções resultativas do tipo intransitivas.

Com esse aporte teórico-metodológico, empreende-se, então, a apresentação de uma proposta de ir além da tipologia descritiva até então feita nos estudos sobre variação translinguística entre as resultativas, classificar as construções em estudo com base na *semelhança familiar* na sintaxe e semântica com a *resultativa de propriedade não causativa* (GOLDBERG; JACKENDOFF, 2004) e utilizar dados contextualizados, retirados de entrevistas do corpus Discurso & Gramática – Rio de Janeiro (VOTRE; OLIVEIRA, 1995).

1. Fundamentação teórica

A Gramática das Construções (GC) é uma das teorias que compõe o grupo de teorias relacionadas sob o rótulo de Linguística Cognitiva.

A Linguística Cognitiva (doravante LC) é uma abordagem da linguagem que surgiu a partir da década de 1970 e vê o conhecimento em conexão com as experiências de mundo do ser. São estudadas as unidades e as estruturas da linguagem como manifestações de capacidades cognitivas gerais, da organização conceptual, de princípios de categorização, de mecanismos de processamento e da experiência cultural, social e individual. São temas de especial interesse da LC, dentre outros, a interface conceptual entre sintaxe e semântica e a base pragmática ligada à experiência da linguagem no uso.

Pela importância que atribuí aos aspectos funcionais dos fenômenos linguísticos, e por desenvolver uma análise linguística com base na observação do uso linguístico (cf. LANGACKER, 1987), a LC é um tipo de linguística pragmaticamente orientada, tanto teórica como metodologicamente.

Para a LC, as categorias gramaticais são também, tal como as lexicais, entidades simbólicas, isto é, significativas. Elas devem, portanto ser consideradas não somente em termos das suas propriedades sintáticas, mas tendo em conta a sua base semântica.

Esta perspectiva *simbólica* da gramática encontra-se na Gramática das Construções, desenvolvida por Fillmore, Kay e O'Connor (1988), Goldberg (1995, 2006) e outros.

1.1. Gramática das Construções: noções principais

A GC foi desenvolvida nos anos 80 por Fillmore, Kay, Lakoff e outros. Trata-se de uma família de teorias sintáticas, mais que uma teoria unificada, cognitivamente baseadas, que compartilham princípios fundamentais.

A abordagem proposta por Goldberg (1995, 2006) é chamada de Gramática Cognitiva das Construções (GCC). Esta nos interessa em particular por fundamentar, teoricamente, este trabalho. A diferença entre a GCC e os demais modelos construcionistas como os que vêm sendo desenvolvidos por Paul Kay, Charles Fillmore, Langacker e outros, está, basicamente, no fato de ser um modelo baseado no uso.

A unidade preliminar da gramática, para a GCC, é a construção gramatical: a construção é vista como o princípio fundamental da organização gramatical, podendo ser qualquer elemento formal diretamente associado a algum sentido, a uma função pragmática ou contendo uma estrutura informacional. Essa definição de construção cobre uma variedade de unidades linguísticas que vai de morfemas simples a padrões sintáticos abstratos.

As estruturas sintáticas de uma língua não podem ser descritas somente segundo critérios sintáticos ou morfossintáticos, nem se levando em conta as propriedades sintáticas e semânticas dos verbos que as integram. Na verdade, as construções sintáticas possuem estruturas semânticas próprias. Assim, o significado da construção não corresponde à soma dos significados das unidades lexicais que a construção possui.

Tanto as construções gramaticais quanto as unidades lexicais (assim como os morfemas em algumas construções gramaticais) são combinações de forma e significado, *um continuum* léxico-sintático. Esta é a principal hipótese da GCC: as gramáticas das línguas são compostas por pares de esquema conceituais e padrões gramaticais que se inter-relacionam. Os esquemas associados às formas sintáticas representam a experiência humana mais básica (como movimento do corpo no espaço, por exemplo) e são como ferramentas com as quais organizamos nossa compreensão, estruturando percepções, imagens e eventos.

Sendo a unidade preliminar da gramática a construção, a GCC não subdivide a gramática de uma língua em componentes autônomos - os componentes fonológico, sintático e semântico - que possuem suas próprias regras combinatórias. A fonologia, a sintaxe e a semântica são partes integradas da construção individual.

Goldberg (1995, 2006) apresenta alguns argumentos a favor da existência de um significado próprio para as construções sintáticas:

- (a) a inaceitabilidade de significados e usos especiais de certos verbos, uma vez que o mesmo verbo pode estar empregado ora intransitivamente, ora transitivamente, por exemplo.
- (b) O significado da construção não é previsível por suas partes constituintes, i.e., seu significado independe do verbo com o qual se combina.
- (c) A criança adquire o significado de um novo verbo colocado numa construção que ela já conhece, com facilidade.

Em outras palavras, o uso de um verbo numa construção sintática diferente não implica um significado diferente para esse verbo; o uso pode ser simplesmente determinado pelo significado da construção de que o verbo participa. Observe os seguintes exemplos:

- (7) Ele passou a presidente.
- (8) O caçula passou o mais velho.
- (9) A chuva passou.
- (10) Maria passou as novidades às colegas.

Trata-se, portanto, de uma importante inovação trazida pela GCC: a estrutura argumental é determinada pelo verbo e pela construção. O verbo não muda seu sentido para licenciar argumentos extras. O sentido vem da construção em que é empregado e da forma como a construção combina semanticamente com o verbo para expressar o evento complexo.

Como já foi dito, a GCC não faz uma distinção rígida entre a semântica e a pragmática; ambas são vistas como partes integradas de uma construção. Algumas construções só fazem sentido em um contexto específico.

2. Metodologia da pesquisa

Antes de passar à explanação do *corpus* da pesquisa, ao tratamento dispensado aos dados e às hipóteses de trabalho, expõem-se, resumidamente, alguns fundamentos teóricos decorrentes da perspectiva adotada tomados como base para a presente pesquisa:

- a) A GCC vê as construções como unidades básicas da língua e não como resultado da interação entre itens lexicais e regras sintáticas. As gramáticas das línguas são compostas por pares de esquemas conceptuais e padrões gramaticais que se inter-relacionam.
- b) A estrutura argumental é determinada pelo verbo e pela construção, e o sentido vem da construção em que o verbo é empregado e da forma como a construção combina semanticamente com o verbo para expressar o evento complexo.
- c) Para a GCC, as construções só fazem sentido em um contexto específico.

Interessa, portanto, a análise da construção [SN ficar SR] (a) identificar construções com determinado padrão gramatical e esquema conceptual que permita caracterizá-las como uma construção resultativa, (b) sinalizar que verbo(s) é (são) empregado(s) em tal construção de forma a combinar semanticamente com ela e (c) descrever, ampliando o foco para o contexto discursivo, a relação causa/efeito que se estabelece, em português brasileiro, não no âmbito da oração, mas, sim, no do discurso.

Esta pesquisa baseia-se em dados que apresentem “um ser sofrendo uma mudança de estado como resultado de uma ação expressa anteriormente no fluxo do discurso”. Estes dados foram coletados

do *corpus* Discurso & Gramática – seção Rio de Janeiro (VOTRE; OLIVEIRA, 1995).

A coleta de dados pode ser resumida no quadro que se segue:

QUADRO 2
Especificação da coleta de dados

Fonte da coleta de dados: Discurso & Gramática – seção Rio de Janeiro – 1995	Número de entrevistas pesquisadas
Total de informantes por ano escolar	CA (atual 1º ano): 15 informantes alfabetização de adultos (atual EJA) - 8 informantes 4a série (atual 5º ano) do ensino fundamental (EF) - 34 informantes 8a série (atual 9º ano) do EF- 12 informantes 3a série do ensino médio - 16 informantes último ano do curso superior - 8 informantes
Amostra	Total de entrevistas: 93 Total de dados coletados: 44

Optou-se por um tratamento qualitativo e quantitativo dos dados. Acreditamos que a opção atende ao principal objetivo da pesquisa que é descrever construções que sinalizam resultatividade do português. No entanto, para corroborar a hipótese de que a construção [SN ficar SR] é produtiva no português brasileiro quando se trata de expressar resultatividade, será preciso apresentar quantificar.

Analisaram-se os dados em função do que é postulado pela GCC, de que a unidade preliminar é a construção gramatical. Partiu-se da hipótese de que, em português, há construções que podem ser consideradas resultativas, ainda que não haja exemplos das resultativas consideradas prototípicas, apresentados na próxima seção, e que das construções encontradas, as mais produtivas, quando se trata de expressar resultatividade, são as que apresentam o verbo *ficar*.

Contrariamente a todos os estudos translinguísticos sobre resultativas em língua românicas, postulamos que tais construções apresentam semelhança familiar com as *resultativas de propriedade não causativa*, estudadas por Goldberg e Jackendoff (2004).

3. SN ficar SAdj: a construção resultativa do português

As construções do tipo [SN FICAR SAdj] são analisadas ora isoladamente, sob o rótulo de verbo de ligação (a), i.e., como aquele esvaziado de sentido e, por isso, sem conteúdo ideativo, ora como parte de uma construção causativa biclausal (b), ora como uma construção passiva analítica (c). Observe os exemplos:

- (a) O menino ficou triste.
- (b) Ela fez o menino ficar triste.
- (c) O forte ficou cercado pelo inimigo.

Em outra direção, esta pesquisa propõe que tal construção é a utilizada no português para indicar resultatividade, muito embora haja estudos translinguísticos que afirmem que nas línguas românicas não haja RVs.

Goldberg e Jackendoff (2004) desenvolveram um estudo que visava mostrar que as CRs apresentam uma variedade de sintaxe atrelada a um significado especial, impondo restrições especiais. Os autores apresentaram uma proposta de tratar as resultativas como um tipo de “família” construcional que partilham propriedades importantes, mas diferem em certas especificidades.

Uma característica identificadora de uma resultativa é um SAdj ou SPrep ocupando uma posição normal de um argumento verbal. Goldberg e Jackendoff (2004, p.536-538) nomeiam tal sintagma de sintagma resultativo (SR).

As resultativas foram subdivididas pelos referidos autores em (a) transitivas e (b) intransitivas:

- (a) John hammered the metal flat (*João martelou o metal achatado).
- (b) The pond froze solid (O lago congelou sólido).

Os autores observam, ainda, outras dimensões de variação: resultativas de propriedade (property resultatives) vs. resultativas de percurso (path resultatives) e resultativas não causativas (noncausative resultatives) vs. resultativas causativas (causative resultatives).

Para os autores, há um ponto crucial em que a CR começa a se fragmentar em um número de subconstruções distintas, com sintaxe similar, com estrutura argumental similar e subeventos construcionais similares, em que cada subconstrução apresenta suas próprias peculiaridades e restrições.

Defendemos que o português brasileiro apresenta uma construção sintática que expressa uma situação como resultado de outro evento, expresso em outra cláusula. E que esta construção seria a resultativa mais produtiva nessa língua Observe:

- (9) **O vidro** da porta estorou e **voou na cara dele (1)**, ele não se machucou seriamente mas **a sua cara ficou cheia de sangue (2)**.
(informante 1)

O evento causador³ e o evento resultativo são expressos cada um em sua cláusula, podendo-se observar que (1) sinaliza o elemento afetado que, no enunciado 2, passa a ser o sujeito.

Tal como apresentam Goldberg e Jackendoff (2004), as construções do tipo [SN ficar SR] apresentam o evento designado pelo verbo *ficar* associado ao argumento do sujeito afetado, expressando a permanência do sujeito em novo estado resultante e o evento causativo, que é expresso em outra cláusula, conferiria à construção com o *ficar* um caráter resultativo: subentende-se uma causatividade resultando em novo estado, pois está claro que o sujeito experimenta uma modificação, física ou psicológica, em que se pressupõe uma causa desencadeando o processo.

A causação é uma construção mental, de base experiencial, que compreende vários conceitos causais distintos, prototipicamente estruturados. Dois importantes modelos cognitivos de causação são o de “fazer” e o de “deixar”. Analisando agora as construções [SN ficar SR], percebe-se que os eventos verbais expressos em (10a) podem ser parafraseados como em (10b) de modo que a causação torna-se aparente:

³ Identificamos nos dados que o evento causador pode ser agentivo ou instrumental, entendendo-se por caso instrumental força ou objeto inanimado, causalmente implicado na ação ou estado identificados pelo verbo.

(10a) Depois de um mes de namoro ele terminou o namoro assim sem mais nem menos e *a garota ficou super triste, ficou muito magoada*. (informante 2)

(10b) O término do namoro deixou-a super triste, muito magoada.
(X [agir] CAUSA Y TORNAR-SE Z)

Analisando [SN ficar SR], percebe-se que os eventos verbais expressos em (10a) e (11a) podem ser parafraseados como em (10b) e (11b), respectivamente, de modo que a causação torna-se aparente:

(11a) daí *ele ficou louco* porque tinham roubado/ o carro dele... o carro dele não era tão novo assim mas... pô... fazia a maior falta e tal...(informante 3)

(11b) O roubo do carro deixou-o louco.
(X [agir] CAUSA Y TORNAR-SE Z)

Ainda que sintaticamente o padrão seja diferente da resultativa apresentada como prototípica ou RV, tais construções apresentam propriedades típicas da CR: descrevem um resultado causado por uma atividade e apresentam um SR em posição argumental.

As CRs apresentam uma grande variação semântica e sintática, como afirmam Goldberg e Jackendoff (2004, p.532). Os referidos autores consideram um erro tratar a construção resultativa como um fenômeno único. As resultativas foram tratadas como formando uma “família” de construções, chamadas de *subconstruções da Resultativa*, partilhando importantes propriedades e diferindo em certas especificidades.

Uma característica que identifica uma construção resultativa é um SAdj ou SPrep que ocupa a posição de um argumento do verbo, chamado por Goldberg de *sintagma resultativo* (SR). Deve-se distinguir, numa análise classificatória, o que é adjunto do que são sintagmas argumentais; os adjuntos não designam estados resultativos contingentes das propriedades do verbo.

Semanticamente, o subevento construcional das resultativas apresenta variação quanto à causatividade; há construções resultativas (a) não causativas como, por exemplo, *The pond froze solid* (*O lago congelou sólido) e (b) causativas, como *Ela cortou a cebola em rodelas*.

Não encontramos construções do tipo apresentado em (a) no português (as línguas românicas não apresentam este tipo de construção); na verdade, só se expressa a mudança de estado com o verbo *ficar* e verbos que podem ser usados no mesmo contexto como *tornar-se*, *acabar*, *virar*, *fazer-se*, etc. (todos eles classificados tradicionalmente como verbos de ligação quando indicam mudança de estado), ou com construções do tipo exemplificado em (b), consideradas por alguns autores, como visto como “falsas resultativas”.

Visto isto, defendemos que o português do Brasil apresenta duas únicas construções que podem ser tratadas como resultativas: as construções do tipo *João cortou o queijo em fatias* e as construções com o verbo *ficar*. Afirmamos, também, que as construções resultativas com o verbo *ficar*, em contextos reais, apresentam-se como as mais frequentes.

Sintaticamente, as construções resultativas com o verbo *ficar* se assemelham às construções *resultativas de propriedade não causativa* apresentadas por Goldberg e Jackendoff (2004). A diferença entre elas está, além do tipo de verbo utilizado, no fato de que as construções de mudança de estado apresentam um único evento que indica X TORNAR-SE Y. O outro evento, que é entendido como algo causando a mudança expressa pelo evento central da cláusula com *ficar*, vem, em geral, em cláusula anterior do mesmo discurso.

4. Análise das construções resultativas com o verbo *ficar*: uma proposta de revisão nos conceitos de resultatividade expressos nas línguas românicas

Esta seção inicia a análise dos dados recolhidos para estudo. Passa-se à análise das CRs do português de acordo com os princípios expostos na GCC.

Foram estabelecidos como dados relevantes para o estudo aqueles que apresentavam as construções resultativas com o verbo *ficar* já exemplificadas em anteriormente (doravante tipo I) e as construções do tipo *João cortou a cebola em rodelas*⁴ (doravante tipo II).

⁴ A guisa de informação, consideramos como construções do tipo II as que apresentavam o seguinte formato, independentemente do verbo utilizado:

Semântica: CAUSAR-TORNARSE <agente resultado/posiçãofinal paciente> Sintaxe: V < sujeito OBLSp/Sa objeto > cortar Ela em rodelas as cebolas
--

A seleção de dados feita confirmou a hipótese secundária de que a construção resultativa com o verbo *ficar* é a mais produtiva em português: dos 44 dados que caracterizam construções do tipo resultativas, 38 são construções do tipo I e apenas 06 do tipo II, como pode ser visto na tabela 1:

TABELA 1
Construções resultativas retiradas do *corpus* D&G

Total de construções resultativas	44(100%)
Resultativas do tipo I	38 (87%)
Resultativas do tipo II	6 (13%)

Fonte: VOTRE & OLIVEIRA, 1995.

Verificou-se a necessidade de ampliar o contexto analítico, observando as relações de causa e efeito dentro do discurso: uma das hipóteses secundárias iniciais era a de haver, num contexto mais amplo do discurso, uma construção a servir de CAUSA ao RESULTADO expresso em construções resultativas do tipo I, pois nas do tipo II a causa e o resultado vêm expressos na mesma cláusula. Em todas as ocorrências encontradas, foram percebidas tais relações, o que confirma nossa ideia inicial: em 11 ocorrências (29%), o evento causativo vem antes da resultativa, sendo que o objeto da construção que expressa o evento causador retomado como sujeito da resultativa. Observe-se o exemplo a seguir em que a frase em negrito sinaliza o resultado de uma brincadeira feita em um local de trabalho com um estagiário novo:

- (13) ...entrou esse novo estagiário... eu falei “pô... qual o (nome)?”
 “ah:: o nome dele é Arruda... André...” eu falei “ih... arruda é pra tirar olho grande...” aí o cara... sério... “arruda nada... eu sou cristão... não acredito em nada disso...” não sei quê... aí o pessoal sacaneou... e tem uma Áurea... que é uma baixinha... gordinha... que também é: *designer* ((riso)) ela é baixinha e ela é muito sacana... então (nessa) sacanagem dela... o cara/ **começou a sacanear o cara**... aí o cara foi ficando mais puto... quer dizer... de um fato engraçado começou um fato/ saiu pra um constrangedor... que ela foi ficando tão/ **o cara ficou tão puto...** que chegou uma certa hora que::... ela parou... aí o pessoal começou todo mundo a rir...(Informante 4)

O enunciado *começou a sacanear o cara* é onde se inicia a ação causadora, o evento causador. O conteúdo semântico expresso estabelece a causatividade e a resultatividade entre os eventos *começou a sacanear* e *ficou puto*. O que ocorre, ampliando-se o contexto observado, é uma construção representando o evento causador e outra sinalizando o resultado da ação expressa na cláusula causativa.

Em 08 ocorrências (21%), foi possível perceber que o evento causador não vem expresso, somente, antes da cláusula resultativa no discurso; ele pode vir após a resultativa, na forma de uma oração hipotática, que, nos casos estudados eram adverbiais causais ou temporais com leitura causal, em que se justifica ou se apresenta a causa para o efeito expresso. Observe, agora, o exemplo em que isto ocorre:

- (14) Depois do bar, nós resolvemos ir para casa, no Grajaú. Eu peguei o carro e fui dirigindo alucinadamente até que no Rebouças, um Voyage surgiu na minha frente e eu não pude desviar. Depois da batida eu perdi a direção do carro e ele foi se arrastando uns cem metros pelo paredão do túnel. **1A Andréia** que estava do meu lado e com o vidro aberto, **ficou desesperada**, **2 porque** além do nervosismo da batida, *a fuligem e a sujeira do paredão voou toda na cara dela* e ela estava toda preta. Ela começou a gritar para eu tirar o carro dali e ir embora, só que o carro não andava de jeito nenhum. (informante 5)

É possível perceber no exemplo 14 a causalidade expressa pela oração 2, pois a fuligem e da sujeira terem “voador” na “cara” de Andréia é a causa de seu desespero, além do nervosismo da batida. E, ainda que não haja uma ação direta expressa nesta oração de um agente causador sobre Andréia, há uma causa primária, a batida, que fez o carro ser arrastado pelo túnel, desprendendo fuligem e sujeira sobre seu rosto.

Foram encontradas, ainda, 19 ocorrências (50%) em que o objeto da causativa não foi recuperado como sujeito da resultativa. No entanto, foi possível perceber, nesses casos, relações metonímicas entre os mesmos, tais como instrumento/agente, propriedade/proprietário e parte/todo. Tal fato pode ser visto em:

- (15) *oh... my* ((riso)) uma história que tenham me contado? ai... dá pra desligar? ((o gravador)) meu irmão estava me contando outro dia que:... ele conheceu um... um cara lá em Friburgo... que (C) **roubaram o carro dele**... há pouco tempo aqui em Fri/ aqui no Rio... na Glória... (R)**daí ele ficou louco porque tinham roubado o carro dele**... o carro dele não era tão novo assim mas... pô... fazia a maior falta (Informante 3)

Neste trecho, o objeto da causativa (C) *o carro dele* e o sujeito da resultativa (R) *ele* estão dentro de um mesmo *domínio*, havendo uma relação de contiguidade, designada por objeto/dono; há, portanto, um *link* metonímico entre *o carro dele* e *ele*.

Assim, confirmaram-se as hipóteses iniciais de que o português brasileiro há construções que podem ser consideradas resultativas, ainda que não haja exemplos das resultativas consideradas prototípicas, com forma sintática [SN V SN SR] e que as mais frequentes, quando se trata de expressar resultatividade em português, são as que apresentam a forma sintática [SN V SR], tendo como verbo relacionado o *ficar*.

Considerações Finais

Este artigo não pretende ser, e nem pode, a última palavra sobre resultatividade na língua portuguesa. Ela deve ser discutida como uma proposta, dentre outras.

Com relação aos resultados alcançados com a pesquisa, acreditamos ter atingido nossos objetivos, pois foi identificada uma construção em português brasileiro com um padrão gramatical e um esquema conceptual que a caracteriza como uma construção resultativa.

Como hipótese, aventamos que as construções mais frequentes quando se trata de expressar resultatividade em português brasileiro são as que apresentam a forma sintática [SN V SR], tendo como verbo relacionado o *ficar*. Tal hipótese foi corroborada quando identificamos, dentre as 44 resultativas encontradas no *corpus*, 38 que apresentavam esse padrão sintático, com semântica [X torna-se Y], tendo como verbo preferencial o *ficar*. Dessas 38 ocorrências encontradas, em 11 casos (29%) a construção causativa vem antes da resultativa, tendo seu objeto retomado como sujeito da resultativa. Isto comprova ainda mais a relação de causa e efeito que se estabelece no discurso.

Ainda que tenham sido encontradas 19 ocorrências (50%) em que o objeto da causativa não foi recuperado como sujeito da resultativa, pode-se perceber, nesses casos, algumas relações metonímicas entre eles, tais como instrumento/agente, propriedade/proprietário e parte/todo.

No que concerne a estudos já existentes sobre o tema, esta pesquisa significa uma contribuição a mais. Pretende-se que, a partir deste ponto, novos interesses pelo assunto se apresentem. Assim, teremos certeza de ter contribuído, de alguma forma, para a investigação do fenômeno das resultativas do português brasileiro.

Referências

BOAS, H. C. *Resultative constructions in English and German*. 234 f. PhD (Dissertation) – University of North Carolina, 2000.

BOAS, H. C. *A constructional approach to resultatives*. Stanford: CSLI Publications, 2003.

BRESNAN, J. Control and complementation. *Linguistic Inquiry*, v. 13, n. 3, p. 343-434, 1997.

CARRIER, J.; RANDALL, J. H. The argument structure and syntactic structure of resultatives. *Linguistic Inquiry*, v. 23, n. 2, p. 173-234, 1992.

FILLMORE, C., J.; KAY, P.; O'CONNOR, M. C. Regularity and idiomatity in grammatical constructions: the case of let alone. *Language*, v. 64, n. 3, p. 501-538, 1988.

FONTANALS J. M. Unselected objects. In: DEHE, Nicole; WANNER, Anja (Eds.). *Structural aspects of semantically complex verbs*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2001. p. 83-104.

GOLDBERG, A. E. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: Chicago University Press, 1995.

GOLDBERG, A. E. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

GOLDBERG, A. E.; JACKENDOFF, R. The English resultative as a family of constructions. *Language*, v. 80, n. 3, p. 532-568, 2004.

HOEKSTRA, T. *Transitivity: grammatical relations in government and binding theory*. Dordrecht: Foris Publications, 1984.

HOEKSTRA, T. Aspect and theta theory. In: ROCA, I. M. (Ed.). *Thematic structure: its role in grammar*. Dordrecht: Foris Publications, 1992. p. 145-174.

LANGACKER, R. *Foundation of cognitive grammar: theoretical prerequisites*. Stanford, CA.: Stanford University Press, 1987. Vol. I.

LEVIN, B.; M. RAPPAPORT H. *Unaccusativity: at the syntax-lexical semantics interface*. Cambridge (Mass.): The MIT Press, 1995.

LEVIN, B.; M. RAPPAPORT H. Two structures for compositionally derived events. *Proceedings of SALT 9*, Cornell Linguistics Circle Publications, Cornell University, Ithaca, NY, 1999. p. 199-223.

LEVIN, B.; M. RAPPAPORT H. An event structure account of English resultatives. *Language*, v. 77, n. 4, p. 766-797, 2001.

PUSTEJOVSKY, J. The syntax of event structure. *Cognition*, v. 41, n. 1-3, p. 47-81, 1991.

RAPPAPORT H.; LEVIN, B. Building verb meanings. In: BUTT, M.; GEUDER, W. (Eds.). *The projection of arguments: lexical and compositional factors*. Stanford (CA): CSLI Publications, 1998. p. 97-134.

TALMY, L. *Toward a cognitive semantics*. Cambridge (Mass.): The MIT Press, 2000. 2 vols.

TALMY, L. Path to realization: a typology of event integration. *Proceedings of the Seventeenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society: General Session and Parasession on The Grammar of Event Structure*. Berkeley: Berkeley Linguistics Society, 1991. p. 480-519.

VOTRE, S.; OLIVEIRA, M. R. (Coord.). *Discurso & Gramática: a língua falada e escrita da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

WECHSLER, S. Resultative predicates and control. *Texas Linguistic Forum*, 38, 1997.

WECHSLER, S. An analysis of English resultatives under the event-argument homomorphism model of telicity. *Proceedings of the 3rd Workshop on Text Structure*. Austin: University of Texas, 2001.

O padrão discursivo barretiano da obra *Clara dos Anjos* e a possibilidade dessa releitura contemporânea

The discursive standard of barretiano's work Clara dos Anjos and the possibility that contemporary rereading

Adriana dos Reis Silva

Centro Universitário de Belo Horizonte (Unibh), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
adrianasier@yahoo.com.br

Resumo: O presente estudo objetiva mostrar o padrão discursivo racial na produção da obra *Clara dos Anjos* (1922) de Lima Barreto em contraposição a essa releitura a telenovela *Fera ferida* (1993), de Aguinaldo Silva, Ricardo Linhares e Ana Maria Moretzsohn. Para constituir o aporte teórico estabelecido nesse trabalho, utilizamos a noção de formação discursiva segundo Michel Pêcheux (1997), buscando apreender, como a macroestrutura enunciativa dos objetos *Clara dos Anjos* e *Fera ferida* se articulam através da perspectiva do dizer racial brasileiro. Parece-nos, que nesse sentido a filiação discursiva dos autores têm a capacidade de reproduzir a veicidade racial brasileira, legitimando o mito da democracia racial e o posicionamento imposto pela classe dirigente, que preza o domínio de vida capitalista. Contudo, a obra de Barreto ressignifica a óptica racial por meio da criação de “uma literatura social politicamente militante, voltada para a urgência do cotidiano em mudança e ao mesmo tempo inspirada na redenção do homem e na defesa do trabalhador oprimido pelas distorções sociais”. (PRADO, 1980, p. 13). De forma divergente, a narrativa *Fera ferida* mostrará, em sua trama, a desconstrução dos discursos produzidos sobre o negro, perspectiva que distorce a racialidade e, conseqüentemente, demanda uma nova ordem, como a criação de leis que se interpõem de forma a rever a questão racial.

Palavras-chave: formação discursiva; racialidade; discurso.

Abstract: This study aims to show the racial pattern in the discursive production of *Clara dos Anjos* (1922), work of Lima Barreto in contrast to that rereading the soap opera *Fera Ferida* (1993), written by Aguinaldo Silva, Ricardo Linhares and Ana Maria Moretzsohn. Constituting the theoretical framework established in this work, we use the notion of discursive formation according to Michel Pêcheux (1997), seeking to understand, as the macrostructure enunciation of objects Clara dos Anjos and Fera Ferida articulate through the perspective of the Brazilian racial say. It seems to me that, in that sense the discursive affiliation of authors has the ability to play the Brazilian racial whim, legitimizing myth of racial democracy and the position imposed by the ruling class, which values the capitalist life domain. However, the work of Barreto resignifies racial optical through the creation of “a politically militant social literature, focused on the urgency of change in everyday and at the same time inspired by the redemption of man and the defense of the oppressed worker by social distortions.” (PRADO, 1980, p. 13). In different ways, the *Fera Ferida* narrative shows in its plot, the deconstruction of discourses produced on black, perspective that distorts raciality and therefore demand a new order, such as the creation of laws that stand in order to review the racial issue.

Keywords: discursive formation; raciality; speech.

Recebido em 22 de setembro de 2015.

Aprovado em 04 de novembro de 2015.

Introdução

Neste trabalho procura-se observar o padrão discursivo racial na produção da obra *Clara dos Anjos* (1922) de Lima Barreto colocada em contraposição com uma releitura feita por Aguinaldo Silva, Ricardo Linhares e Ana Maria Moretzsohn, que resultou na telenovela *Fera ferida* (1993), uma realização da Rede Globo de Televisão.

A escritura de Clara dos Anjos de Barreto, a nosso ver, erige-se como uma lâmina cortante, subverte o beletismo de sua época e deixa esvaír a voz dos amargurados. Para tanto, observe-se como o autor, por

uma via engenhosa, mostra um momento de devaneio e introspecção de sua personagem Clara dos Anjos:

Clara contemplava o céu negro, picado de estrelas, que palpitavam. A treva não era total, por causa da poeira luminosa que peneirava das alturas. (...) só distinguia o Cruzeiro do Sul. Correu com o pensamento errante toda a extensão da parte do céu que avistava. Voltou ao Cruzeiro, em cujas proximidades, pela primeira vez, reparou que havia uma mancha negra, de um negro profundo e homogêneo de carvão vegetal. Perguntou de si para si:

– Então, no céu, também se encontram manchas?

Essa descoberta, ela a combinou com o transe por que passara. Não lhe tardaram a vir lágrimas; e, suspirando, pensou de si para si:

– Que será de mim, meu Deus?

Se “ele” [Cassi Jones] a abandonasse, ela estava completamente desmoralizada, sem esperança de remissão, de salvação, de resgate... Moça, na flor da idade, cheia de vida, seria como aquele céu belo, sedutoramente iluminado pelas estrelas, que também tinha ao lado de tanta beleza, de tanta luz, de não sabia que sublime poesia, aquela mancha negra como carvão. Cassi a teria de fato abandonado? Ela não podia crer, embora há quase dez dias não a viesse ver. Se ele a abandonasse – o que seria dela? Veio-lhe então perguntar a si mesma como se entregou. Como foi que ela se deixou perder definitivamente? (BARRETO, 1998, p. 117).

Esse fragmento textual alude à condição da mulata Clara dos Anjos, personagem da narrativa barretiana publicada em romance em 1948, que apresenta como título, o mesmo nome da moça, *Clara dos Anjos*. A jovem protagoniza uma história de desamparo, pobreza e preconceito, como veremos a seguir. A partir da metáfora da mancha acima transcrita, vem à tona a percepção da personagem Clara acerca dos acontecimentos que a rodeiam. Aqui ela parece se encontrar e/ou começar a ter noção de quem é. Ao constatar que “até o céu tinha mancha” – a mácula negra – a personagem reflete sobre o que esperar de sua situação, já que sua cor representava a ignomínia social. Ela percebe que o estigma

da cor negra permeia outros âmbitos da natureza, e não só sua condição. Mais do que isso, ela se dá conta de que, na sociedade em que vive, a infâmia se abate sobre a imagem do negro.¹

Clara consegue, por meio dessa percepção, anunciar seu destino: estaria fadada à imobilidade social e econômica. O sentimento de isolamento e de abandono atordoa o mundo de Clara – “Que será de mim, meu Deus?” (BARRETO, 1998, p. 117).

É por meio da consciência de raça apresentada pela personagem Clara dos Anjos, a qual sangra em veias abertas o seu destino enquanto mulata, que gostaríamos de contrapor tal construção discursiva com aquela realizada pela contemporaneidade da telenovela *Fera ferida*, de Aguinaldo Silva, Ricardo Linhares e Ana Maria Moretzsohn, realizada pela Rede Globo de Televisão em 1993. A novela se passa na cidade ficcional de Tubiacanga, tendo como protagonista Raimundo Flamel ou Feliciano Júnior (Edson Celulari), que volta a essa cidade para vingar a morte de seus pais.

Nessa narrativa encontramos-nos, também, com personagens presentes em contos de Lima Barreto, como: “Nova Califórnia”, com os personagens Flamel, Major Bentes etc.; “O homem que sabia Javanês” (1911), com o personagem Castelo (aquele que dizia saber javanês), além, de “Clara dos Anjos”, com os personagens Engrácia, Clara, Joaquim, D. Margarida, Cassi Jones, Salustiana, entre outros. Até o próprio Lima Barreto é reconstituído em *Fera ferida* através do personagem poeta Afonso Henriques de Lima Barreto, interpretado pelo ator Otávio Augusto. Além disso, a novela faz outra menção a Lima Barreto ao mostrar sua foto com a faixa presidencial dentro do gabinete da cidade ficcional de Tubiacanga.

A novela, assim, projeta várias tramas paralelas, como traição, corrupção, racismo etc, sendo que nosso enfoque, a princípio, se volta para o núcleo vivenciado pela personagem Clara dos Anjos e as condições racializantes estabelecidas naquele contexto.

Para constituir sua obra, pressupomos que o autor Lima Barreto contou com certos saberes partilhados, como a questão racial no âmbito social. Nesse ritual languageiro, Barreto deixa subentendidos, em

¹ Essa inferência se torna possível porque, “existe um consenso intersubjetivo pelo qual o idealismo promove a compreensão do indivíduo a partir de seu pensamento”. (PÊCHEUX, 1997, p. 162).

sua enunciação, aspectos marcantes que projetam, possivelmente, as vivências singulares, de outrora. Vejamos:

- inconformidade: “O espectro da escravidão, com todo o seu cotejo de infâmias, causa-lhe secretas revoltas.” (BARRETO, 1998, p. 36);
- indignação: “O povo é avesso a guardar os nomes dos autores, mesmo os dos romances, folhetins que custam dias e dias de leitura. A obra é tudo para o pequeno povo; o autor nada.” (BARRETO, 1998, p. 51);
- pobreza: “Toda essa população, pobríssima, vive sob a ameaça constante da varíola e, quando ela dá para aquelas bandas, é um verdadeiro flagelo.” (BARRETO, 1998, p. 72);
- denúncia: “Mais ou menos é assim o subúrbio, na sua pobreza e no abandono em que os poderes públicos o deixam. (...) O subúrbio é o refúgio dos infelizes. Os que perderam o emprego, as fortunas; os que faliram nos negócios, enfim, todos os que perderam a sua situação normal vão se aninhar lá; e todos os dias, bem cedo, lá descem à procura de amigos fiéis que os amparem, que lhes dêem alguma coisa, para o sustento seu e dos filhos.” (BARRETO, 1998, p. 74);

dentre outros.

Barreto, enquanto escritor, idealiza um leitor que lhe seja contemporâneo, que irá interagir com sua escritura, de função social, já que “nunca, um minuto só da sua vida, pôs a sua pena a serviço de nenhuma causa iníqua”. (LINS, 1976, p. 175). Já o leitor empírico extemporâneo deve reconhecer que esse autor escreveu em determinada época (século passado), a qual contextualiza certos aspectos próprios daquele tempo, como a escravidão, as inovações republicanas etc. Ao esse leitor real, portanto, cabe realizar a interpretação do texto.

No âmbito televisivo brasileiro Aguinaldo Silva, por sua vez, é conhecido como “Senhor das Oito”², considerando o número de telenovelas que ele já escreveu para esse horário. Mas esse autor, na

² Cfe. Portal Globo. Disponível em: <<http://ego.globo.com/famosos/tudo-sobre/aguinaldo-silva.html>> Acesso em: 20 jan. 2014.

produção de *Fera ferida*, teve a colaboração de mais dois sujeitos comunicantes: Ana Maria Moretzsohn e Ricardo Linhares parceiros que em conjunto elaboraram a trama televisiva.

É interessante ressaltar que essa escritura se faz sob um gênero inscrito em um veículo comunicacional que, em prática, atua na produção das relações sociais, as quais se estabelecem por meio da articulação das formas de conteúdos e expressões, permeando o imaginário dos cidadãos brasileiros pela mídia televisiva. Os autores de *Fera ferida* assumem a função de escritores telenovelistas e, dessa forma, assumem a legitimidade sobre a escrita desse gênero, tendo, é claro, a cooperação de uma série de parceiros e a maior parte deles com um único propósito: o entretenimento. Diante disso, os efeitos de sentido possíveis são muitos, levando em consideração que, nessa leitura telenovelistica, múltiplos contratos comunicacionais podem surgir, tanto pela trama central da novela quanto pelas tramas paralelas, revestindo o espectador do poder do ato interpretativo, pois na medida em que decorre a trama ele pode intervir, dando sua opinião, por exemplo, a partir do IBOPE - que é o Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística, um medidor da audiência televisiva.

1. A Formação Discursiva em Barreto *versus* a contemporaneidade de *Fera Ferida*

Para constituir o aporte teórico estabelecido nesse estudo, utilizaremos a noção de formação discursiva segundo Michel Pêcheux (1997).

A base do pensamento de Pêcheux se constitui sob a interpelação do sujeito pela ideologia. As formações discursivas nesse contexto se compõem pelos diversos interdiscursos e, assim, possuem ideologias distintas no seu interior.

De acordo com esse autor, a ideologia indica, através do “hábito” e do “uso”, “o que é” e “o que deve ser” e isso, em alguns casos, por intermédio de desvios linguisticamente assinalados em meio do preceito e da constatação, funcionando como dispositivo de “retomada do jogo”. As evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é, por exemplo, um soldado, um operário, uma fábrica, uma greve, etc. são geradas pela ideologia. Essas certezas manifestas fazem que um enunciado/palavra diga o que realmente deseja dizer, sendo mascarado sob a “opacidade da linguagem”, isto é, a materialidade do sentido contido nos léxicos e enunciados. (PECHEUX, 1997, p. 159).

Nesse sentido, o autor considera que o caráter material do sentido, mascarado por sua evidência transparente para o sujeito, consiste na sua dependência constitutiva daquilo que chamamos “o todo complexo das formações ideológicas.” (PECHEUX, 1997, p. 160). Diante dessa afirmação o autor busca especificar essa espécie de subordinação do sentido através do seguinte princípio: o sentido de uma palavra, expressão, proposição etc. não existe por si, isto é, em sua correspondência com a literalidade significante na qual é introduzido, sendo, então, estabelecido pelas posições ideológicas inscritas no jogo do processo social e histórico com os quais essas palavras, expressões, proposições etc. são confrontadas.

Reconhecemos, então, uma formação discursiva, segundo Pêcheux, a partir de sua constituição que se estabelece por

aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.). (PECHEUX, 1997, p. 160).

As Formações Discursivas – doravante denominadas FD – são, nessas circunstâncias, projeções, na linguagem, de certas formações ideológicas vigentes. Logo, o sentido de um estado de coisas só é adquirido a partir do posicionamento daqueles que o empregam, inscritos sob uma dada ideologia.

Para Pêcheux (1997), qualquer formação discursiva dissimula, pela diafaneidade de seu sentido, sua dependência ao “todo complexo com dominante” das formações discursivas, enredado no complexo das formações ideológicas. A esse “todo complexo com dominante” das formações discursivas atribui-se o nome de interdiscurso:

Diremos, nessas contradições, que é próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que “algo fala” (*ça parle*) sempre “antes, em outro lugar e independentemente”, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas. (PECHEUX, 1997, p. 162 – destaques do autor).

Pode-se compreender essa passagem como algo relativo a uma memória discursiva constituída por um esquecimento determinante, com base no princípio de que todo discurso se manifesta na relação com a sua alteridade/exterioridade ou, ainda, numa interação constitutiva com outros discursos.

O interdiscurso assinala o espaço discursivo e ideológico no qual se desenvolvem as formações discursivas sob as relações de subordinação, dominação e contradições existentes no âmbito enunciativo.

A partir dessas considerações, Pêcheux (1997) aponta dois tipos de discrepâncias para a questão em pauta: o efeito de encadeamento do pré-construído (ilusão da existência de uma realidade dada como tal e representável pelo discurso) e a articulação (ilusão da existência de uma relação explicativa entre os sentidos que funcionaria como processo de sustentação do discurso). Essas discrepâncias são determinadas na própria estrutura do interdiscurso.

A noção de formação discursiva, desse modo, é concebida, pelo referido autor, em termos de regularidades distintivas de posições sociais determinadas em função das lutas ideológicas constitutivas de uma conjuntura histórica e política.

Orlandi (2010) afirma que pelo funcionamento das formações discursivas e do interdiscurso, podemos apreender os mecanismos ideológicos para a constituição do sujeito e do sentido. A formação discursiva, enquanto conceito torna possível que sujeitos empíricos apreendam os sentido de certas palavras, expressões etc. em um determinado período histórico.

Uma FD é, portanto, heterogênea a ela própria: o fechamento de uma FD é fundamentalmente instável, ela não consiste em um limite traçado de forma definitiva, separando um exterior e um interior, mas se inscreve entre diversas FDs como uma fronteira que se desloca em função dos embates da luta ideológica. (COURTINE & MARANDIN, 1981, p. 41).

Assim, uma formação discursiva pressupõe uma unidade heterogênea, indispensável àquilo que deve e pode ser dito em um dado momento da vida social humana.

Valemo-nos, nessa pesquisa, do conceito de FD, buscando apreender, como a macroestrutura enunciativa dos objetos *Clara dos*

Anjos e Fera ferida se articulam através da perspectiva do dizer racial brasileiro. Contudo, trataremos ainda certas cenas das narrativas em questão, a título de esclarecimento, ou seja, veremos alguns pontos da microestruturação enunciativa que nos parecem relevantes para a o entendimento das FD's que perpassam os objetos como um todo.

Conduziremos a investigação a partir do lugar social/empírico que cada um dos sujeitos comunicantes assume no discurso racializante brasileiro. Iniciamos com Lima Barreto para, em seguida, passarmos ao posicionamento ideológico televisivo e a autoria telenovelística.

Para discorrer sobre o lugar social em que Lima Barreto se inscreve e as relações de classe presentes no contexto por ele vivido, é importante entendermos que as relações sociais se baseiam em determinados preceitos hierárquicos (*status*, situação econômica, cultural etc.), e o Brasil, no que diz respeito às hierarquias, revela algumas combinações que estão intimamente ligadas ao processo de formação das diferenças sociais brasileiras como a raça, classe ou a cor do indivíduo (lembremo-nos que Barreto é um mulato).

O discurso racial brasileiro possui, em sua base, um pilar escravagista, sustentado pelo pensamento eugênico e eurocêntrico. Esse contexto se apropriou de uma de configuração liberal-escravista, instituindo uma ideologia que perdurou anos, que só começou a ser contestada com a escassez da mão de obra negra, após extinção do tráfico negroiro. (BOSI, 1995).

A ascensão do negro/mulato/afrodescendente ocorreu nessa 'nação' sob um processo de concessão de regalias ao sujeito branco, deixando o negro à margem, – a civilidade brasileira em relação aos homens de cor se fez sob os segmentos privilegiados da raça dominante. (FERNANDES, 1972).

(...) as posições desvantajosas dos estoques negro e mulato na estrutura socioeconômica condiciona formas de participação cultural e de integração ao sistema de classes que favorecem a sua perpetuação crônica naquelas posições, em vez de estimularem a ruptura com o passado e as sua superação. (FERNANDES, 1972, p. 49).

Os padrões deformadores da condição negra no Brasil perpetuam ainda no contexto brasileiro. A herança escravagista pode ser observada por meio de formas discriminatórias utilizadas discursivamente para lidar

com o sujeito de cor. Esses indivíduos formam “uma espécie de escória da grande cidade” e se veem condenados a uma miséria social que os degrada terrivelmente. (FERNANDES, 1972, p. 42).

Lima Barreto nasceu em 1881 e cresceu sob panorama político e social marcado pela Abolição da Escravatura (1888) e a Proclamação da República (1889). Presenciou a sucessão de vários presidentes, como Afonso Pena (1909), Nilo Peçanha (1909-1910), entre outros. Ainda, assistiu a um período de crise no Brasil, com desempregos, reivindicações políticas, e tudo isso, concomitante a primeira Guerra Mundial, o que tornou a situação brasileira ainda pior.

Esse é o cenário no qual o Barreto se faz escritor, sua obra se constitui em um período evidenciado por momentos de saudosismos, de reforma, mas, apresentando, também, a irreverência das vanguardas, da psicanálise, da relatividade de Einstein, da Revolução Russa, da anarquia espanhola e dos sindicatos fascistas. (BOSI, 1970, p. 342-343). Enquanto jovem, Barreto, estudou na Politécnica do Rio de Janeiro, ali sofreu preconceitos de seus colegas, era o estranho no meio de jovens abastados brancos. Já adulto, de forma muito comum, chamavam-no de negro, às vezes era tomado como bandido. Barreto misturava-se com todo o tipo de pessoas, prostitutas, viciados etc. (PRADO, 1999). O escritor era consciente da situação brasileira, ele a vivia e combatia a desigualdade do país através de sua escritura, tornando-se assim um porta-voz dos “infelizes”.

Encontraremos, em suas páginas íntimas, expressões de desalento, mas não de autocomiseração. Mesmo as alusões constantes ao problema da cor ou à adoração nacional pelos doutores, embora ligadas a experiências pessoais, voltam-se para fora, para a sociedade que conhece e sobre a qual testemunha. (LINS, 1976, p. 24).

Lima Barreto é um indivíduo descontente com a sociedade, a literatura que ele cria fornece pistas para tal apreensão. Vejamos, por exemplo: “a vida cara, enquanto os salários eram mais ou menos os mesmos anteriores. O descontentamento se fez e os pobres começaram a ver que, enquanto eles ficavam mais pobres, os ricos ficavam mais ricos” (BARRETO, 1956, p. 54). O autor [,] em sua incursão literária busca promover reflexões sócio-raciais e políticas. Ele ironiza e escarnece de uma sociedade nada convencional e democrática, mas, a elite de sua época não o perdoa por tal fato.

As classes dominantes (e, com elas, amplos setores das classes dominadas, que refletem em grande parte a visão conservadora) são particularmente sensíveis no Brasil aos que as renegam de maneira ostensiva. Pareceu-me sofrer Lima Barreto, e creio não enganar-me, o efeito de uma ação difusa, um processo disfarçado, surdo, de sonegação (muito semelhante, por sinal, ao que entre nós marginaliza o negro). Acresce que os povos mostram-se sensíveis às idealizações. E Lima Barreto é talvez o autor brasileiro que nos viu até hoje com maior verdade e lucidez. (LINS, 1976, p. 12).

Nesse sentido, Barreto toma a literatura não como expressão, mas, principalmente, como “comunicação militante”, palavra empregada pelo autor que “se engaja, tão ostensivamente quanto possível, com suas palavras e o que elas transportam, a mover, demover, comover, remover e promover.” (LINS, 1976, p. 18). O escritor através de sua escrita confronta a sociedade brasileira e é ignorado por ela.

O âmbito social e histórico vivido por Barreto, como vemos, advém do domínio dos grandes latifúndios – os senhores de escravo. A formação social, nesse contexto, presentifica um processo de produção no qual as forças produtivas são movidas pelas leis escravagistas. Sob esse aspecto Althusser (1983, p. 10), considera que uma formação social “relewa de um modo de produção dominante, podemos dizer que o processo de produção põe em movimento forças produtivas existentes em (*dans et sous*) relações de produção definidas”. Logo, a relação de produção subsistente na nação brasileira defendia a coisificação do negro, determinante para um ideário racista.

Os pretos e descendentes de pretos, esses continuavam relegados, ao menos em certos textos oficiais, a trabalhos de baixa reputação, os *negro jobs*, que tanto degradam o indivíduo que os exerce, como sua geração. Assim é que, em portaria de 6 de agosto de 1771, o vice-rei do Brasil mandou dar baixa do posto de capitão-mor a um índio, porque “se mostrara de tão baixos sentimentos que casou com uma preta, manchando o seu sangue com esta aliança, e tornando-se assim indigno de exercer o referido posto”. (HOLANDA, 1995, p. 56 – destaques do autor).

Nota-se, desde logo, que a formação ideológica que se perpetuou no espaço transitado por Lima Barreto, evidenciou crenças da inferioridade do negro, “sem a ideia de que o negro seja “inferior” e necessariamente “subordinado” ao “branco”, a escravidão não seria possível num país cristão”. (FERNANDES, 1972, p. 42). Essa forma de ser e pensar, condicionou o indivíduo africano ou de descendência africana a crer em sua debilidade; e o europeu conseguiu o respaldo da escravatura.

O racismo representa todas as forças antidemocráticas, formadas pela vantagem econômica, ou seja, tais forças implicam em ser bem nascido, ter recebido herança de pais ou parentes ricos etc. É uma maneira de querer ser melhor que o outro, e isso, sem esforços. Com o racismo forma-se monopólio de classes e/ou governos cujo poder é exercido apenas por indivíduos privilegiados. (ROSENFELD, 1993).

Diante disso, podemos dizer que a filiação discursiva de Lima Barreto se apoia, é claro, em várias FD's de diversos valores, mas a que trata da racialidade, em especial, foco desse trabalho, demonstra-se pela interdiscursividade de tal caráter.

Assim, tendo em vista que uma formação discursiva se estabelece por um sistema de relações linguísticas e interdiscursivas no qual acontecem os processos discursivos efetivos, as evidências intertextuais corroboram as diferenças entre os indivíduos. O período discriminatório vivido por Barreto demonstra, sem dúvida, a iniquidade da relação branco-negro.

Observaremos, a seguir o padrão discursivo e social de *Fera ferida*. O discurso telenovelistico é exteriorizado por meio de um trabalho coletivo, resultante de um conjunto de elementos que se articulam a partir do “padrão Globo de qualidade”, sintagma que virou símbolo da TV Globo. Segundo Motter & Mungioli (2007), a máxima da Rede globo não se traduz apenas por um *slogan*, a grade da programação, a execução e a produção de programas, além da organização da empresa, também obtiveram uma reestruturação, buscando tal excelência.

No entanto há quem conteste tal pensamento, como Eugênio Bucci³ em seu artigo *O mau gosto e o desgosto*, copyright Folha de S. Paulo, 5/5/02:⁴

³ Bucci é Jornalista, tem o título de Doutor em Ciências da Comunicação, área de Jornalismo, pela Escola de Comunicações e Artes da USP.

⁴ Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/showNews/asp080520029.htm>>. Acesso em: 24 nov. 2013.

Tenho insistido, e volto a insistir, que o padrão Globo de qualidade não era simplesmente uma escolha intencional dos gerentes, mas um padrão ideológico tornado possível pelo regime autoritário. Não é bem que a liderança da Globo se devesse ao seu autodenominado padrão de qualidade; era antes o contrário: o tal padrão é que só foi possível porque dispunha de condições prévias, o monopólio entre elas. O Estado autoritário distribuía as concessões como se fossem capitânicas hereditárias, privilegiando certos grupos econômicos em detrimento de outros e inibindo a concorrência. Houve competência da Globo? (...) O que foi o padrão Globo de qualidade senão a face da integração nacional sob a ditadura? Claro que houve aí momentos de mal-estar, houve censura às novelas, houve arestas, mas nada disso foi definidor. O que definiu o padrão Globo de qualidade foi a necessidade imperativa de mostrar ao Brasil qual era a cara do Brasil. Era um Brasil de notícias governistas, de regionalismos de cartão-postal, de ufanismos futebolísticos e, por favor, sem negros nas novelas, sem evangélicos no horário nobre, sem excluídos desdentados no auditório. (...) O padrão Globo de qualidade era a expressão do bom gosto da classe média (bom gosto não é nada além do gosto médio da classe média). E não tinha concorrência, só por isso que reinava, mandão, pacífico e ordeiro. Ainda bem que ele já era. O que acabou não foi o padrão Globo, mas a sua sustentação histórica.

Percebe-se que a essência do poder incutido sobre o veículo televisivo consiste em seu estatuto de significação, que requer o controle do processo de significantes culturais por meio de uma entidade empresarial ou “tecnoburocrática” (SODRÉ, 1987, p. 10). Isto é, um moderno sistema tecnológico que rege indivíduos, economia etc.

Nesse campo de interação, defrontamos com o que Thompson (1995) denomina de instituições sociais, ou conjuntos exclusivos e possivelmente estáveis de recursos e regras que manifestam ao mesmo tempo com as relações sociais. A Rede Globo de Televisão, nesse sentido, pode ser caracterizada como uma organização que se constitui sob esse foco. Afinal, trata-se de uma empresa que apresenta certos tipos e quantidades de recursos constituídos a partir de regras próprias, normas de ação e com uma flexibilidade esquemática a qual administra os recursos e os sujeitos dentro

dessa organização. Sob esse contexto, ainda, encontramos a possibilidade das relações hierarquizadas entre os indivíduos e/ou as posições ocupadas por esses (fato comum nas organizações Globo de Televisão). Esse processo interacional estruturante da Rede Globo apresenta aspectos os quais Thompson (1995, p. 198) nomeia de “assimetrias e diferenças relativamente estáveis em termos de distribuição de, e acesso a, recursos de vários tipos, poder, oportunidades e chances na vida.”

Consoante a essas questões, a televisão torna-se um veículo eficaz para gerir um país, transformando-se em uma corporação que difunde de maneira maciça conhecimento, diversão, publicidade, informações etc. Na ordem dessa instituição prevalece a hegemonia e a ideologia capitalista. Através de tal aspecto, Sodré afirma que,

Os média vinculam estreitamente à organização monopolista do mercado – oligopólios e multinacionais controla os diferentes níveis de captação e receitas publicitárias e em ativos centros geradores de informações ideológicas dependentes do capitalismo ou do *status quo*. (SODRÉ, 1987, p. 32).

Destarte, o padrão estrutural da televisão, e claro, sua mediação pela telenovela se constitui sob o discurso advindo de um sistema econômico e social que se baseia na propriedade privada dos meios de produção, ou seja, assume uma FD capitalista.

No entanto, a conjuntura discursiva que nos interessa é da racialidade, e isso, só será exposto se houver algum interesse capitalista em jogo. A visibilidade no negro na televisão, e em particular na telenovela, é ínfima, tal fato corrobora-se através do estudo de Araújo. Observemos:

Examinamos 512 telenovelas e a constatação foi chocante:

Identificamos que:

– em um terço das telenovelas produzidas até 1997 não havia nenhuma personagem afrodescendente.

– Apenas em outro terço o número de atores negros contratados conseguiu ultrapassar levemente a marca de 10% do total do elenco.

– E, 90% dos personagens criados representavam a subalternidade do negro na sociedade brasileira. Ou seja, traziam os negros em estereótipos de si mesmos.

(...) somente as duas últimas décadas do século XX, os anos 80 e 90, um período de ouro da telenovela, marcado por autores progressistas como Dias Gomes:

– de 98 novelas produzidas pela Rede Globo não foi encontrado nenhum personagem afro-descendente em 28 delas.

– Apenas em 29 telenovelas o número de atores negros contratados conseguiu ultrapassar a marca de dez por cento do total do elenco.

– E em nenhuma delas o total de negros e pardos chegou a ser metade, ou mesmo 40% de todo o elenco. (ARAÚJO, 2012, p. 02).

A consequência desse discurso se traduz pela negação do negro brasileiro, emergindo a FD racial, alimentada pelo discurso dominante, acessível apenas pela elite simbólica (de raça branca) e colaboradora da difusão desigual entre os seres.

Nessa perspectiva, conjecturamos que a filiação discursiva de Aguinaldo Silva e coautores, também, situa-se no âmbito de uma FD capitalista. Observemos o trecho abaixo extraído do *blog* de Silva que nos possibilita pensar tal hipótese.

Quando você adapta um livro para uma novela, minissérie ou filme de longa-metragem, a liberdade de criação é decisiva, assim como deve ser absoluta a fidelidade do adaptador à essência da obra original. Lembra daquela frase? Quem ama não mata? Eu diria: quem adapta não trai. Aguinaldo diz que só não fez mais cinema porque em comparação com o que se paga na TV é muito pouco.⁵

Parece-nos, assim, que a filiação discursiva dos autores têm a capacidade de reproduzir a veleidade racial brasileira, legitimando o mito

⁵ Cfe. <<http://asdigital.tv.br/portal/?p=7465>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

da democracia racial e o posicionamento imposto pela classe dirigente, que preza o domínio de vida capitalista.

A partir de tais constatações, identificamos posições singulares que delimitam o que se pode e o que se deve dizer acerca do Outro negro/mulato/pardo/afrodescendente. A FD de caráter antirracial trazida pelo posicionamento de Lima Barreto, assim como, a FD capitalista vinculada à televisão e o seu gênero telenovela se articulam como um complexo dominante que pode orientar para outras FD's, e nesse caso, segundo o recorte desse trabalho, pode direcionar-se a uma FD racial, alimentando-a. Aquela por seu caráter contraditório, como forma de ratificar a existência racial, e esta pela possibilidade da associação do discurso capitalista que se aproveita de seu modo dominante para corroborar as práticas raciais a partir das relações de exploração.

Sob tais circunstâncias, postulamos algumas FDs que julgamos recorrentes nos nossos processos sociais e sobre as quais pretendemos desenvolver as análises no âmbito das enunciações ficcionais.

- FD1: superioridade racial (não apenas de reconhecimento do lugar de superioridade, mas também de atribuição do lugar de inferioridade ao outro, e/ou autoafirmação enquanto um ser social);
 - FD1.1: discriminação de cor (o reconhecimento e a atribuição de papéis subalternos a pessoas de cor negra e/ou suas variantes cromáticas);
 - FD1.2: discriminação sexual (reconhecimento e atribuição de papéis secundários e subalternos geralmente a mulheres de cor negra);
- FD2: inferioridade racial (é a partir dela que discursos de submissão, de conformismo, de aceitação de papéis subalternos difundidos numa sociedade);

A noção de FD segundo a base proposta por Pêcheux se realiza sob as regularidades particulares de posições de classes definidas em função de embates ideológicos constitutivos de uma situação histórica, política e social. A partir desse viés, então, conjecturamos as FD's raciais, tendo em vista as várias possibilidades interpretativas acerca da racialidade que circundam o meio social brasileiro. Logo, pressupomos que algumas das

FDs elencadas podem identificar melhor o posicionamento discursivo dos sujeitos ficcionais estabelecidos por esse estudo.

Assim, observemos na próxima seção a partir de certos trechos das narrativas *Clara dos Anjos* e *Fera ferida* as possibilidades de FD's que circunscrevem tais discursos.

2. A microestruturação enunciativa da Clara barretiana em contraposição a criação de Aguinaldo Silva

O lugar da constituição do sentido é a formação discursiva, isso implica defini-la em função de sua dependência constitutiva do “todo complexo com dominante”, ou seja, do interdiscurso (PÊCHEUX, 1997, p. 162). Desse espaço apreende-se o efeito de pré-construído “sempre-já-aí da interpelação ideológica” e a articulação constituída pelo “sujeito em relação com o sentido”, que são evocados através do processo da interdiscursividade (PÊCHEUX, 1997, p. 164). O pré-construído faz alusão a determinadas certezas manifestadas pelo sujeito através de sua enunciação, isto é, “o que cada um sabe e simultaneamente o que cada um pode ver”. (BRANDÃO, 2004, p. 49).

Diante dessa perspectiva, observaremos, nesse momento, a formação discursiva que envolve a personagem Clara dos Anjos, inscrita no romance de Lima Barreto, tendo em vista o lugar assumido por esse sujeito ficcional em um dado momento histórico e social da narrativa barretiana.

A circunstância histórica do contexto expresso por Clara nos remete aos idos de 1900. A personagem se insere em uma classe social baixa, um estado de pobreza, e ainda, apresenta a condição física de ser mulata. Sob esse espaço discursivo apresentaremos, a seguir, alguns recortes, visando demonstrar o posicionamento socioinstitucional e ideológico conferido a Clara, como se pode observar abaixo:

Narrador:	Na sua vida, tão agitada e tão variada, ele sempre observou a atmosfera de corrupção que cerca as raparigas do nascimento e da cor de sua afilhada; e também o mau conceito em que se têm as suas virtudes de mulher. A priori, estão condenadas; e tudo e todos pareciam condenar os seus esforços e os dos seus para elevar a sua condição moral e social.
-----------	---

(BARRETO, 1998, p. 42 – destaques meus)

Nessa passagem o narrador revela o pensamento de Marramaque em relação às moças de cor, como é o caso de Clara, e nela estão contidos os primeiros aspectos da FD1 que assinala aquilo que se pode dizer em relação a esses indivíduos como se pode notar pelos grifos assinalados acima. A FD1.1, surge assinalando o teor discricionário sobre a mulher negra – “(...) o mau conceito em que se têm as suas virtudes de mulher (...)” (BARRETO, 1988, p. 42). Por fim, a sentença final desse episódio: “*A priori*, estão condenadas; e tudo e todos pareciam condenar os seus esforços (...)” (BARRETO, 1988, p. 42) revela-nos o caráter determinista desenhado pela FD1.

O inusitado do tratamento de superioridade racial configurado acima, se pauta pela reflexão advinda de Marramaque, um mulato, padrinho da jovem Clara; demonstrando o assujeitamento e/ou a interpelação sofrida por esse indivíduo perante um discurso discriminatório presentificado por uma formação ideológica racializante, que ele reproduz, mesmo sendo um representante da classe que sofre o preconceito.

Marramaque viveu no meio de “rodas de gente fina” (BARRETO, 1988, p. 40); apesar de pouca instrução e apresentando uma saúde debilitada, esse personagem presenciou um período de:

Plena escravatura, se bem que nos fins, mas a antiga Província do Rio de Janeiro era próspera e rica, com as suas rumorosas fazendas de café, que a escravaria negra povoava e penava sob os açoites e no suplício do tronco. (BARRETO, 1998, p. 36).

Diante disso, percebe-se que Marramaque, enquanto “sujeito de cor”, reproduz a ideologia da supremacia branca. Essa possibilidade enunciativa, segundo Fanon, corrobora-se à medida que entendemos que o negro se autoescraviza, após ter sofrido como escravo do branco. “O preto é na máxima acepção do termo, uma vítima da civilização branca.” (FANON, 2008, p. 162). Sendo assim, ele não tem seu próprio lugar e discurso, reproduz o padrão social em que vive.

É interessante pensar, também, que esse contexto social expressa a riqueza brasileira que se constrói sobre o trabalho escravo, o que pressupõe uma ideologia racista, se constituindo a partir de uma prática social que tem como base a dissimetria entre a relação branco-negro, perpetuado sob a desigualdade da estrutura social.

Clara, no próximo excerto, parece começar a entender sua posição na sociedade revelada pela narrativa barretiana:

Narrador:	<p>Uma dúvida lhe veio; ele era branco; e ela, mulata. Mas que tinha isso? Havia tantos casos... Lembra-se de alguns... E ela estava tão convencida de haver uma paixão sincera no valdevinos, que, ao fazer esse inquérito, já recolhida, ofegava, suspirava, chorava; e os seus seios duros quase estouravam de virgindade e ansiedade de amar.</p>
-----------	--

(BARRETO, 1998, p. 56 – destaques meus)

No entanto, o entendimento revelado pela jovem Clara está longe de representar uma ruptura da FD1, quando muito reproduz a extensão daquilo que é dito (ou imaginado) acerca do discurso racial: “Uma dúvida lhe veio: ele era branco; e ela, mulata (...)” (BARRETO, 1998, p. 56). Há nesse contexto, certo conformismo diante da incerteza colocada pelo posicionamento da cor do sujeito, que se traduz pelo enunciado: “(...) já recolhida, ofegava, suspirava, chorava (...)” (BARRETO, 1998, p. 56).

Nesse sentido, Memmi nos lembra que o sujeito acaba por reproduzir os padrões de dominação em que vive, traduzidos aqui, em termos das FDs supracitadas, já que é através delas que os sujeitos exteriorizam as marcas profundas da discriminação. Nesse caso, Clara, ao tentar ignorar a separação social estabelecida pela diferença de cor entre ela e Cassi Jones, se convence da superioridade branca e busca viver dentro dos padrões dessa sociedade, imbuída pela força de FD2, como ratificado nas palavras de Memmi:

O colonizado se perde no “outro”, se aliena. Tentará, pois, de acordo com a lógica desse movimento, levar a alienação às últimas consequências, tornando-se ele próprio um colonialista, casando-se entre os representantes da metrópole, por exemplo. (MEMMI, 1977, p. 08 – destaque do autor).

Clara, ao dizer que “(...) não somos nada nessa vida!” (BARRETO, 1998, p. 133), revela que suas condições econômica e de cor eram algo determinante na sociedade vigente da época. Esse fato reforça a ideia da imobilidade social de Clara, dado que se torna preponderante na construção de um modelo comportamental de inferioridade, de conformismo, por parte dessa personagem, o que vem reforçar a FD2.

A partir desses apontamentos, percebemos que os atos enunciativos que circunscrevem Clara adquirem uma estabilidade referencial a partir de certa conjuntura histórica e social, e se apoiam em saberes instituídos e legitimados no circuito social brasileiro, revelados pelas posições discriminatórias em relação ao Outro (negro/mulato/afrodescendente).

Um problema que é bastante evidente no Brasil, (...) é das relações entre negros puros e mulatos. Muitas vezes o negro se ressentido do que os mulatos têm de sangue branco, vendo-os, pelo menos em parte, como membros da raça que oprimiu o negro. Um outro sentimento (...) é o da vergonha por parte do negro, reconhecendo que os primeiros mulatos foram fruto de violentações dos brancos contra as mulheres escravas, geralmente à força ou sem consentimento delas. (...) o mulato permanece como símbolo de traição forçada imposta ao macho africano. (...) Seu sangue negro o impede de ascender a uma posição de igualdade social com brancos, enquanto seu sangue branco o separa dos negros, o que muitas vezes o infelicitiza. (RABASSA, 1965, p. 440).

O contexto social brasileiro atribui um caráter depreciativo ao ser negro(a) e/ou mulato(a), dado que corrobora para a violência simbólica que envolve esses sujeitos.

Já, a Clara dos Anjos de *Fera ferida*, representada pela atriz Érica Rosa, nessa trama televisiva, vive em um colégio de freiras até seus dezesseis anos. Ela volta para a cidade de Tubiacanga para assumir seu legado: ser a nova rainha da irmandade, posto passado de geração a geração (Engrácia, mãe dessa jovem passaria seu governo de rainha à filha).

Assim, a partir de determinadas enunciações tomaremos o padrão racializante que envolve a personagem Clara da trama telenovelistica como é possível verificar no excerto abaixo:

Ilka:	– Não sei pra que colocar aquela pretinha no colégio de freiras... ela devia era aprender a lavar... passar... cozinhar... limpar o banheiro ...ai quase perdi a conta!
-------	---

(SILVA, LINHARES e MORETZSOHN, 1993. Transcrição minha – destaques meus)

Aqui a personagem Ilka se apresenta como uma mulher branca, da sociedade de Tubiacanga e cunhada do prefeito dessa cidade, Demóstenes. Seu discurso se realiza por meio uma conversa informal com Joaquim dos Anjos, pai de Clara. Ela pergunta a Joaquim sobre a filha, mas sem que ele perceba, essa personagem expõe o que pensa a respeito de Clara. A opinião de Ilka nos remete a FD1.1, além da FD1 que determina a exterioridade preconceituosa dessa personagem, assim como assegura o seu lugar de soberania social. Ao pronunciar que Clara devia era “lavar... passar... cozinhar” (SILVA, LINHARES e MORETZSOHN, 1993), Ilka atribui, através desses significantes, que à força do trabalho doméstico é algo imanente ao destino do negro.

A condição social e de cor da jovem Clara e de sua mãe acabam por colocarem-nas numa situação de desvantagem perante essa sociedade, manifestando a intolerância de Salustiana: “Não me diga que você andou se metendo novamente com essas mocinhas de cor... (SILVA, LINHARES e MORETZSOHN, 1993), ocorrência que assinala a FD1.1, fato decorrente da interação entre Salustiana mãe de Cassi Jones, amante de Clara e Engrácia a progenitora de Clara dos Anjos. A FD1.2, também, condiciona o modo de ser de Salustiana na a fala: “(...) essas meninas se apegam.... também não é pra menos... chegam a pensar que são gente!! Quando um rapaz assim de boa família... bonito... papa fina, dá o prazer a elas de dividir um pouco da sua intimidade...” (SILVA, LINHARES e MORETZSOHN, 1993). Nessa fala a personagem manifesta o preconceito em relação aos relacionamentos afetivos entre etnias diferentes.

Para a maioria dos brancos o negro representa o instinto sexual (não educado). O preto encarna a potência genital acima da moral e das interdições. (...) a realidade desmente todas essas crenças. Mas tudo isso se acha no plano do imaginário (...). (FANON, 2008, p. 152).

Nota-se, que a mulata é reduzida ao corpóreo e à sexualidade que pode oferecer. Essa herança advém do processo escravagista brasileiro. Sobre isso, Freyre explica que: “(...) a animalidade dos negros, essa falta de freio nos instintos, essa desbragada prostituição dentro de casa, animavam-na os senhores brancos.” (FREYRE, 2002, p. 402).

A construção discursiva de Aguinaldo Silva e Linhares e Moretzsohn (1993), mesmo sendo contemporânea, ainda carrega consigo

os estigmas sociais da discriminação. As representações em torno de Clara corroboram para esse dado e se manifestam sob a FD2.

Existe, nesse contexto, uma ideologia racial presentificando a questão apontada, como vimos nos discursos racistas de Ilka e Salustiana, representações que se traduzem pela FD1. Nesse sentido, apreende-se que “em qualquer dos disfarces, os negros desfrutam de uma posição subordinada no sistema dualista que reproduz a dominação da brancura”. (GILROY, 2001, p. 109). A mãe de Clara, ao constatar que a filha envolveu-se com Cassi, chega à seguinte conclusão: “- Hum! Ser alguma coisa! Ser alguém! É Joaquim eu acabei de descobrir que **a gente não vale nada nessa vida!**” (SILVA, LINHARES e MORETZSOHN, 1993). Assim, a proposição em destaque exterioriza a ocorrência da FD2 nesse âmbito.

Como se pode verificar, a personagem Clara vive em uma sociedade branca, que dita as regras, as quais estigmatizam as pessoas de cor. Logo, a identidade discursiva dessa jovem se constrói na relação com o Outro branco, que estabelece o lugar dela perante a sociedade de Tubiacanga, o que nos leva a presumir que tal personagem se assume por um FD de inferioridade racial, isto é, a FD2.

Percebe-se que *Fera ferida*, mesmo sendo uma construção dos anos noventa, ainda tem como base o discurso escravagista como pilar para a racialização apresentada. Clara se insere em um contexto discriminante, mas que se faz por uma ótica restrita. Nessa telenovela, o preconceito emerge através de um contexto particular, no qual se inserem apenas alguns personagens, como Ilka, Salustiana, Rubra Rosa (esposa de Numa), o delegado da cidade (que tem um caso com Salustiana), enfim, um pequeno grupo de pessoas. Não há maiores preocupações voltadas para o debate racial.

Contudo, percebe-se que a modernidade, aos poucos, começa a fazer parte do contexto vivido pela jovem Clara. Notemos a fala de seu pai, Joaquim no enunciado seguinte: “Claro, Engrácia. É o que ela quer! A Clara sempre foi muito estudiosa, muito esforçada... ela vai se formar, ser professora... fazer uma faculdade, ser até doutora, Engrácia!” (SILVA, LINHARES e MORETZSOHN, 1993). Essa Clara, de *Fera ferida*, diferente da Clara, de Lima Barreto, que não tem outra perspectiva social a não ser a desonra, pode recorrer ao estudo e tentar modificar seu padrão de vida inferiorizante.

A Clara de Lima Barreto reproduz a racialização por meio do coletivo. Toda a obra apresenta ou conduz para uma perspectiva coletiva acerca de raça. Diferente da telenovela, que concentra essa problemática em apenas um núcleo. Nesse sentido, o modo de produção social inscrito nesse âmbito demonstra a subalternidade do negro, conforme nos explica Muniz Sodré:

[a] elite branca fazia o trânsito histórico do racismo de dominação para o de exclusão: o homem concreto, o povo, seria socialmente discriminado (...) a ideia de nação confundia-se com a de uma comunidade baseada em laços de sangue ou território. Mais tarde no século dezenove, a comunidade “sanguínea” tornou-se comunidade de “raça”, isto é, uma unidade política garantida tanto pelo ordenamento estatal quanto pela ideia de uma diferença biológica a nível humano. A manipulação de diferenças servia a propósitos coloniais: manter o outro, o colonizado, em posições subalternas. (SODRÉ, 1999, p. 79 – destaques do autor).

O coletivo apresentado pela novela *Fera ferida* mascara a racialidade. O preconceito surge em posições individuais, que fantasiam um espaço de superioridade em relação aos pobres e negros presentes nessa narrativa.

A contemporaneidade da narrativa de Aguinaldo Silva e coautores talvez pudesse repensar a história da Clara barretiana, mas não o faz. Reproduz a situação de Clara com brandura, própria de sua função social, enquanto gênero de entretenimento. E assim, diverge da literatura barretiana em seu tom de transformação, reflexão e/ou a discussão acerca da racialidade brasileira.

Outro aspecto em desarmonia com obra de Barreto é a conformidade da situação discriminante da jovem Clara sob o ponto de vista de Engrácia, ao dizer que não se vale nada nessa vida, diferente do acontece na obra de Barreto, pois nela a perspectiva do não ser nada na vida já parte da própria Clara.

No Brasil, como não se toca mais publicamente na “questão nacional” (levantada em 1822, 1888, e 1930), a temática identitária foi abandonada pelas elites dirigentes e retomada por “comunidades” setoriais (negros, índios,

mulheres, homossexuais etc.). Na imprensa, apenas eventualmente o problema da discriminação é aflorado, mas sem compromisso de causa, daí as acusações de conivência na reprodução de formas discriminatórias. (SODRÉ, 1999, p.134-135 – destaques do autor).

Nesse sentido, a telenovela também não está preocupada em discutir a racialidade, apenas reproduz o social como ele sempre foi retratado: o branco em lugar de poder e de dominação e o negro em seu estado de dominado.

Assim, as proposições analisadas nos direcionam, em ambas as narrativas, para FD2 de inferioridade racial, assim como, aquela que denota a superioridade racial, FD1. Os discursos de aceitação da subalternidade e submissão que são impostos à personagem Clara, tanto na construção de Barreto quanto na de Aguinaldo Silva e outros se corroboram pela FD2, enquanto a hegemonia branca e a discriminação de cor e sexual se exprimem pela FD1, FD1.1 e FD 1.2, que atribuem ao “sujeito de cor” um não-lugar social, dado que o mantém à margem e o exclui perante uma sociedade de preceitos racistas.

Considerações finais

Sob tais considerações, Lima Barreto parece-nos um autor que deseja a fusão do real com a ficção e, em função disso, cria uma obra ficcional cuja história não permite o afastamento da realidade. Nesse âmbito surgem as narrativas de acontecimentos e fatos que demonstram a situação das famílias cariocas no início do século XX, atentando para a maneira de agir de alguns grupos sociais que contribuiriam direta ou indiretamente na formação da nova sociedade que estava por vir. Sendo assim, o autor situa bem sua escrita a partir da opção que faz por relatar a vida dos pobres, negros, mulatos etc. A hipocrisia social e racial, então, vem à tona pela navalha da escritura realista barretiana.

Nesse sentido, a obra de Barreto ressignifica a óptica racial por meio da criação de “uma literatura social politicamente militante, voltada para a urgência do cotidiano em mudança e ao mesmo tempo inspirada na redenção do homem e na defesa do trabalhador oprimido pelas distorções sociais”. (PRADO, 1980, p. 13). De forma divergente, a narrativa de *Fera Ferida* mostrará, em sua trama, a desconstrução dos discursos produzidos sobre o negro, perspectiva que distorce a racialidade

e, conseqüentemente, demanda uma nova ordem, como a criação de leis que se interpõem de forma a rever a questão racial.

Referências

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado (AIE)*. Tradução Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

ARAUJO, Joel Zito. *Manifestação proferida na audiência pública da comissão de educação e cultura – CEC DA CÂMERA DOS DEPUTADOS FEDERAIS*, 2012. Disponível em: <<http://ppaberlin.com/2012/08/30/manifestacao-proferida-na-audiencia-publica-da-comissao-de-educacao-e-cultura-cec-da-camera-dos-deputados-federais/>> Acesso em: 12 out. 2013.

BARRETO, Lima. *Bagatelas*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. 11. ed. São Paulo: Ática, 1998.

BOSI, Alfredo. Formações ideológicas na cultura brasileira. *Estudos avançados*, v. 9, n. 25, p. 275-293, 1995.

BOSI, Alfredo *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1970.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

COURTINE, J.J.; MARANDIN, J. M. *Quel objet pour l'analyse du discours*. Lille: Press Universitaires de Lille, 1981.

FANON, Frantz. *Peles negras, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: Edufba, 2008.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1972.

FREYRE, G. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Edição crítica de Guillermo Giucci, Enrique Larreta, Edson Fonseca. Paris: Allca XX, 2002. (Coleção Archivos).

GILROY, P. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo/Rio de Janeiro. Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos. 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LINS, Osman. *Lima Barreto e o espaço romanesco*. São Paulo: Ática, 1976.

MOTTER, Maria Lourdes; MUNGIOLI, Maria Cristina Palma. Gênero teledramatúrgico: entre a imposição e a criatividade – um breve retrospecto. *Revista USP*, São Paulo, n. 76, p. 157-166, 2007.

ORLANDI, Eni P. Análise de discurso. In: ORLANDI, Eni P.; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. (Org.) *Introdução às ciências da linguagem – discurso e textualidade*. Campinas: Pontes Editores, 2010. p. 11-33.

RABASSA, Gregory. *O negro na ficção brasileira: meio século de história literária*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

ROSENFELD, Anatol. *Texto, contexto II*. São Paulo: Perspectiva / Ed. da Universidade de São Paulo, 1993.

PRADO, Antonio Arnoni. Lima Barreto Personagem de João Antônio. *Novos Estudos*, v. 54, n. 3, p. 73-84, jul.1999.

PRADO, Antonio Arnoni. *Literatura comentada: Lima Barreto*. São Paulo: Abril Educação, 1980.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi et al. São Paulo: Unicamp, 1997.

SODRÉ, Muniz. *Televisão e psicanálise*. São Paulo: Ática, 1987. (Série Princípios)

THOMPSON, John B. *Ideologia cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

Perspectivas metodológicas sobre a hibridização genérica como meio de aproximação à leitura em E/LE

Methodological perspectives on genre hybridization as a means of approach to reading in Spanish as a Foreign Language

Letícia Joaquina de Castro Rodrigues Souza e Souza
Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil.
leticiajoaquina@yahoo.com.br

Valdecy de Oliveira Pontes
Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil.
valdecy.pontes@ufc.br

Resumo: Neste artigo, tratar-se-á de discutir questões relacionadas à hibridização genérica como meio de aproximação à leitura em espanhol como língua estrangeira – E/LE. Darão suporte a esta proposta, os estudos de Vigotsky (2001), Marcuschi (2008), Genette (2010), Adam e Heideman (2011), Sánchez Miguel, García Pérez e Rosales Pardo (2012) e Lazarini (2013). Escolheram-se os gêneros textual-discursivos do universo de referência dos alunos que captassem outros gêneros, previamente apresentados ou não, mas de fácil reconhecimento, já que são facilmente encontrados e reconhecíveis em Língua Materna. A ideia foi a de expor os alunos a gêneros de fácil reconhecimento em um primeiro momento, os presentes no próprio manual, para depois expô-los a gêneros mais complexos ou elaborados. A atividade proposta refere-se à hibridização do tipo propaganda-carta-quadrinhos, a partir de um único texto. É importante esclarecer que, no caso da carta, há marcadores genéricos pertencentes a este gênero e, no caso dos quadrinhos, este aparece em sua totalidade, servindo de andaime para a propaganda, alvo principal, devido à manutenção de seu propósito comunicativo. No que

concerne ao emprego das estratégias de leitura, verificou-se que o texto permitiu aos alunos ativarem uma ampla gama de estratégias, aquelas que atuaram para uma compreensão dos componentes locais, aquelas que atuaram para a compreensão de componentes globais, o uso de predição de inferências e uma alta capacidade de apreciação e réplica em relação ao texto. Percebeu-se que a abordagem proposta pode ser mais dinâmica e acarretar o desenvolvimento de níveis profundos e crítico-reflexivos.

Palavras-chave: hibridização genérica; leitura; espanhol como língua estrangeira.

Abstract: In this article, issues related to genre hybridization as a means of approach to reading in Spanish as a Foreign Language (S/FL) will be discussed. The studies accomplished by Vigotsky (2001), Marcuschi (2008), Genette (2010), Adam and Heideman (2011), Sánchez Miguel, García Pérez and Rosales Pardo (2012) and Lazarini (2013) will support this proposal. The textual-discursive genres chosen were part of the students' background knowledge, as well as other genres which were previously presented or not, but easily recognized, since they are easily found in their mother tongue. The idea was exposing students to genres of easy recognition in a first moment, the ones in the manual itself, and later exposing them to more complex or elaborated genres. The proposed activity refers to hybridization of the advertisement-letter-comics type using a single text. It is important to clarify that, when it comes to the letter, there are their genre markers, and when it comes to comics, this one appears in its totality, serving as a support to the advertisement, which is its main target due to the maintenance of its communicative purpose. Regarding the use of reading strategies, it was possible to verify that the text enabled students to activate a wide range of strategies, those which acted towards a comprehension of the local components, the ones that acted to the comprehension of global components, the use of prediction of inferences and a high capacity of appreciation and reply with relation to the text. It was possible to observe that the proposed approach can be more dynamic and entail the development of deep, critical and reflexive levels.

Keywords: genre hybridization; reading; Spanish as a foreign language.

Recebido em 8 de setembro de 2015.

Aprovado em 13 de dezembro de 2015.

1. Introdução

Segundo Adam e Heidemann (2011), os gêneros textual-discursivos, assim como as línguas, experimentam momentos de tensão entre dois elementos que, ao mesmo tempo, se complementam e se contradizem: a repetição e a variação. A textualidade estaria relacionada a uma força de natureza centrípeta, garantidora da unidade e singularidade de dado texto; já a transtextualidade se relacionaria com as forças de natureza centrífuga, que permitiriam a abertura de qualquer texto para muitos outros textos.

O conceito de textualidade linguística foi definido por Mateus *et al.* (2003, p. 134) como “conjunto de propriedades que uma manifestação da linguagem humana deve possuir para ser um texto (discurso)”. Isso significa dizer que o referido conceito se relaciona às leis que caracterizam um texto como tal, considerando o conhecimento racional com respeito às condições de produção do texto. A textualidade, pois, contempla do ponto de vista teórico, a natureza e o significado do texto.

Já o conceito de transtextualidade, que foi definido por Genette (2010), designado também pelo autor como transcendência textual, leva em conta todo tipo de relação, seja explícita ou implícita, entre os textos. Faz menção à capacidade inerente de alguns textos de albergar outros textos, passando por um processo de transformação.

Um dos elementos de variação mais significativos é a hibridização. Por essa razão, julgamos ser problemático não considerá-la em sala de aula. A questão não se reduz a classificar os gêneros resultantes de transformações ou hibridizações, e sim, a observar as potencialidades genéricas e seus efeitos para melhorar a qualidade de leitura.

Acreditamos ser oportuno levar para a sala de aula de língua espanhola, por meio das atividades de leitura coletiva, a máxima de que os gêneros são, sim, categorias dinâmicas em variação assim como a língua, e, para que os aprendizes possam atuar em práticas discursivas diversas devem entrar em contato com a presença de um gênero dentro de outro gênero. A partir desta perspectiva, objetivamos discutir questões relacionadas à hibridização genérica como meio de aproximação à leitura em espanhol como língua estrangeira

A ideia é ampliar o leque de interação dos alunos com o texto, já que, segundo nossa experiência docente, parece que, no que tange as atividades de compreensão leitora, boa parte dos materiais destinados

ao ensino do espanhol como língua estrangeira, assim como materiais de língua materna desconsidera a questão da variação genérica ou da copresença e derivação de gêneros textuais.

2. Componentes necessários para a análise de práticas de leitura pelo viés da hibridização genérica

É muito importante dispormos de um mecanismo que nos possibilite realizar uma análise sistemática sobre o que ocorre quando um grupo de alunos enfrenta a leitura de um determinado texto auxiliado pela figura do professor ou da professora, quer dizer, não seria produtivo considerarmos tudo o que foi visto ou lido durante a interação em sala de aula, pois estaríamos mais descrevendo a ação que a analisando. Dessa forma, é necessário estabelecermos unidades de análise precisas que classifiquem o processo e que permitam que outro estudioso possa chegar aos mesmos resultados ou a resultados bem próximos.

Assim sendo, segundo Sánchez Miguel, García Pérez e Rosales Pardo (2012), devemos considerar três eixos importantes para decompor e recompor a interação de modo sistemático. O primeiro deles tem a ver com que conteúdos e processos emergem da interação (**o quê**); o segundo com **quem** é responsabilizado pela geração dos conteúdos e a execução do processo; e o terceiro com **como** se dá a intervenção de uns e outros.

A partir desses três eixos podemos pensar em um modo de descrever padrões sistemáticos de intercâmbio. Sinclair e Coulthard (*apud* SÁNCHEZ MIGUEL, GARCÍA PÉREZ E ROSALES PARDO, 2012) mencionam alguns componentes recorrentes durante a interação professor-alunos, a saber: o professor se dirige ao(s) aluno(s) com algum questionamento ou com algo que motive a realização de uma ação (I = Indagação), logo o aluno responde ou realiza a ação (R = Resposta) e, depois disso, o professor faz uma avaliação da ação executada pelo aluno (A = Avaliação). Temos, portanto, uma tríade de interação que internacionalmente se considera do tipo IRE (Initiation-Response-Evaluation).¹ Além desse componente, com o passar do tempo, verificaram-se outras duas possibilidades de interação, a IRF (Indagação-Resposta-Feedback), na qual o aluno elaborará uma resposta e não somente acionará algo memorizado, a exemplo do primeiro percurso o

¹ Indagação-Resposta-Avaliação.

controle continua nas mãos do professor. Podemos mencionar ainda o que autores como Wells (*apud* SÁNCHEZ MIGUEL, GARCÍA PÉREZ E ROSALES PARDO, 2012) caracterizam outras formas de interação, como *padrões simétricos*, nos quais o aluno dá início à interação e participa ativamente no processo de confirmação. Neste caso, o controle da interação é mais dividido entre professor e alunos ou, por vezes, o aluno pode ter o controle, ainda que parcial, da interação.

Quando pensamos em **como** se organiza a interação, temos que pensar no papel exercido pelos interlocutores da ação interativa, temos que desvendar um determinado padrão comunicativo que organiza a interação em segmentos com os quais vamos operar. Podemos ter, então, uma estrutura monológica, quando só o professor intervém, uma estrutura do tipo IRE, uma estrutura do tipo IRF e estruturas do tipo dialógica ou simétrica.

Já na dimensão **o quê**, podemos avaliar a qualidade do que foi produzido na interpretação por meio da identificação das ideias ou proposições nas quais podemos enxergar um acordo e compartilhamento entre as partes.

A dimensão **quem** está muito relacionada com os tipos de ajuda que falamos anteriormente, quer dizer, o professor ajuda a identificar o tema ou a recordar uma estratégia, por exemplo, ou algum aluno do grupo propõe esse tipo de ajuda.

(...) se consideramos a dimensão *o quê*, temos que determinar a qualidade do conteúdo gerado durante a interação. Se levarmos em conta a dimensão *quem*, é possível estabelecer o grau de apropriação (autonomia ou destreza) dos alunos na elaboração desse conteúdo. Finalmente, se focamos na dimensão *como*, é preciso traçar uma escala que vai desde as estratégias metodológicas centradas na matéria (tradicionais) até aquelas centradas no aprendiz (transformadoras). (SÁNCHEZ MIGUEL; GARCÍA PÉREZ; ROSALES PARDO, 2012, p. 138).

As unidades de análise podem ser mais globais ou mais específicas. A unidade mais específica se chama ciclo e envolve tudo o que é importante para fazer ou dizer para que haja produção de conteúdo válido para os envolvidos na interação. Os diálogos produzidos em sala de aula se materializam em sucessivos ciclos de interação. Para Sánchez

Miguel, García Pérez e Rosales Pardo (2012), o ciclo constitui uma excelente unidade de análise, pois:

1. Permite-nos diferenciar em ter ideias erradas e ideias aceitas, que são o que conformam o *conteúdo público* da interação ou a dimensão *o quê*.
2. Permite-nos ponderar o papel dos alunos e o do professor ao gerar cada uma dessas ideias que são aceitas, isto é, a dimensão *quem*.
3. E, talvez o mais importante, um ciclo responde a uma estrutura conversacional natural: um movimento de iniciação, um segundo movimento de reação e um final de encerramento. Uma estrutura tripartite que, no entanto, pode ser desenvolvida de múltiplas formas (IRE, IRF e dialógica ou simétrica), e cujo estudo faz parte da dimensão *como*. (SÁNCHEZ MIGUEL; GARCÍA PÉREZ; ROSALES PARDO, 2011, p. 119).

Os ciclos fazem parte de um segmento mais amplo de análise denominado episódios. Por exemplo, um episódio de avaliação pode ter vários ciclos. Até então, mencionamos duas unidades de análise, ciclos e episódios, que estão em uma relação hierárquica. No nosso estudo, podemos afirmar que a leitura coletiva constitui uma sequência de episódios, quer dizer, tem-se pelo menos dois episódios o de leitura em voz alta e o de avaliação. Sánchez Miguel, García Pérez e Rosales Pardo (2012, p. 121) afirmam que “os ciclos formam episódios e os episódios formam ATAs, por sua vez, compõem o que é chamado usualmente de lições ou sessões”. As ATAs (Atividades Típicas de Sala de Aula) são as atividades típicas de sala de aula que se repetem regularmente ao longo das unidades didáticas.

A fim de que possamos deixar mais claras as possíveis unidades de análise de uma interação em sala de aula, achamos por bem exemplificar por meio da tabela de unidades de análise oferecida por Sánchez Miguel, García Pérez e Rosales Pardo (2012, p. 123), na qual podemos ver muito bem, da forma mais global à menos global, o que podemos considerar como relevante para a análise. É importante ter em conta que podemos segmentar a interação operando com diferentes unidades de análise e em cada uma delas podemos explorar os eixos citados anteriormente: *quê*, *quem* e *como*.

TABELA 1
Unidades de análise

Unidade de análise	
Como segmentar a interação?	
+	Unidade didática (UD)
+	Tema de uma disciplina, por exemplo.
G	Sessão, aula ou lição
l	Cada uma das atividades temporais em que se desenvolve a unidade didática.
o	Atividade típica de sala de aula (ATA)
b	Atividades regulares com um objetivo e um plano de trabalho conhecidos que conformam cada uma das lições e que se repetem habitualmente ao longo de uma UD. Por exemplo: a leitura compreensiva, a explicação, a revisão de tarefas, etc.
a	Cada uma das ATA tem um núcleo de episódios relativamente constante.
l	Episódio
i	Se a ATA é muito complexa, é o caso de diferenciar várias metas distintas que costumam ser necessárias para o seu desenvolvimento. O desenvolvimento de cada uma dessas metas principais constitui um episódio que, em geral, tem uma estrutura de participação reconhecível.
d	Ação
a	Se o episódio é complexo, cabe ainda diferenciar subementas distintas que são necessárias para alcançar a meta do episódio. Por exemplo, no episódio de leitura em voz alta, cabe a ação de ler primeiro em voz baixa, identificar palavras novas, ler por turnos partes do texto, etc.
d	Ciclo
e	Conjunto de intercâmbios necessários para que duas ou mais pessoas cheguem a um acordo ou, pelo menos, acreditem ter chegado a um acordo com relação ao desenvolvimento de alguma meta (ou submeta).

Fonte: Sánchez Miguel, García Pérez e Rosales Pardo (2012, p. 123)

Os autores supracitados também fazem um esquema bastante interessante da forma como podemos realizar o procedimento de análise por meio de cinco passos importantes.

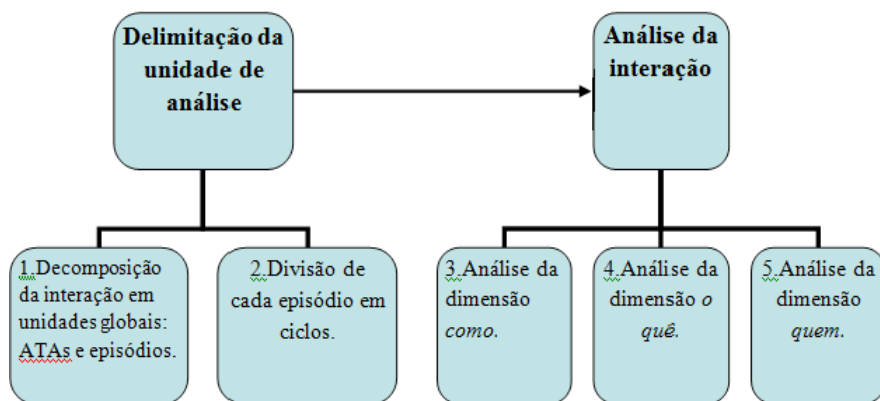


Figura 1: Procedimento de análise

Fonte: Sánchez Miguel, García Pérez e Rosales Pardo (2012, p. 124)

Com o intuito de exemplificar, selecionamos um modelo de texto utilizado no trabalho de Sánchez Miguel, García Pérez e Rosales Pardo (2012) da análise de um episódio de leitura.

TABELA 2
Representação da relação entre ciclos e episódios

Ciclo 1

Professor: Então, o lobo é um animal herbívoro, onívoro ou carnívoro?

Alunos: Carnívoro.

Professor: Mas, aqui no texto diz...

Aluno: Que quando está com muita fome come erva.

Professor: Perfeito, que quando está com muita fome come erva, e portanto é também onívoro.

Ciclo 2

Professor: Onde vivem os lobos?

Aluno: No bosque.

Professor: No bosque, muito bem; mas eles constroem suas casas... Virginia?

Aluna: Em rochas.

Professor: Chamam-se covis e são construídas em covas, em rochas.

Ciclo 3

Fonte: Sánchez Miguel, García Pérez e Rosales Pardo (2012, p. 120)

Podemos perceber a presença de dois estratos diferentes. Detendonos na análise do primeiro, é possível perceber que o seu início é marcado pela pergunta do professor (I), por duas intervenções dos alunos e uma do professor, que se referem à elaboração da possível resposta (R), e finalmente o professor encerra o ciclo com um *feedback* (F). A partir desse esquema, podemos dar início a nossa análise com a estrutura de participação. O contexto de início das interações durante a leitura coletiva, se feitas como no exemplo acima, onde podemos verificar que a estrutura formal comporta os episódios de leitura, seguida do episódio de interpretação-avaliação, com instruções do tipo “Leiam esse texto, que depois vou fazer perguntas”.

Acreditamos que considerar as atuações do professor e dos alunos durante a tarefa de leitura em língua espanhola com gêneros textual-discursivos híbridos é uma forma de destacar a importância da interação para o logro da aquisição e da aprendizagem da competência leitora, pois é a através da interação que o *input* será não somente percebido como relevante, mas também será compreensível para os aprendizes, sobretudo para aqueles que estão começando seus estudos, já que oportuniza descobrir as particularidades da língua e da cultura espanhola por meio da compreensão de que não somente as línguas são variáveis, mas que os textos que veiculam as línguas também variarão para alcançar determinados propósitos comunicativos demandados pela sociedade atual.

3. *Corpus*

Escolhemos os gêneros textual-discursivos do universo de referência dos alunos que captassem outros gêneros, previamente apresentados ou não, mas de fácil reconhecimento, já que são facilmente encontrados e reconhecíveis em língua materna. A ideia era expor os alunos de um curso livre de língua espanhola a gêneros de fácil reconhecimento em um primeiro momento, os presentes no próprio manual, para depois expô-los a gêneros mais complexos ou elaborados. Era importante que os alunos reconhecessem as características dos gêneros transgredidos e dos gêneros transgressores, que pudessem relacionar texto e imagem, além de que percebessem as escolhas linguístico-discursivas e textuais dentro do gênero captado e os efeitos que essas escolhas trazem para a forma de compreender o texto. É

importante esclarecer que as atividades decorrentes de cada texto selecionado foram adaptadas a partir do trabalho de Lazarini (2013). Com base no estudo da referida autora (2013, p. 93-94), as etapas para o desenvolvimento da pesquisa foram as seguintes:

- 1) Leitura de um gênero A que captasse um outro gênero B (mais simples, inicialmente, e caminhando para o mais complexo).
- 2) Identificação do gênero transgressor, por meio de marcas linguístico-discursivas e imagéticas.
- 3) Em caso de dificuldade da parte dos alunos no reconhecimento do gênero transgressor, apresentação desse gênero no seu formato tradicional para que eles percebessem, com maior clareza, suas regularidades (ou coerções) e os desvios sofridos na mescla.
- 4) Discussão dos efeitos de sentido produzidos com a transgressão (surpresa, humor, estranhamento etc.) como recurso persuasivo.² (LAZARINI, 2013, p. 93-94).

Seguindo ainda os passos metodológicos de coleta de dados de Lazarini (2013), fez-se necessário elaborar sequências didáticas para as aulas dedicadas à leitura coletiva a fim de detalhar os passos realizados para o desenvolvimento e compreensão de gêneros textual-discursivos híbridos.

² Foram feitas adaptações para que as fases pudessem se adequar aos objetivos do estudo.

TABELA 3

Representação da relação entre ciclos e episódios

Descrição da atividade

Duração: 2 aulas (geminadas)

Material: A propaganda e a fotocópia desta para os alunos.

Gênero captado: história em quadrinhos

Objetivos: Ao final da atividade o aluno deverá:

- 1) Identificar a construção composicional da história em quadrinhos.
- 2) Observar que o gênero propaganda foi construído por meio do gênero história em quadrinhos e que os elementos presentes no gênero história em quadrinhos aparecem na propaganda.
- 3) Reconhecer que a propaganda, embora esteja na forma de uma história em quadrinho, manteve sua função comunicativa.
- 4) Avaliar que, ao se tomarem emprestados a construção composicional e o estilo verbal de uma história em quadrinhos, constrói-se uma interessante estratégia discursiva.

Pré-atividade:

- 1) Leitura da propaganda do governo espanhol sobre melhorias no sistema de saúde da unidade 9 do livro *Nuevo Avance Básico*, página 85.

Pós-atividade:

- 1) Discussão sobre os mecanismos persuasivos da propaganda.

Síntese das atividades:

- 1) Depois da realização da atividade pretexto, na qual podemos ver a propaganda do governo espanhol sobre melhorias no sistema de saúde da unidade 9 do livro *Nuevo Avance Básico*, página 85, em que os alunos devem ler a propaganda, responder as perguntas com ajuda do professor, companheiros ou dicionário e, posteriormente, identificar a nova forma verbal, lhes será apresentado o texto D.
 - 2) O texto D será entregue aos alunos na íntegra.
 - 3) Os alunos farão uma leitura silenciosa do texto e, em seguida, uma leitura coletiva com a finalidade de contrapor o gênero híbrido com o gênero tradicional. Será dado um tempo para a manifestação dos alunos quanto ao texto lido. Apresentação de perguntas orais para que fosse possível verificar como se constitui uma historinha em quadrinhos e por que ela foi utilizada para compor a propaganda:
 - a) Qual é o assunto do texto?
 - b) Que cores foram preponderantes no texto? Essas cores têm alguma relação com o produto?
 - c) Quais são os gêneros textuais presentes no texto?
 - d) Quais dificuldades você encontrou para o entendimento do texto?
 - e) Acredita que neste formato a propaganda tem um efeito maior de persuasão do que no formato tradicional?
-

Fonte: Elaborada pelo autores

Para que se possa entender exatamente o texto que consta no anúncio é oportuno colocá-lo em um quadro para que o leitor deste trabalho possa visualizá-lo melhor.

QUADRO 1
Anúncio Publicitário Santander

Santander Javier Ibarrola Director de productos Junio de 2006 Estimado Cliente:			
Otro verano caminando a todas partes. ¡Necesito un coche!	Aunque deberíamos cambiar la cocina...	¡Vaya! Carta del Santander.	Solicite su préstamo personal. Por cada 1000 €, pagará 11, 15 €/cuota (14 cuotas anuales durante 10 años) Solicite hasta 60.000 € euros. TAE: 0, 146% TIN: 9%
¡MMMMM! Esto es muy interesante. Queremos ser tu banco.	¡Ya estoy en camino! Voy a ir a mi oficina de Santander a pedir mi Préstamo Personal. Santander		
Esa misma noche... ¡Por las escapadas sobre ruedas!	¡Por la nueva cocina...!	...desde luego, TENEMOS MUCHO QUE CELEBRAR.	
Si quiere hacer realidad sus proyectos como el personaje de nuestra historia, sólo tiene que acercarse a su sucursal y solicitar su préstamo con unas condiciones muy ventajosas. Atentamente:			
*TAE calculada para operaciones a 10 años con un tipo de interés nominal anual de 9%. Liquidación de intereses mensual y 14 cuotas anuales. Comisión de apertura 3% financiada con el préstamo. Comisión de cancelación parcial o total 3%. TAE a un año 16, 1% (Operación asegurable con la compañía Santander Seguros y Reaseguros, S.A). La concesión del préstamo está sujeta a la previa aprobación del Banco.			

Fonte: Elaborado pelos autores

4. Análise dos dados

A atividade fazia referência à hibridização do tipo propaganda-carta-quadrinhos. Foi utilizado um único texto que nomearemos de D. É importante esclarecer que, no caso da carta, há marcadores genéricos pertencentes a este gênero (modelo do gênero) e, no caso dos quadrinhos,

estes aparecem em sua totalidade, servindo de suporte para a propaganda, alvo principal, devido à manutenção de seu propósito comunicativo, o que para Marcuschi (2008) é o elemento mais representativo para uma possível classificação genérica.

No que concerne ao assunto do texto, alguns grupos ficaram divididos, já que alguns alunos se concentraram em elementos globais para determinar o assunto do texto, qualificando-o como empréstimo pessoal e outros se concentraram mais nos elementos locais, classificando o assunto como a história do personagem em quadrinhos.

No entanto, chamamos atenção para a primeira tentativa de classificação genérica, quando a aluna afirma que é uma carta mandada pelos bancos. Além disso, a aluna percebe que não se trata de uma carta comum, já que diz que esta se vale da propaganda para mostrar os benefícios em contratar um empréstimo pessoal pelo banco Santander.

TABELA 4
Texto 21 – Assunto do texto D

Texto 21: Assunto do texto D

Ciclo 1

Profesora: Para el grupo uno. ¿Cuál es el asunto del texto?

Alumno 17: Préstamo.

Alumno 1: *Empréstimo*. Dinero. Cómo conseguir dinero en *lo* banco.

Profesora: Por el banco.

Alumno 9: Santander.

Profesora: ¡Vale, muy bien! ¿Vosotros habéis escuchado lo que ellos han dicho?

Alumnos: Sí.

Ciclo 2

Profesora: ¿Sí? ¿Todos? El grupo dos, ¿qué pensáis que es el asunto del texto?

Alumna 12: Es una propuesta...

Alumna 14: Es una propuesta de servicio de préstamo de un banco.

Alumna 12: de banco Santander.

Ciclo 3

Profesora: Vosotras dos.

Alumna 18: Es sobre un hombre que estaba intentando una forma de ganar dinero y *conseguiu* con el préstamo.

Alumna 8: Un préstamo personal, una propaganda del banco Santander.

Profesora: ¡Muy bien!

Ciclo 4

Profesora: Vosotros dos...

Alumno 9: Un hombre que quiere cambiar la cocina. ¿Adquirir? Adquirir un coche y ver en el banco Santander una posibilidad de resolver sus sueños.

Profesora: Alumna 11.

Alumna 11: Un *convite* del banco Santander de un préstamo personal a un cliente, né? Que estaba precisando de cambiar la cocina. ¿Cómo se *diz*? Otras cositas. *Acho que ele acabou fechando o negócio, pegando o empréstimo e se alegrando, vindo a celebrar o empréstimo.*

Profesora: El préstamo, ¿vale? Puedes decir Alumna 14.

Alumno 1: El préstamo.

Profesora: Préstamo. *Empréstimo* no. Solo préstamo.

Alumna 14: En verdad ese... esa carta es una de aquellas cartas que los bancos envían a los clientes ofreciendo servicio. Divulgando la utilización de un servicio.

Profesora: Vale.

Alumna 14: Utilizan el lenguaje de propaganda mostrando los beneficios de adquirir un préstamo como este.

Fonte: Gravação do dia áudio do dia 16/04/2014

Com o intuito de que os alunos conseguissem construir um conteúdo público eficaz e compartilhado por todos, insistimos em perguntar qual, de fato, seria o assunto do texto. Os alunos, a partir dos elementos textuais e de seu conhecimento enciclopédico, chegaram à conclusão de que o assunto do texto realmente era oferecer um empréstimo pessoal e de que a história servia para ilustrar como o cliente poderia utilizar o dinheiro obtido com tanta facilidade.

Conseguiram, pois, distinguir o conteúdo primário do conteúdo secundário, tendo em vista que o mais importante não era comprar um carro novo ou reformar a cozinha e, sim, a possibilidade de realizar os sonhos dos clientes por meio de um empréstimo pessoal, pouco importando a circunstância que serviu de exemplo.

Os alunos conseguiram alcançar um alto nível de compreensão do texto, tendo em vista a realização de uma leitura crítica e a análise de diferentes tipos de informação, o que resultou em um processo ativo e consciente de integração. Foram, portanto, alcançados os níveis de compreensão profunda e crítico-reflexivo nesta atividade.

Outra questão que nos pareceu importante foi pedir para que os alunos relacionassem as cores presentes no texto com o grau de importância das informações. As cores preponderantes eram vermelha, preta e branca.

Para todos, pareceu evidente que a cor vermelha se associava à cor do banco. O que nos deixou entusiasmados foi o fato de os alunos perceberem que a cor vermelha era empregada nos balões cuja informação era mais relevante. O branco faz parte da cor do banco e da composição dos quadrinhos que foram colocados em branco e negro para ressaltar as informações concernentes ao banco.

Para Field (2004), uma das funções dos componentes visuais é enfatizar os pontos centrais do texto, bem como oferecer reforço visual para um assunto. Os alunos de 2º semestre de língua espanhola observaram muito bem a função dos componentes visuais para a construção dos sentidos do texto. Para nós, isso se dá pela sua experiência leitora em língua materna e pela transferência de procedimentos de leitura de uma língua para outra, o que reforça um dos pressupostos assumidos por nós no que diz respeito à aquisição e à aprendizagem de uma língua estrangeira, quando se aceita que as etapas ou os processos pelos quais se adquire a língua estrangeira são muito semelhantes às etapas e aos processos pelos quais os aprendizes adquiriram suas línguas maternas, sobretudo, no que concerne à leitura, tendo em vista que, para Vigotsky (2001), as funções psicológicas superiores, entre elas a leitura, são produtos do desenvolvimento cultural e intervêm para a sua formação os processos de mediação sociocultural, tão determinante para o seu desenvolvimento.

Corroborando a ideia defendida por Adam e Heideman (2011), da abertura de um texto para muitos outros textos ou, melhor dito, das forças que permitem a abertura de um texto para a incorporação de muitos gêneros, os alunos foram conscientes disso e reconheceram que o texto D era composto por três gêneros textuais distintos que exerciam papéis distintos para a construção do sentido. Reconheceram a presença da carta a partir de seus elementos constitutivos como remetente, data, saudação e despedida, que compuseram a estrutura do texto, assim como reconheceram a presença de uma história em quadrinhos e da propaganda.

TABELA 5
Texto 24 - Gêneros textuais presentes no texto D

Texto 24: Gêneros textuais presentes no texto D

Ciclo 1

Profesora: A ver, ahí yo empiezo por aquí. ¿Cuáles son los géneros textuales presentes en el texto?

Alumna 3: Anuncio publicitario.

Alumno 1: Es una carta.

Alumno 13: Dentro del texto tiene una carta, ¿sí?

Profesora: Vamos a pensar del macro al mínimo. De modo general, ¿cuál es la primera cosa que os llama la atención en el texto? Si vosotros fuerais a clasificar, digamos: Este textos es un...

Alumnos: Un anuncio.

Profesora: Un anuncio.

Alumna 12: Es una *mala* directa. Es igual para todas...

Alumna 14: Es un padrón.

Ciclo 2

Profesora: Bueno, ¿qué más? Es... ahí vosotros diríais de modo general que se trata de un anuncio. Vosotros tenéis que mirar todo el texto.

Alumno 1: Sí.

Profesora: Los elementos que dicen esto es una carta, esto es un anuncio, esto es lo que sea.

Alumnos: Comics.

Profesora: Esto es un comics. Exacto. Yo quiero que vosotros me digáis para mí es...yo necesito sabes cuáles son los elementos en el texto que son determinantes para decir eso es una carta, eso es un anuncio o eso es un comics.

Alumna 14: Es una carta que usa de varios recursos para convencer al cliente.

Profesora: Por ejemplo.

Alumna 14: Como por ejemplo los comics, la tarjeta roja con comics con valores, el color del banco y la idea de compras. De que puedes adquirir a través de un préstamo como este.

Alumno 1: Pero tiene una cosa que tenemos que *ter* atención. Por ejemplo: en el *topo* del texto tenemos el nombre del director, la fecha, una *saudación* estimado cliente y en el final tenemos una *asinatura*.

Profesora: Una firma.

Alumno 1: Una firma. Entonces...

Alumna 12: Yo pienso que es una carta.

Alumna 14: Es una carta de uso para divulgar los servicios del banco.

Alumno 1: Una mezcla. ¿Mezcla? Una mezcla de géneros.

Profesora: ¿Y cuáles son los géneros que están ahí?

Alumnos: Carta, comics y anuncio.

Ciclo 3

Profesora: Si vosotros pudierais poner una jerarquización, ¿cuál es el...? Del género más importante al menos importante.

Alumnos: Anuncio.

Profesora: Anuncio. ¿Después?

Alumnos: Carta.

Profesora: Carta. ¿Y?

Alumnos: Comics.

Fonte: Gravação do dia áudio do dia 16/04/2014

Ao serem perguntados sobre a capacidade persuasiva do texto, os alunos reconheceram que a composição do texto o torna extremamente persuasivo, tendo em vista que a história em quadrinhos dentro da configuração da propaganda serve para que o público-alvo reflita sobre sua história e suas necessidades, fazendo-o pensar mais fortemente se o empréstimo pessoal seria a melhor saída. Em relação ao gênero carta, uma aluna pontuou que, apesar do formato, esta trouxe vários recursos para convencer o cliente.

Além disso, conforme colocou uma das alunas, se houvesse, por exemplo, somente os dados do empréstimo do banco, tal como no quarto balão da história em quadrinhos, informação que geralmente aparece em propagandas convencionais, o foco de atenção seria primordialmente o banco. No entanto, ao inserir uma história em quadrinhos, a propaganda foca também o cliente e suas necessidades e sonhos.



Figura 3: Propaganda Santander recortada
Fonte: Elaborada pelos autores

No que concerne ao emprego das estratégias de leitura, verificamos que o texto permitiu aos alunos ativarem uma ampla gama de estratégias, aquelas que atuaram para uma compreensão dos componentes locais, aquelas que atuaram para a compreensão de componentes globais, o uso de predição de inferências e uma alta capacidade de apreciação e réplica em relação ao texto.

Em relação às dimensões de análise propostas por Sánchez Miguel, García Pérez e Rosales Pardo (2012), se levarmos em conta a dimensão **quem**, é possível constatar a autonomia dos alunos na elaboração do conteúdo, verificamos que para a dimensão **como** os alunos realizaram uma participação complexa, já que além da leitura em voz alta, interpretaram, estabeleceram relações entre o texto e a sua realidade por meio da análise de experiências. O conteúdo público (entendimento consensual do texto), dimensão **quê** foi de alta qualidade, haja vista que os alunos foram capazes desde o início de diferenciar a ideia principal das ideias secundárias, organizando-as de forma hierárquica. Acreditamos que esta atividade foi uma das que tiveram participação mais alta, a atividade aconteceu na maior parte do tempo centrada na figura dos alunos.

A realização da atividade de leitura anteriormente descrita reuniu em sua execução o protagonismo dos gêneros textual-discursivos pelo viés da hibridização, o que permitiu aos alunos uma participação ativa durante a realização das atividades de leitura coletiva e uma intensa

negociação do significado, tendo enriquecido bastante o ensino e a aprendizagem da leitura em nível inicial.

5. Considerações finais

Parece bastante evidente ser benéfico para os alunos que os textos levados à sala de aula não se restrinjam a textos que seguem uma estrutura e propósitos convencionais, haja vista que é cada vez mais corrente o contato com gêneros textual-discursivos híbridos no mundo real, já que, da mesma forma que a língua sofre pressões de mudança, os gêneros também refletem tais pressões no sentido de buscar novas formas de se manifestar, tomando emprestada a estrutura de outro gênero, por exemplo, para atingir com mais intensidade os seus propósitos comunicativos.

Acreditamos que a construção da nossa proposta teve como efeito positivo o aumento do nível de consciência dos participantes a respeito do problema investigado. Na verdade, esta abordagem de leitura permitiu aos participantes um aumento do nível de consciência, respeito às dificuldades em se trabalhar com leitura nos semestres iniciais e como realizar um trabalho alternativo para sanar os problemas advindos da crença presente em boa parte dos manuais didáticos de língua espanhola, os quais insistem em desenvolver atividades de leitura, neste nível, que se limitem ao tratamento da compreensão superficial. Percebeu-se que a abordagem proposta pode ser mais dinâmica e acarretar o desenvolvimento de níveis profundos e crítico-reflexivos.

Estudar a linha entre estabilidade e instabilidade genérica tem-se mostrado bastante produtivo para entender não somente o comportamento dos produtores de texto, mas também o comportamento dos indivíduos que entrarão em interação com esses textos.

É necessário estudar as transformações genéricas não somente do ponto de vista teórico e, sim, do ponto de vista prático, buscando entender como os leitores reagem ao contato com gêneros híbridos e que estes se constituem uma excelente ferramenta para evidenciar a importância de uma abordagem de leitura que considere a importância não só da competência linguística e enciclopédica dos alunos para a construção dos sentidos do texto, mas também a importância da competência genérica.

Referências

ADAM, J.-M.; HEIDEMANN, U. *O texto literário: uma abordagem interdisciplinar*. São Paulo: Cortez, 2011.

FIELD, M. L. *Componentes visuais e a compreensão de textos*. Trad. Rosana Sakugawa Ramos Cruz Gouveia. São Paulo: Special Book Services Livraria, 2004. (Portfolio SBS: reflexões sobre o ensino de idiomas; 10).

GENETTE, G. *Palimpsestos: a literatura de segunda mão*. Belo Horizonte: Edições Viva Voz, 2010.

LAZARINI, D. D. *O gênero publicidade e a intergenericidade: práticas docentes e estratégias de ensino-aprendizagem de leitura na Educação de Jovens e Adultos (TESE)/ Dalcylene Dutra Lazarini. – 2013.*

MARCUSCHI, L. A. *Produção, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

MATEUS, M.H. M. *et al. Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003.

MORENO, C.; MORENO, V.; ZURITA, P. *Nuevo avance básico*. Madrid: SGEL, 2010.

SÁNCHEZ MIGUEL, E.; GARCÍA PÉREZ, J. R.; ROSALES PARDO, J. *Leitura na sala de aula: como ajudar os professores a formar bons leitores*. Porto Alegre: Penso, 2012.

VIGOTSKII, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. São Paulo: Ícone, 2001.

SOBRE OS AUTORES

Paulo Medeiros Júnior: Doutor em Linguística pela UNICAMP (2014) e professor adjunto na Universidade de Brasília.

Francisco Javier Calvo del Olmo: Doutor em Estudos da Tradução pela UFSC (2014), professor adjunto na Universidade Federal do Paraná e membro do grupo de pesquisa Interfaces dos Processos e Objetos de Ensino-Aprendizagem de Português e Espanhol como Línguas Estrangeira e Adicional (UNILA).

Gisele Cássia de Sousa: Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP-Araraquara (2007), professora assistente doutora na UNESP-São José do Rio Preto e membro dos grupo de pesquisa *Gramática de Usos do Português do Brasil* (UNESP-Araraquara) e *Grupo de Estudos Sociofuncionalistas* (UFMS).

Gustavo Lopez Estivalet: Doutorando em Psico- e Neurolinguística na Université Claude Bernard Lyon 1 (UCBL), Lyon, França, e no Laboratoire sur le Langage, le Cerveau et la Cognition (L2C2), Bron, França, e bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Fanny Elise Meunier: Doutora em psicologia cognitiva pela Universidade René Descartes (1997), com pós-doutorado na Cambridge University (Inglaterra), diretora de pesquisa do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), pesquisadora do Laboratoire sur le Langage, le Cerveau et la Cognition (L2C2), Bron, França.

Adriana dos Reis Silva: Doutora em Língua Portuguesa e Linguística pela PUC-Minas (2014) e professora no Centro Universitário de Belo Horizonte.

Roza Maria Palomanes Ribeiro: Doutorado em Linguística pela UFRJ (2007), professora adjunta na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e membro do grupo de pesquisa *Estudos Linguísticos, Multiletramentos e Ensino de Português* (UFRRJ).

Letícia Joaquina de Castro Rodrigues Souza e Souza: Doutora em Linguística pela UFC (2014), professora adjunta na Universidade Federal do Ceará e membro dos grupos de pesquisa *Literatura: Estudo, Ensino e (Re)Leitura do Mundo* (UECE), *Grupo de Estudos de Literatura, Tradução e Suas Teorias* (UFC), *Pesquisas Sociolinguísticas em Línguas Estrangeiras* (UFC) e *Tradução, Funcionalismo e Ensino* (UFC).

Valdecy de Oliveira Pontes: Doutor em Linguística pela UFC (2012), professor adjunto na UFC e membro dos grupos de *pesquisa Pesquisas Sociolinguísticas em Línguas Estrangeiras* (UFC), *Grupo de Estudos de Literatura, Tradução e Suas Teorias* (UFC), *Tradução, Funcionalismo e Ensino* (UFC) e *Grupo de Pesquisa em Estudos Hispânicos e Ensino* (UFRN).

César Nardelli Cambraia
Lúcia Monteiro de Barros Fulgêncio
Márcia Arbex
Rômulo Monte Alto
ORGANIZADORES



Faculdade de Letras
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

